



**Universidade Estadual do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Lívia Moreira de Alcântara

**Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais:  
repertórios, organização e difusão**

Rio de Janeiro

2014

Lívia Moreira de Alcântara

**Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: organização,  
repertórios e difusão**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA IESP

A347 Alcântara, Livia Moreira de.  
Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais:  
repertórios, organização e difusão / Livia Moreira de Alcântara. –  
2014.  
144 f.

Orientador: Breno Marques Bringel.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Movimentos sociais - Teses. 2. Comunicação – Teses. 3.  
Sociologia – Teses. I. Bringel, Breno Marques. II. Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos.  
Título.

CDU 378(043.2)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Lívia Moreira de Alcântara

**Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: organização,  
repertórios e difusão**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Banca examinadora: 25 de fevereiro de 2014.

---

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Profa. Dra. Elizabeth Stein  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof. Dr. José Pedro Zúquete  
Universidade de Lisboa

Rio de Janeiro  
2014

## AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos lembrando-me de Isabel, também estudante do IESP, quem me encorajou, minutos antes da entrevista de mestrado.

Agradeço à Agu, com quem discuti as ideias iniciais da dissertação e quem leu meu trabalho completo, fazendo críticas e contribuições. A Baiana, Pink, Simoninha, Thy e Vivi, pelas leituras de partes dos meus escritos, assim como pelas conversas e consultas. A Alex, Talita e Thy, que me ajudaram com algumas traduções. A Carlos Dand, Cassildo, Pedroca (o Borba) e Prim, por terem me acudido em alguns momentos pontuais, mas fundamentais para o desenvolvimento do meu trabalho. A todos esses amigos, agradeço por estarem sempre disponíveis para me ajudar e abertos ao diálogo.

Aos colegas do NETSAL, que tornaram a minha mudança da comunicação para a sociologia menos árdua, possibilitando-me estar mais próxima de discussões instigantes.

Ao Fab, Jef e Vitô, pela sociologia de cozinha e por terem me aguentado nos momentos mais difíceis, explosivos e dramáticos.

Aos colegas do mestrado da sociologia e da ciência política. Aos outros amigos que fiz no IESP, com quem não partilhei apenas uma vivência acadêmica, mas também angústias, alegrias, cervejas e festas.

Aos amigos da vida (sobretudo do Rio), sem os quais nada faria sentido, por terem partilhado os momentos mais bonitos dos meus últimos dois anos: Alex, Ana Helena, Diogo, Elder, Isma, Joana, Mateus, Lila, Os e Weder. A Patrícia, quem me socorreu durante as somatizações, produto *frisson* da pós-graduação.

A minha família, por estar presente sempre que precisei. A minha mãe, pela firmeza; a minha irmã, que sempre está disponível para as minhas necessidades urgentes; e ao meu pai, pelo apoio em diversas situações.

Ao meu orientador Breno, pela paciência com meus limites e pela dedicação e atenção para com o meu trabalho.

Por fim, ao IESP, seus professores e funcionários, por terem dado suporte aos meus estudos. Agradeço especialmente a Cris, quem me ajudou diretamente com vários trâmites burocráticos. Também às meninas da biblioteca, que sempre estiveram disponíveis para nos auxiliar e facilitar a nossa vida. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter financiado minha pesquisa.

## RESUMO

ALCANTARA, L. M. *Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertórios, organização e difusão*. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O que é o ciberativismo? Como compreender o fenômeno? Há uma grande variedade de disciplinas e abordagens teóricas que tem se debruçado sobre o tema, gerando uma diversidade de ferramentas analíticas e estudos empíricos sobre aspectos específicos da prática; mas, ao mesmo tempo, uma dificuldade de diálogo entre as interpretações e perspectivas teóricas. Faz-se necessário, assim, uma reflexão que permita pensar esse campo de discussão de forma mais abrangente. Tomando como pressuposto que a dimensão comunicativa não é nova para os movimentos sociais, mas que o ciberativismo, como tal, pressupõe uma nova inflexão, este trabalho propõe um duplo esforço para compreender como as NTICs impactam a ação coletiva. Por um lado, busca-se realizar uma análise de caráter histórico que permita identificar a centralidade da dimensão comunicativa nas práticas dos movimentos sociais; por outro lado, propõe-se tecer uma interpretação de viés teórico que possibilite resgatar alguns eixos de análise das Teorias dos Movimentos Sociais (repertórios de ação, organização e dinâmicas de difusão), de tal forma que ferramentas analíticas possam ser atualizadas para o entendimento da ação coletiva contemporânea.

Palavras-chave: Movimentos sociais. NTICs. Comunicação. Teoria dos movimentos sociais.

## ABSTRACT

ALCANTARA, L. M. *Cyberactivism and the communicative dimension of social movements: repertoires, organization and diffusion*. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

What is cyberactivism? How to understand the phenomenon? Different theoretical approaches from several areas have devoted attention to the this topic, generating a variety of analytical tools and empirical studies about specific aspects of its practice; at the same time this has generated a difficulty of dialogue between the theoretical interpretations and perspectives. Therefore it is necessary a reflection that allows us to think this field of discussion more broadly. Under the assumptions that the communicative dimension of cyberactivism is not new to social movements but it presupposes a new inflection as such, this paper proposes a twofold effort to understand how ICT (Information and communications technologies) impact collective action. On the one hand the proposal seeks to conduct a historical analysis which allows us to identify the centrality of communicative dimensions in the practices of social movements; on the other hand, it is proposed an interpretation of a theoretical framework that makes possible to rescue some guidelines of Theories of Social Movements (repertoires of action, organization and dynamics of diffusion), so that analytical tools can be upgraded to the understanding of contemporary collective action.

Keywords: Social movements. ICT. Communication. Theory of social movements.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

NTICs – Novas tecnologias da informação e da comunicação

ONG – Organização Não Governamental

TMS – Teorias dos Movimentos Sociais

TMR – Teoria da Mobilização de Recursos

TNMS – Teorias dos Novos Movimentos Sociais



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

QUADRO 1 - Repertórios de Ação Coletiva digitais.....	53
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>Novas tecnologias da comunicação e movimentos sociais</b> .....	11
<b>A Revolução da Informação e a reconfiguração da ação coletiva</b> .....	12
<b>Comunicação, sociedade e movimentos sociais</b> .....	16
<b>Justificativa, delimitação do campo e do objeto de estudo</b> .....	21
<b>Objetivos e hipótese</b> .....	24
<b>Discussão metodológica</b> .....	26
<b>Estrutura da dissertação</b> .....	29
<b>1. REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA</b> .....	31
<b>Introdução</b> .....	31
<b>1.1. Repertório de Ação Coletiva</b> .....	32
<b>1.2. Greves</b> .....	37
<b>1.3. Repertórios de ação dos novos movimentos sociais</b> .....	40
<b>1.4. Os repertórios do ciberativismo</b> .....	42
<b>1.4.1. <u>Internet e novas formas de ação coletiva</u></b> .....	49
<b>Considerações finais</b> .....	55
<b>2. ORGANIZAÇÃO</b> .....	57
<b>Introdução</b> .....	57
<b>2.1. Organização e organizações</b> .....	59
<b>2.2. Autonomia e direção das massas</b> .....	60

2.3.	<b>Organizações e redes</b> .....	63
2.3.1.	<u>As organizações de mobilização de recursos</u> .....	64
2.3.2.	<u>Redes de ação de movimentos sociais</u> .....	66
2.4.	<b>Ciberativismo e suas dinâmicas organizativas</b> .....	70
2.4.1.	<u>As redes digitais</u> .....	75
	<b>Considerações finais</b> .....	81
3.	<b>DIFUSÃO DE AÇÕES COLETIVAS E MÍDIAS</b> .....	83
	<b>Introdução</b> .....	83
3.1.	<b>Difusão de Ação Coletiva e as mídias</b> .....	85
3.2.	<b>Os jornais revolucionários e a difusão das ideias políticas</b> .....	87
3.2.1.	<u>As publicações anarquistas</u> .....	89
3.2.2.	<u>Mídias leninista e de educação política</u> .....	90
3.3.	<b>Difusão em massa</b> .....	91
3.4.	<b>Difusão e ciberativismo</b> .....	94
3.4.1.	<u>Difusão em rede</u> .....	96
	<b>Considerações finais</b> .....	99
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	101
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	107

## INTRODUÇÃO

### **Novas tecnologias da comunicação e movimentos sociais**

No dia 1 de janeiro de 1994, data em que entrava em vigor o Tratado Norte-Americano de Livre comércio (NAFTA), o qual estabelecia relações comerciais entre México, Estados Unidos e Canadá, os indígenas mexicanos, do estado de Chiapas, vieram a público para dizer “Ya Basta!” à situação de opressão e exploração, dadas historicamente e agravadas com as medidas neoliberais. A partir de então, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento guerrilheiro já há 14 anos em insurreição até aquele ano, começou a mudar de estratégia, optando por uma atuação com foco maior na comunicação do que nas armas.

O Neozapatismo, como o fenômeno passou a ser conhecido desde então, pode ser entendido em sua dimensão mais externa, como uma “rede transnacional de solidariedade” (ROVIRA, 2009) aos indígenas de Chiapas. Essa rede se constituiu com grande ajuda da internet. Através dela, mensagens escritas pelos indígenas, comunicados de organizações de direitos humanos e outras ONGs que atuavam no local, bem como reportagens sobre o conflito, tiveram uma circulação mundial via *e-mails* e *web* páginas criadas por simpatizantes dos insurgentes. Começou a gestar assim uma rede global de ativismo contra a globalização neoliberal. Esta viria a tornar-se conhecida midiaticamente nas mobilizações contra a Organização Mundial do Comércio em 1999, em Seattle. Nos protestos antiglobalização, como ficaram conhecidos, a internet, os computadores e os celulares desempenharam papéis importantes. Foram utilizados para coordenar as ações nas ruas, auxiliar os ativistas a escaparem da repressão policial e para realizar uma cobertura jornalística alternativa (a da mídia hegemônica).

Como ilustrado por esses dois exemplos mais expressivos, desde a década de 1990, os movimentos sociais vêm utilizando a internet e outras novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) para organizarem, mobilizarem e coordenarem protestos e ações coletivas – o que designamos como ciberativismo.

A partir de junho de 2013, insurgiram em várias partes do Brasil manifestações contra o aumento do preço do transporte público e, posteriormente, por outras demandas. O caso brasileiro vem na esteira de uma série de revoltas que sacudiram o mundo desde o final de 2010, quando um jovem tunisiano ateou fogo em seu próprio corpo em protesto contra as

condições de vida em seu país. O fato gerou uma onda de manifestações que acarretou a queda do ex-ditador Zine el-Abdine Ben Ali. A partir daí, surgiram protestos em várias partes do mundo, por motivos e em contextos muito diversos, mas que guardam inspirações entre eles. Ideias, princípios e formas de ação têm sido compartilhados através de vídeos no YouTube, páginas no Facebook e mensagens no Twitter. As redes sociais virtuais têm tido assim um papel importante na visibilidade, cobertura e organização dessas mobilizações.

Desde o Zapatismo, podemos observar o surgimento de formas de ação coletivas diretamente influenciadas pelas possibilidades de comunicação via internet e NTICs, como ocupações virtuais de *sites* de corporações ou governos, ações *hackers*, petições *on-line*, mobilização e coordenação de protestos através da utilização da internet, cobertura jornalística alternativa e digital, entre outras. A partir dessas dimensões visíveis, podemos afirmar que a emergência e a popularização das NTICs, especialmente da internet, alteraram as dinâmicas de ação coletiva, “mudando a maneira pela qual os ativistas comunicam, colaboram e manifestam” (Garrett, 2006, p. 2002)<sup>1</sup>. Diante dessa constatação, este trabalho propõe examinar a configuração deste novo padrão de ação coletiva mediado pelas NTICs, que irrompe a partir da década de 1990.

Para tanto, propomos, antes, uma breve reflexão sobre a chamada Revolução da Informação, contexto a partir do qual é possível compreender as NTICs e as reconfigurações da ação coletiva que ocorreram concomitantes a este processo.

### **A Revolução da Informação e a reconfiguração da ação coletiva**

Desde a década de 1970, deu-se início à chamada Revolução da Informação, um novo paradigma tecnológico. Sua emergência está ligada à própria reestruturação da economia capitalista, que ocorreu após o esgotamento do padrão de produção em larga escala de estilo fordista:

Neste novo paradigma, as transformações técnicas não têm mais como fator chave os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial –, mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações. Portanto, esta sociedade “informacional”, está ligada à expansão e à reestruturação do capitalismo desde a década de 80 do século XX (VIEIRA; CASTANHO, 2008, p.173).

---

<sup>1</sup>Tradução nossa de: “[...]changing the ways in which activists communicate, collaborate, and demonstrate” (Garrett, 2006, p. 2002).

A comunicação e a informação são fatores importantes em todas as revoluções tecnológicas. A diferença do atual processo, se comparado aos anteriores, está no fato de que o conhecimento e a comunicação são aplicados na produção de mais conhecimento e informação, bem como de dispositivos de comunicação para processá-los – em um ciclo de retroalimentação (CASTELLS, 1999). Para Castells (2012), várias transformações compõem o plano de fundo dessa revolução, sendo ela de ordem: tecnológica, institucional/organizativa e cultural. As transformações tecnológicas estão ligadas à digitalização da comunicação, ao desenvolvimento de redes de transmissão de informações e de conexão de computadores. As mudanças institucionais e organizativas referem-se à globalização e à fusão/concentração de empresas de comunicação em grupos multimídia<sup>2</sup>. Por fim, a dimensão cultural refere-se ao desenvolvimento de uma cultura global, com múltiplas identidades culturais, e, além disso, à ascensão do individualismo e do associativismo<sup>3</sup> como dois modelos opostos que caracterizam o mundo.

No que tange ao seu aspecto mais tecnológico, esse novo paradigma é baseado nasNTICs, que podem ser entendidas como o conjunto convergente entre:

[...] microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/radiodifusão e optoeletrônica [...] a engenharia genética e seu crescente conjunto de conhecimentos e aplicações (CASTELLS, 1999, p.68).

Segundo o autor, três campos tecnológicos constituíram a história das tecnologias eletrônicas e permitiram o surgimento da internet: microeletrônica, computação e telecomunicações. A partir do desenvolvimento dessas áreas, a primeira rede de internet, ARPANET<sup>4</sup>, uma rede que era capaz de comunicar seus nós sem um controle central, nasce em 1969. A internet só veio a se popularizar nos anos 1990, quando os computadores pessoais tornaram-se acessíveis e a *World Wide Web* (WWW) – sistema de troca e envio de documentos digitais (vídeos, textos, sons *e softwares*) – foi criada.

Ao que se refere especificamente à comunicação, o impacto da internet e de outras NTICs na vida cotidiana das pessoas pode ser compreendido, considerando-se que possibilitaram a emergência de uma nova forma de comunicação, que combina um processo

---

<sup>2</sup> Comercialização generalizada dos meios de comunicação; a globalização e concentração das empresas de comunicação de massa; a segmentação, personalização e diversificação dos mercados de mídia; a formação de grupos empresariais multimídia, isto é, que abarcam todas as formas de comunicação, incluindo a internet; e, por fim, uma convergência empresarial entre “operadoras de telecomunicações, fabricantes de computador, operadores de telecomunicações, fabricantes de computadores, operadores e fornecedores de Internet e empresas proprietárias dos *media*” (CASTELLS, 2012, p.99).

<sup>3</sup> Voltaremos a estes dois elementos no capítulo sobre organização.

<sup>4</sup> Criada nos EUA pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA) do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

de comunicação interpessoal e outro de massa (CASTELLS, 2012). Para Castells (2012), a comunicação interpessoal é interativa; há um *feedback* constante entre os emissores e os receptores. Já na comunicação de massa, o tema difunde-se pela sociedade, podendo o processo ser interativo ou unidirecional. Em geral, os meios de comunicação de massa que predominaram no século XX – impresso, rádio, o cinema, a televisão – são unidirecionais, isto é, as mensagens são enviadas de um para muitos, sendo o controle da informação e do conhecimento radicalmente centralizado. Embora mecanismos de interação possam existir nesses veículos, eles são limitados.

O padrão de comunicação de massas foi alterado desde que a Revolução da Informação começou a se processar, fundindo os meios e as linguagens através da comunicação digital. Para Castells (2012), a nova forma de comunicação, que emerge com a popularização da internet, pode ser chamada de “autocomunicação das massas”. É das massas porque pode atingir uma audiência global, e é autocomunicação porque as próprias massas definem o conteúdo e os possíveis receptores.

A rearticulação do sistema de comunicação gera assim impacto no cotidiano das pessoas, uma vez que ele media atividades: lazer, trabalho, estudo, relações pessoais, política, ativismo, entre outras. Em um âmbito mais geral, todas essas transformações tecnológicas estão ligadas à própria cultura e às formas de sociabilidades. Essas tecnologias só são incorporadas no cotidiano das pessoas, e na luta política, “porque suas características sociotecnológicas se integram nas tendências culturais majoritárias subjacentes às práticas sociais da nossa sociedade” (CASTELLS, 2012, p.478). Assim, a incorporação das tecnologias nas práticas dos movimentos sociais está relacionada a uma mudança na ordem dos conflitos da sociedade.

Na sociologia dos movimentos sociais, Alberto Melucci foi o autor que se debruçou com mais profundidade sobre a reconfiguração dos atores sociais e da ação coletiva no contexto da Revolução da Informação. Para ele (1989;1996), as sociedades contemporâneas são marcadas por uma reestruturação do capitalismo, o qual não pode mais ser definido apenas em termos do controle da força de trabalho e dos recursos naturais, uma vez que os processos produtivos estão relacionados a relações, símbolos, identidades e necessidades individuais: “os bens ‘materiais’ são produzidos e consumidos com a mediação dos gigantes sistemas informacionais e simbólicos” (MELUCCI, 1989, p. 58). Sendo assim, o desenvolvimento capitalista depende da intervenção nos “sistemas simbólicos, na identidade

individual e nas necessidades” (MELUCCI, 1989, p. 58). Configuram-se então novas formas de poder, caracterizadas pelo sistema de mídia mundial, que atua na construção dos principais códigos em escala global<sup>5</sup>.

As sociedades contemporâneas são, assim, denominadas sociedades da informação (MELUCCI, 1996), uma vez que são marcadas por sistemas informacionais altamente diferenciados, que produzem e distribuem recursos pela “individualização, pela auto-realização e por uma construção autônoma das identidades pessoais e coletivas” (MELUCCI, 1989, p.58). Em outras palavras, os sistemas informacionais estão sujeitos, ao mesmo tempo, à capacidade autônoma dos elementos (capazes de produzir e receber informação) e ao controle sobre essas capacidades, uma vez que dependem também da integração delas. Isso significa que os indivíduos têm oportunidade de interferir no processo de formação da sua própria identidade<sup>6</sup> e capacidade para agir, mas, ao mesmo tempo, essa oportunidade está inserida em um complexo sistema de manipulação (MELUCCI, 1996).

Assim, os conflitos nessas sociedades são gerados pela tentativa de os indivíduos se reapropriarem dos sentidos da ação e das motivações para agir. Essas, por sua vez, estão controladas pelo capitalismo, por meio da intervenção dos aparatos de controle e de regulação, que definem as condições, formas e metas do indivíduo e da ação coletiva. A compreensão dos conflitos contemporâneos, a partir dessa chave fornecida por Melucci (1996), não significa reduzi-los à capacidade de controle dos meios de comunicação, tal qual faz Castells (2012)<sup>7</sup>. Significa compreender que a produção econômica e simbólica, bem como a ação coletiva, estão intrinsecamente relacionadas aos sistemas de informação e comunicação.

Nesse sentido, propomos realizar uma discussão mais profunda do que é a comunicação e qual a sua relação com a sociedade, com os indivíduos e, principalmente, com os movimentos sociais. Esse é o tema da próxima seção.

---

<sup>5</sup>Estes códigos globais podem ser detectados em diferentes áreas da sociedade, como nas instituições médicas e mentais (que definem os padrões normais e patológicos), na linguagem dos computadores (que contribuem para formar hábitos mentais e habilidades físicas) (MELUCCI, 1996).

<sup>6</sup> Por identidade, o autor compreende: “uma definição compartilhada e interativa produzida por um número de indivíduos (ou grupos), concebendo orientações para suas ações e campos de oportunidade e restrições onde a ação é realizada. Por interativo e compartilhado entende-se que estes elementos são construídos e negociados através de processos recorrentes de ativação de relações vinculadas aos atores em conjunto” (MELUCCI, 1996, p.70).

<sup>7</sup>ParaCastells (2012), o poder nesta sociedade é multidimensional e organiza-se em torno de várias redes de atividades humanas, influenciando a mente humana através da programação e da conexão das redes multimídia de comunicação de massas. Decorre então que ocontrapoder “se exerce na intenção de mudar as relações de poder, reprogramando as redes em torno de interesses e valores alternativos ou mediante a interrupção de conexões dominantes e conexão de redes de resistência e transformação social” (CASTELLS, 2012, p. 26).



### **Comunicação, sociedade e movimentos sociais**

A comunicação é algo difícil de definir, uma vez que “não existe comunicação separada por si mesma, como algo separado da vida em sociedade” (BORDENAVE, 1982, p.16) – sendo esta sua importância para a compreensão dos fenômenos sociais. Quere (1991) aponta que existem duas grandes concepções de comunicação: a epistemológica (ou informacional) e a praxiológica.

A primeira entende a comunicação em termos da produção e transferência de conhecimento sobre o mundo e as pessoas e está balizada no esquema da representação. Isso significa que existe uma separação entre a linguagem e o mundo real, sendo que a primeira é um instrumento de transmissão das representações e dos estados intencionais dos atores. Em outras palavras, a expressão é a manifestação de uma realidade predeterminada, que existe independente e previamente a essa realidade; e as intenções também existem previamente na mente dos agentes e independem das ações comunicativas.

Já o modelo praxiológico não entende que a objetividade do mundo e a subjetividade dos agentes estão dadas. Ele as “relaciona a uma ‘atividade organizante’, mediada simbolicamente, efetuada conjuntamente pelos membros de uma comunidade de linguagem e ação no quadro da coordenação de suas ações práticas” (QUERE, 1991, p. 9). Assim, o esquema que o baliza não é o representativo, e sim o constitutivo. Nesse, a linguagem é expressão do mundo real, o princípio pelo qual formulamos as coisas e articulamos nossas experiências. O conteúdo da comunicação e a intenção dos agentes não preexistem à ação comunicativa, e sim são construídos e configurados no espaço público, a partir de interações comunicativas. A comunicação, dessa forma, “é essencialmente um processo de organização de perspectivas compartilhadas, sem o que nenhuma ação, nenhuma interação é possível”(QUERE, 1991, p. 10). O autor argumenta que esse segundo modelo permite uma abordagem comunicacional nas análises sociais, implicando uma troca de paradigma nas Ciências Sociais:

O paradigma da comunicação torna então possível uma abordagem internalista da socialização das condutas e dos acontecimentos, no sentido de que aquilo que as pessoas dizem e fazem é socialmente produzido por uma atividade organizante dos agentes, que relacionam os atos e as palavras com um ambiente familiar e supostamente conhecido em comum com os outros (QUERE, 1991, p. 30).

França (2003) aponta que, embora o modelo epistemológico da comunicação seja ultrapassado, ainda encontra ressonância nas práticas dos meios de comunicação e nas

pesquisas da área. A autora, dialogando com Quere (1991), detalha uma série de efeitos do modelo praxiológico para a compreensão da comunicação, sendo que aqui destacamos dois deles. Em primeiro lugar, o entendimento da comunicação enquanto constituidora da prática social implica que tem o papel de constituição e de organização dos sujeitos, “da subjetividade e da intersubjetividade; da objetividade do mundo comum e partilhado” (FRANÇA 2003, p.5). Em segundo lugar, a comunicação perde seu caráter instrumental, que se torna secundário, e passa a ser vista como lugar de constituição da vida coletiva.

Dois autores em especial contribuíram para o desenvolvimento desta perspectiva praxiológica da comunicação na sociologia e na teoria social: George Mead e Jürgen Habermas. Mead, em *Mente, Self e Sociedade* (MORRIS, 2010), articula os três elementos a partir da comunicação. Para o autor, os gestos são os primórdios dos atos sociais, possibilitando que os estímulos gerem respostas e que as respostas sejam estímulos para as primeiras atitudes. Sua percepção se contrapõe assim ao esquema behaviorista da análise do comportamento, no qual estímulo e resposta preexistem à ação. Para ele, os estímulos são produzidos no curso da ação dos agentes e compartilhadamente.

Embora os estímulos e as respostas sejam uma forma de comunicação, a comunicação humana é composta de um tipo especial de gestos, os significantes. Os gestos significantes são os que têm o mesmo sentido para todos os membros individuais de uma sociedade ou grupo social e, por isso, evocam a mesma atitude nas pessoas que o exercitam e nas que o respondem. Nesse caso, os gestos significantes são um símbolo significativo e, portanto, uma linguagem. Em outras palavras, a linguagem é um símbolo que responde ao significado da experiência do primeiro indivíduo e evoca o mesmo significado no segundo. Dessa forma, é a consciência dos significados que faz com que o estímulo, na comunicação humana, afete não apenas o outro, mas também aquele que o emitiu. Isso ocorre quando o indivíduo é capaz de colocar-se no lugar do outro e só é possível porque se compartilha a significação do gesto. Assim a ação ocorre com base no que ela pode suscitar, sendo a comunicação ao mesmo tempo estímulo e resposta.

Percebemos assim a extrema importância da comunicação no pensamento de Mead; ela é inseparável do ato social que ajuda a realizar. Como componente do ato, a comunicação intervém na construção do espírito, do self e da sociedade (conceitos-chave que o autor utiliza para superar o dualismo indivíduo-sociedade e pensar sua gênese conjunta) (FRANÇA, 2007, p.4)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> França (2007) traduz “*mind*” por espírito. Na tradução dos escritos de Mead, organizados por Morris (2010), o termo empregado é “mente”. Optamos por utilizar a segunda opção.

Em Mead, a comunicação é um processo imprescindível na construção da mente, do *self* e da sociedade, bem como da articulação dos três. A mente “[...] surge pela comunicação, por meio de um diálogo de gestos num processo social ou no contexto da experiência [...]” (MORRIS, 2010, p. 61). A mente é a inteligência reflexiva do ser humano (FRANÇA, 2007), que, através da comunicação, permite-o colocar-se no lugar do outro e imaginar como este irá agir e assim decidir sua atuação.

O *self* emerge no indivíduo no processo das experiências e atividades sociais, quando ele pode tornar-se um objetivo para si mesmo, quando pode adotar a atitude que os outros indivíduos têm em relação a ele. E a comunicação, como símbolos significantes, é uma espécie de comportamento através do qual isso pode ocorrer. Uma vez que é dirigida aos outros e a nós ao mesmo tempo, ela é o processo que permite ao indivíduo assumir o papel do outro indivíduo e do outro generalizado (comunidade organizada ou grupo social).

A sociedade é entendida por Mead como interdependente da mente e do *self*, uma vez que a experiência e o comportamento individual são, em sua concepção, componentes de um processo social maior, no qual o indivíduo está inserido. A comunicação é importante para a sociedade porque é o meio pelo qual as atividades cooperativas podem ser executadas. “A sociedade existe enquanto atividade cooperativa de indivíduos, enquanto realização permanente de atos e trocas possibilitadas pela comunicação” (FRANÇA, 2007, p. 6). A comunicação é ainda relevante para explicar a transformação da sociedade, que ocorre em uma dinâmica de conversação entre o indivíduo e ela, na qual ambos são mutuamente afetados.

A concepção de comunicação de Mead e a forma como ele a entende enquanto constitutiva dos atos sociais e da vida coletiva nos possibilita complexificar a relação entre comunicação e ação coletiva, entendendo que aquela perpassa todas as dimensões desta; mas é em Habermas (1981) que a interseção entre comunicação, sociedade e movimentos sociais é explícita. O autor aponta que esses atores têm o papel de resistir à colonização do mundo da vida ao reestabelecerem o espaço da razão e da ação comunicativa. Para entendermos a ligação entre esses três elementos, necessitamos pontuar elementos da sua concepção sobre sociedade e Teoria da Ação Comunicativa.

Habermas (1992) compreende que a coesão social se dá por meio de duas formas básicas: integração social e integração sistêmica. Na primeira, o sistema de ação está assegurado por um consenso normativo ou comunicativo. Ela se dá por meio do saber

implícito, embutido na linguagem cotidiana (mundo da vida). Já a segunda forma de integração é alcançada de forma não normativa e se dá por mecanismos autorregulados, como o mercado e a burocracia (sistema). Assim, a sociedade é, ao mesmo tempo, mundo da vida e sistema. Essa concepção, segundo o autor, é diferente da teoria da sociedade desenvolvida por Mead, na qual o mundo da vida é reduzido à socialização dos indivíduos.

A integração sistêmica e a social estão imbricadas nas sociedades tradicionais. Por exemplo, o tráfico econômico não monetarista das sociedades arcaicas está ligado a mecanismos normativos como o casamento e o sistema de parentescos; porém, nas sociedades modernas, acontece uma cisão entre essas duas esferas:

Esta mudança na coordenação da ação, de que se faz cargo agora os meios de controle no lugar da linguagem, significa uma desconexão da interação com respeito aos contextos do mundo da vida. Meios como o dinheiro e o poder arrancam as vinculações cuja motivação é empírica; codificam um trato racional com “arranjo a fins” com massas de valor suscetíveis de cálculo e possibilitam o exercício de uma influência estratégica generalizada sobre as decisões dos outros participantes na interação de um movimento de alusão e rodeio dos processos de formação linguística do consenso (HABERMAS, 1992, p.259).

Essa separação ocorre em um processo de evolução social no qual, em um aumento de complexidade e racionalização, o sistema e o mundo da vida se diferenciam internamente e em relação ao outro. A linguagem cotidiana e o saber intuitivo (pertencentes ao mundo da vida) são sobrecarregados. Os processos comunicativos são então substituídos por meios não linguísticos de integração: o dinheiro (por meio do mercado) e o poder (por meio da administração burocrática). Ocorre então uma excessiva monetarização e burocratização da vida, processo que é denominado pelo autor como colonização do mundo da vida.

A questão é que, apesar de o mundo da vida ser colonizado, as esferas monetárias e burocráticas são inadequadas para gerir e integrar as atividades pertencentes a ele (PINTO, 1995) – pois implicam disfunções como desemprego, jornada excessiva de trabalho e leis e atos da administração pública regulando aspectos pessoais do indivíduo e das relações sociais (como a educação e as relações familiares).

É nesse ponto que entra em cena a ação comunicativa e os movimentos sociais. Como fruto desse processo de colonização do mundo da vida, o autor entende que, a partir da década de 1960, houve um deslocamento dos conflitos nas sociedades ocidentais. Eles se desviaram, em muitos sentidos, do padrão de conflito institucional do Estado de Bem-Estar Social sobre a distribuição de bens e serviços para o âmbito da “reprodução cultural, integração social e socialização” (HABERMAS, 1981, p.33). Esses novos conflitos estão relacionados a problemas de qualidade de vida, igualdade, realização individual, participação – que não

podem ser resolvidos através do dinheiro e do poder. Em outras palavras, os conflitos não são de ordem técnica, e sim prática. Dessa forma, não podem ser resolvidos na esfera da ação racional teleológica, e sim por meio da ação comunicativa.

A ação comunicativa aparece nas teorizações do autor a partir da sua crítica à razão instrumental e da formulação da razão comunicativa, estando a primeira estruturada no uso do saber em ações dirigidas a fins; e a segunda, calcada na relação intersubjetiva entre sujeitos que buscam alcançar o entendimento (PINTO, 1995). Uma vez que a ação entre os atores é coordenada através de atos para alcançar o entendimento (e não de cálculos para alcançar o sucesso, como sugere a razão instrumental), ocorre a ação comunicativa:

[...] Para Habermas, a ação comunicativa surge como uma interação de, no mínimo dois sujeitos, capazes de falar e agir, que estabelecem relações interpessoais com o objetivo de alcançar uma compreensão sobre a situação em que ocorre a interação e sobre os respectivos planos de ação com vistas a coordenar suas ações pela via do entendimento. Neste processo, eles se remetem a pretensões de validade criticáveis quanto à sua veracidade, correção normativa e autenticidade, cada uma destas pretensões referindo-se respectivamente a um mundo objetivo dos fatos, a um mundo social das normas e a um mundo das experiências subjetivas (PINTO, 1995, p.80).

A ação comunicativa se relaciona com o mundo da vida de duas maneiras. Ela prescinde dele, uma vez que ele é o plano de fundo, o contexto no qual ela ocorre. Ao mesmo tempo, ela permite a reprodução das estruturas simbólicas que constituem o mundo da vida, ou seja: da cultura, que é o acervo de conhecimento que os atores mobilizam na comunicação para compreender o mundo; da sociedade, que compreende as ordens legítimas que regulam, nas interações, o pertencimento dos participantes a grupos sociais e garantem a solidariedade; e da personalidade, entendida como as competências que tornam o sujeito capaz de linguagem e de ação (HABERMAS, 1992).

Assim, para Habermas (1981), a saída para a colonização do mundo da vida está na racionalidade comunicativa e na ação comunicativa. Estas são resgatadas pelos novos movimentos sociais que, surgidos no contexto de incapacidade do Estado e do mercado em gerirem algumas atividades práticas da vida, buscam alternativas à burocratização e à mercantilização:

Assim, características atribuídas como sexo, idade, pele, cor, mesmo vizinhança e religião, contribuem para o estabelecimento e a delimitação de comunidades, para a

criação de grupos sub-culturais de comunicação protegidos, que estimularam a busca por identidade pessoal e coletiva (HABERMAS, 1981, p. 36)<sup>9</sup>.

Esses grupos culturais buscam criar novas formas de cooperação e de comunidade, nos quais se valoriza o particular, os pequenos espaços sociais, formas descentralizadas e simples de interação, atividades não especializadas e esferas públicas não diferenciadas (HABERMAS, 1981). A observação dessa resistência dos movimentos sociais se insere em uma proposta mais ampla da teoria de Habermas, na qual a comunicação cotidiana deve ser assegurada para que, por meio dela, os participantes possam colocar e realizar seus interesses. Em resumo, para Habermas:

[...] É o uso da língua para fins de coordenação da ação [...] que instaura uma intersubjetividade prática: o reconhecimento recíproco como sujeitos só é, ao seu ver, plenamente assegurado quando os pares da interação se relacionam uns com os outros agindo comunicativamente (QUERE, 1991, p. 26).

Assim, as noções de Habermas sobre a ação comunicativa e o mundo da vida, somadas à forma como ele as relaciona com os movimentos sociais, contribuem para pensarmos o papel da comunicação na sociedade e na ação coletiva. Resgatamos assim Mead e Habermas para argumentar que uma “compreensão comunicativa” da ação coletiva pode iluminar novas perspectivas analíticas sobre esta, que acentuem seu caráter relacional e que considere que ela está em constante construção por meio dos atores da sociedade.

### **Justificativa, delimitação do campo e do objeto de estudo**

Uma das grandes dificuldades para interpretar as ações coletivas contemporâneas associadas ao ciberativismo é a proliferação de noções, conceitos e variáveis afins (ciberativismo / novas mídias / comunicação em rede / comunicação sem fio / ativismo digital / *hackerativismo* / desobediência civil eletrônica / *smartmobs*/ click-ativismo etc.), porém distintas, que, no entanto, com frequência, são utilizadas como sinônimos.

Essa abundância de expressões está relacionada ao fato de que são “conceitos empíricos”, ou seja, que vão sendo criados para explicar casos específicos<sup>10</sup>. Por exemplo,

<sup>9</sup>Tradução nossa de: “Thus, ascribed characteristics such as sex, age, skin, color, even neighbourhood and religion, contribute to the establishment and delimitation of communities, the creation of sub-culturally protected communication groups which further the search for personal and collective identity” (HABERMAS, 1981, p. 36).

<sup>10</sup>Algo parecido ao que ocorre com o conceito de movimentos sociais. Existem inúmeras definições sem que nenhuma delas seja excludente, uma vez que descrevem movimentos diferentes, observados a partir de pontos de vista diferentes.

para referir-se ao estudo do *Indymedia*(no Brasil, Centro de Mídia Independente, CMI), coletivo de jornalismo independente surgido durante os protestos antiglobalização em 1999 em Seattle, recorre-se a noções que enfocam o aspecto da mídia e do jornalismo em si. Usa-se assim termos como “ativismo de mídia” (JURIS, 2005) e “jornalismo participativo” (LIEVROUW, 2011)<sup>11</sup>. Outro exemplo é o conceito de “*smartmobs*” ou “multidões inteligentes” (RHEINGOLD, 2004),cunhado para descrever as mobilizações organizadas através de NTICs, entre pessoas que não se conhecem previamente – tal como a queda do presidente das Filipinas, Joseph Estrada, em 2001. Ambas as definições guardam pontos de contato e especificidades. Por um lado, referem-se a um mesmo processo, no qual os ativistas recorrem ao uso de NTICs para realizar a ação coletiva. Por outro, realçam especificidades na utilização dessas tecnologias comunicacionais, como, por exemplo, a criação de espaços próprios de produção e circulação de informação e a dinâmica de organização dos protestos, respectivamente.

Neste trabalho, utilizamos o termo ciberativismo para designar a utilização de NTICsem ações coletivas e por movimentos sociais. Essa definição geral nos permite buscar uma compreensão mais ampla sobre as transformações nas dinâmicas comunicativas da ação coletiva e dos movimentos sociais. Em outras palavras, nos possibilita, em vez de pensar o todo a partir das singularidades, atentar para o fenômeno mais abrangente.

No entanto, essa abundância de termos também revela algo maior. Há uma grande quantidade de disciplinas que tem se debruçado sobre o debate, como, por exemplo, ciência política, ciência das informações, relações internacionais, comunicação, sociologia, entre outras. Esse fato tem gerado dois efeitos. Por um lado, há uma pluralização da discussão e uma abundância de ferramentas teóricas para compreender o ciberativismo. Por outro, as discussões, em geral, estão muito delimitadas dentro do campo de cada disciplina, sem que elas compartilhem princípios teóricos que permitam o diálogo (GARRETT, 2006). No que se refere à sociologia e à comunicação, que são os dois campos com os quais dialogamos diretamente, temos alguns desafios.

Na comunicação social, por exemplo, muitos estudos isolam o processo comunicativo em si, adotando uma visão “linear, transmissiva e fragmentária dos processos analisados” (FRANÇA, 2003, p. 38). Nesse sentido, encontram-se algumas análises pouco densas das

---

<sup>11</sup> O conceito de jornalismo participativo da autora é mais amplo que a ação do *Indymedia*, mas leva em consideração a utilização de “novas mídias alternativas” na realização do jornalismo (LIEVROUW, 2011).

NTICs que se debruçam sobre essa abundância de termos também revela algo maior. Há uma grande quantidade de disciplinas que tem se debruçado sobre o debate, como, por exemplo, ciência política, ciência das informações, relações internacionais, comunicação, sociologia, entre outras. Esse fato tem gerado dois efeitos. Por um lado, há uma pluralização da discussão e uma abundância de ferramentas teóricas para compreender o ciberativismo. Por outro, as discussões, em geral, estão muito delimitadas dentro do campo de cada disciplina, sem que elas compartilhem princípios teóricos que permitam o diálogo (GARRETT, 2006). No que se refere à sociologia e à comunicação, que são os dois campos com os quais dialogamos diretamente, temos alguns desafios. Seus usos, efeitos e dinâmicas de forma segmentada, isto é, sem considerar um panorama social e cultural mais amplo. Como assinala FRANÇA (2003), “estudar a comunicação não equivale a separar fatos particulares da sociedade (objetos comunicativos), mas apreender o social pelo viés das dinâmicas comunicativas que o constituem” (p.44).

Já a sociologia dos movimentos sociais, campo principal de diálogo da presente dissertação, realizou, na maior parte das vezes, uma leitura parcial da comunicação, não a considerando, em seu sentido mais profundo, enquanto atividade através da qual as rotinas de interação e contestação ocorrem. Downing (2008) aponta que a mídia, nas Teorias dos Movimentos Sociais, foi reduzida, quase sempre, ao estudo da cobertura que a grande imprensa realiza dos protestos. Nesse mesmo sentido, é comum encontrar abordagens sobre o ciberativismo que instrumentalizam a comunicação, restringindo-a à utilização de novas ferramentas. Um exemplo disso ocorre com as “análises adaptativas”, que analisam as NTICs a partir do resgate de conceitos anteriores ao fenômeno da internet, dando origem, por exemplo, a noções como esfera pública interconectada (LANGMAN, 2005) e repertórios de ação digital (LAER e AELST, 2010). Essas abordagens, embora possuam seus méritos, não problematizam as dinâmicas de comunicação em um sentido mais amplo. Acabam, em alguns casos, por reificar as NTICs como algo radicalmente novo na ação coletiva.

Diante desse panorama da discussão, esta dissertação parte de dois pressupostos sobre o ciberativismo para tentar compreendê-lo. O primeiro é que a dimensão comunicativa não é uma “novidade” nos movimentos sociais. Esses atores utilizaram outras tecnologias de comunicação ao longo do tempo e, além disso, a comunicação, entendida enquanto prática constituinte da vida social, não se restringe aos meios. O segundo pressuposto é que o ciberativismo, como tal, supõe certa novidade. O surgimento de novas formas de ação como



*hacktivismo*<sup>12</sup>, petições *on-line*, desobediência civil eletrônica, *smart mobs*, apontam, de forma visível, para a presença de novas dinâmicas na ação coletiva contemporânea.

Dados esses pontos de partida, faz-se necessário um duplo esforço para compreender como as NTICs têm impactado a ação coletiva nos últimos anos. Por um lado, uma análise de caráter histórico, que permita identificar a centralidade da dimensão comunicativa nas práticas dos movimentos sociais; por outro lado, uma interpretação de viés teórico, que possibilite resgatar alguns eixos/dimensões de análises das teorias das ações coletivas e dos movimentos sociais, de tal forma que ferramentas analíticas possam ser atualizadas para o entendimento do ciberativismo contemporâneo.

### **Objetivos e hipótese**

A pergunta que motiva esta dissertação e a perpassa como um todo é: como compreender o ciberativismo?

Os movimentos sociais e as formas de protestos que surgiram a partir da década de 1990 têm sido interpretados, sobretudo a partir das revoltas que eclodiram após 2011, como novíssimos (GOHN, 2011, 2013; LANGMAN, 2013). O termo dialoga com a noção de novos movimentos sociais, cristalizada por Melucci (1980) no artigo *The new social movements: a theoretical approach*. A noção diferenciava os movimentos (feministas, pela paz, pelos direitos humanos, pelo meio ambiente, por questões raciais, entre outros) que surgiram a partir da década de 1960 dos movimentos trabalhistas. Além disso, demarcava um novo campo de análise, mais centrado na cultura do que no estudo da classe operária.

Embora Melucci (1980) tenha delimitado o campo de estudos dos novos movimentos sociais, a noção abarca uma série de renovados olhares sobre esses atores, construída a partir da crítica ao marxismo clássico e de diálogo com o paradigma acionalista norte-americano (GOHN, 2002). Gohn (2002) destaca três principais correntes teóricas europeias dos novos movimentos sociais: a abordagem acionalista de Alain Touraine, que propõe uma análise centrada no desempenho dos atores sociais; as teorizações de Alberto Melucci, que enfatizam a identidade coletiva, combinando a subjetividade das pessoas e o contexto histórico; e a perspectiva neomarxista de Claus Offe, que articula o campo político e o sociocultural.

---

<sup>12</sup> O *hacktivismo* pode ser entendido como uma atividade *hacker* com propósitos políticos, sendo assim uma fusão do termo *hacker* e *ativismo*.

Na América Latina, segundo Scherer-Warren e Krishke (1996), o tema dos novos movimentos sociais surge, nos anos 1980, devido a dois motivos principais. O primeiro consiste na emergência de uma nova realidade, ou seja, no aparecimento de novas organizações e forças sociais de base, que se debruçavam sobre os problemas cotidianos de seus integrantes e davam menos atenção às interações com o Estado. O segundo, de caráter mais intelectual e teórico, refere-se à abertura de um momento de questionamento dos modelos tradicionais de estudos dos movimentos sociais, bem como de transformação dos paradigmas de análise desses atores. Perruso (2010), nesse mesmo sentido, aponta que houve uma ênfase no “novo” nas análises dos intelectuais brasileiros, que se dedicaram ao estudo do “novo sindicalismo” e dos “novos movimentos sociais urbanos”, nas décadas de 1970 e 1980. O autor também ressalta que a categoria também indicava o nascimento de uma nova sensibilidade destes cientistas sociais, marcada por uma imbricação entre os campos popular e intelectual.

Assim, em resumo, a noção de novos movimentos sociais, tanto na Europa, quanto na América Latina, designou não somente o aparecimento de novos atores e novas dinâmicas de conflito, como transformações nas abordagens destes. Por outro lado, o conceito de “novo” por si só, como o próprio Melucci (1996) critica anos mais tarde, é pouco explicativo. Para o autor, o problema de a maioria das análises que conceituam a “novidade” é que incorrem em um erro epistemológico. Consideram o fenômeno coletivo contemporâneo à análise um objeto empírico unitário e o observam como base comparativa. Desses estudos, o autor aponta que surgem dois tipos de posicionamento problemáticos quanto à novidade. Por um lado considera-se que o fenômeno contemporâneo tem muitas continuidades com suas raízes, e, portanto, a novidade é fruto do envolvimento cego dos sociólogos com seu objetivo de estudo. Por outro, considera-se que as continuidades entre ambos os fenômenos comparados são apenas aparentes, uma vez que os significados mudam de acordo com o contexto em que estão inseridos. Para o autor, a novidade é um conceito relativo, que possui uma função temporária de indicar um número de comparações entre formas históricas da ação coletiva. Assim, a noção de novo serve para estabelecer continuidades e discontinuidades na comparação entre os fenômenos.

Em síntese, o que apontamos aqui é que, embora o “novo” tenha se constituído em um prisma de análise para os movimentos sociais surgidos a partir da década de 1970, ele não é uma categoria analítica. Em consonância com a crítica de Melucci (1996), problematizamos a

noção de novíssimos movimentos sociais no que diz respeito à observação das suas formas de comunicação através das NTICs. Embora essas consistam em novos instrumentos de comunicação (e permitam o estabelecimento de novas dinâmicas de interação e comunicação entre os atores), devem ser compreendidas dentro da relação histórica entre movimentos sociais e comunicação. E essa relação, embora sempre tenha existido, recebeu, nas Teorias dos Movimentos Sociais, pouca atenção.

Argumentamos que a comunicação é uma dimensão que perpassa e sempre perpassou toda a ação coletiva; porém, em outro sentido, novas dinâmicas comunicacionais surgiram nos movimentos sociais ao longo do tempo, sendo que, desde a entrada em cena das NTICs e, especialmente, da popularização da internet, mudanças substantivas ocorreram neste aspecto.

Portanto, este trabalho tem como **objetivo geral** analisar o ciberativismo como uma nova configuração do ativismo, à luz das Teorias dos Movimentos Sociais e da dimensão comunicativa dos movimentos. Como **objetivos específicos**, e a efeito de delimitação analítica, buscamos analisar as implicações do uso das NTICs nos repertórios de ação, nas dinâmicas de difusão da ação coletiva e na organização dos movimentos sociais.

Entendemos que a utilização das NTICs pelos movimentos sociais está inserida dentro de um processo de reconfiguração do padrão de comunicação social da nossa sociedade. Nesse sentido, os usos feitos das NTICs pelos movimentos sociais têm gerado novas dinâmicas, temporalidades e espacialidades para a ação coletiva contemporânea. Assim, com o percurso deste trabalho apontamos que o ciberativismo pode ser entendido como uma nova configuração comunicativa dos movimentos sociais, que possibilita novas dinâmicas e interações entre indivíduo, grupo e sociedade.

### **Discussão metodológica**

Assim, como mencionado, para operacionalizar esses objetivos, propomos uma análise de caráter histórico que atente para a dimensão comunicativa nas práticas dos movimentos sociais e submersa às teorizações; bem como uma interpretação teórica, a partir do resgate de eixos de análises das TMS.

Do ponto de vista histórico, podemos olhar para a trajetória dos movimentos sociais a partir das teorizações sobre estes atores e das ações coletivas. Bringel e Domingues (2013) realizam uma divisão analítica das Teorias dos Movimentos Sociais em três momentos, a partir dos quais é possível reconhecer debates e práticas predominantes ao longo do tempo.

Identificados alguns casos típicos pertencentes a esses momentos, pode-se observá-los a partir das dinâmicas comunicativas.

Assim, de forma esquemática e analítica, podemos pensar os movimentos sociais a partir de três momentos teóricos (BRINGEL, DOMINGUES, 2012)<sup>13</sup>. O primeiro desses momentos se inicia com Marx e as interpretações dos clássicos da sociologia. Embora os movimentos sociais não sejam um objetivo de estudo constituído academicamente, despontam-se análises da ação coletiva e das suas dimensões focadas no movimento operário e nos conflitos trabalhistas.

O segundo momento é marcado pela especialização do debate em meados do século XX e pela institucionalização acadêmica das discussões a partir de 1960, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Discutem-se os novos movimentos sociais (novos em relação ao movimento operário), que são os movimentos feministas, ecológicos, pelos direitos civis, entre outros. As abordagens, por um lado, avançam na compreensão de aspectos específicos da ação coletiva, mas, por outro, o campo acaba fechado em si mesmo.

O terceiro momento abre-se a partir da década de 1990 e é marcado, em alguns sentidos, pela perda de força explicativa das teorizações dos movimentos sociais. Isso corre porque surgem novas dinâmicas e desafios teórico-metodológicos decorrentes da globalização dos mercados, da complexidade do mundo, do capitalismo cognitivo, do uso de NTICs, entre outros fatores (BRINGEL; DOMINGUES 2012). Por outro lado, Bringel (2011a) aponta que se inicia uma renovação da agenda de pesquisa internacional sobre os movimentos sociais. Essa tem como características um maior pluralismo disciplinar, uma abertura a outras áreas de estudos, a tipos de confrontos, a diferentes visões de mundo e interações teóricas/conceituais entre as escolas norte-americana e europeia; porém, por outro lado, também se caracteriza por uma certa fragmentação (BRINGEL, 2011a, 2011b). Gohn e Bringel (2012) alertam que esta pluralização e diversificação das abordagens correm dois riscos. O primeiro deles é incorrer no abandono de uma discussão teórica, histórica e empiricamente orientada; e cair na tendência a diluir a especificidade dos movimentos sociais na diversidade de ações coletivas existentes. O segundo risco é a contraposição das “novas” práticas com as velhas, não se reconhecendo que as novidades são acompanhadas de continuidades.

---

<sup>13</sup>Estes não são fases estáticas, mas uma esquematização analítica que nos permite reconhecer algumas discussões predominantes ao longo do tempo.

Para Bringel (2011a), a rearticulação do campo de estudos dos movimentos sociais é também marcada por um olhar que dialoga criticamente tanto com as teorias clássicas, (hegemônicas do momento anterior), quanto com novos fenômenos, como o ativismo transnacional contemporâneo, o papel das NTICs, os novos tipos de mobilizações e de redes de contestações. Dentro desse contexto, a nosso ver, o ciberativismo ganha espaço para ser problematizado e abordado.

É necessário deixar claro que esses momentos teóricos não são fases ou períodos históricos, são delimitações apenas analíticas – embora essas teorizações tenham surgido em determinado contexto e período histórico. Assim, há um encaixe entre as teorizações, surgidas em dado momento histórico, e as práticas dos movimentos sociais existentes naquele período; porém há também inúmeros desencaixes, temas cobertos pelas lentes analíticas utilizadas. Nesse sentido, ao selecionar casos, ideias e abordagens típicos de cada um dos momentos analíticos das TMS, não se pretende que eles representem a totalidade empírica de todo o período histórico correspondente.

Do ponto de vista da análise teórica e da sua operacionalização, na presente pesquisa, optou-se por selecionar três elementos centrais das práticas e teorias dos movimentos sociais, que ajudam a compreender as dinâmicas comunicativas da ação coletiva ao longo do tempo, quais sejam: os repertórios de ação coletiva, as dinâmicas de difusão e os processos organizativos.

Os *repertórios de ação coletiva* são formas de ações adotadas pelos movimentos sociais – como, por exemplo, greves, passeatas, petições, ocupações, entre outros – para alcançarem seus objetivos. Assim, é a parte mais visível da ação coletiva e atuam como elemento de mediação entre as demandas dos movimentos e a exteriorização delas para a sociedade e para o Estado.

A organização, ou melhor, o *processo organizativo*, envolve e depende de uma série de funções informacionais e comunicacionais. Além disso, pressupõem uma estrutura comunicacional e interativa entre os atores.

A *difusão da ação coletiva*, compreende-se uma série de processos que possibilitam que as ideias, os *slogans*, os princípios, os repertórios, as bandeiras se propaguem de um lugar para o outro ou de um movimento para o outro. A difusão é o processo de comunicação dialógico que se dá entre os atores e permite que eles conheçam e adaptem aprendizados de outros movimentos sociais às suas realidades.

Esses três temas não são os únicos pontos a partir dos quais esta análise poderia ser realizada, mas através deles é possível recuperar historicamente a dimensão comunicativa da ação coletiva e dos movimentos sociais.

Em síntese, orientados pelos três momentos dos debates das Teorias dos Movimentos Sociais, buscamos retomar as discussões sobre repertórios, difusão e organização a partir da dimensão comunicativa da ação coletiva dos movimentos sociais. Essa abordagem nos permite compreender em que sentido o ciberativismo é novo, sem reificar a novidade, e, por outro lado, nos possibilita identificar as reconfigurações das práticas comunicativas dos movimentos sociais a partir da entrada em cena das NTICs. Em outras palavras, o que se pretende com a perspectiva descrita é realizar um movimento de mão dupla: no qual o ciberativismo é visualizado a partir dos debates históricos sobre a ação coletiva e das práticas dos movimentos sociais; e, no sentido inverso, revisitar essas teorizações e práticas a partir de uma perspectiva comunicativa.

### **Estrutura da dissertação**

De forma esquemática, este trabalho está estruturado em três capítulos, referentes às dimensões descritas anteriormente: repertórios de ação, organização e difusão de ação coletiva. Internamente, cada um deles está dividido em quatro seções, além de breves introduções e considerações finais. Na primeira seção de cada um, realiza-se uma discussão conceitual sobre o tema em questão, atentando-se para sua dimensão comunicativa. As três seções seguintes correspondem, cada uma delas, aos momentos analíticos das TMS.

Chamamos atenção para o fato de que o terceiro momento teórico de cada capítulo refere-se ao ciberativismo, e é onde concentramos nossos esforços. Esta última seção está dividida em duas partes: na primeira, realizamos um resgate descritivo de eventos expressivos do ciberativismo, desde a década de 1990 até hoje. Damos atenção aos casos mais ilustrativos, que evidenciaram tendências nas práticas dos movimentos sociais referentes ao uso de NTICs nas ações coletivas. Já na segunda parte, busca-se reunir as teorizações que refletem sobre as dimensões trabalhadas a partir da entrada em cena das NTICs. Nas considerações finais de cada capítulo, lançamos alguns apontamentos sobre a importância em se ressaltar a dimensão comunicativa no aspecto em questão.

Assim, no capítulo 1, analisam-se os impactos das NTICs nos repertórios de ação coletiva. Em um primeiro momento, retoma-se o conceito de Charles Tilly, buscando

compreender seu caráter comunicativo. A partir daí, apontamos os repertórios preponderantes ou ilustrativos de cada um dos três momentos das teorizações dos movimentos sociais e suas dimensões comunicativas: greves (movimento operário); formas de ações não convencionais (novos movimentos sociais); e repertórios digitais (referentes ao ciberativismo).

O capítulo 2 tem como foco o impacto das NTICs nas formas de organização dos movimentos sociais. Inicia-se com uma problematização das dicotomias que perpassam a compreensão dos processos organizativos e assinala-se sua relação com as práticas comunicativas dos atores. Dado esse passo, identifica-se como a organização foi pensada nos três momentos das teorias dos movimentos sociais e como essas concepções estão relacionadas a uma compreensão da comunicação (nem sempre evidente). Destacamos o partido político no debate da social-democracia europeia do final do século XIX e início do século XX; a organização formal e as redes de ação dos movimentos sociais (na Teoria da Mobilização de Recursos e nas Teorias dos Novos Movimentos Sociais, respectivamente); e, por fim, as redes digitais no ciberativismo.

O capítulo 3 tem como foco o impacto das mídias na difusão da ação coletiva. Iniciamos com uma discussão sobre o que são as dinâmicas de difusão e argumentamos que elas se constituem em processos de comunicação dialógicos entre os atores. A partir daí, busca-se refletir como a relação entre mídias e difusão foi teorizada ou discutida em cada um dos momentos das TMS: como processo de propaganda e educação política; a partir da interferência das coberturas jornalísticas sobre os protestos; e, no último momento, a partir das reflexões sobre os impactos da internet.

Por fim, nas considerações finais desta dissertação, realizamos uma reflexão de como o ciberativismo pode ser compreendido de forma mais ampla e como esta abordagem pode contribuir para uma integração entre as disciplinas que se debruçam sobre o tema. Também apontamos alguns desafios que enfrentamos para realizar este trabalho, bem como alguns pontos encobertos. Indicamos também alguns caminhos para pesquisas futuras.

## 1. REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA

### Introdução

A internet tem de fato não apenas suportado ações tradicionais offline dos movimentos sociais, como manifestações clássicas nas ruas e as tornado mais transnacionais, mas também tem sido usada para estabelecer novas formas de atividades de protestos online e para criar versões online de ações de protestos existentes offline. Ao fazê-lo a internet tem expandido e complementado os “repertórios de ação coletiva” (Tilly, 1984; McAdam *et al.*, 2001) dos movimentos sociais de hoje. Atividades virtuais podem alcançar desde petições online e bombardeios de e-mails, ocupações virtuais até o hackeamento de websites de grandes companhias, organizações e governos (LAER e AELST, 2010, p. 1147)<sup>14</sup>.

O trecho acima tece uma relação entre a internet e o processo de inovação dos repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais. Podemos nos perguntar: o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) alteram os repertórios de ação coletiva? Ou, ainda, em um sentido mais amplo, qual a relação entre os repertórios de ação coletiva e os processos de comunicação dos movimentos sociais e da sociedade?

Para discutir essas questões, faz-se necessário resgatar o conceito de repertório de ação coletiva, de Charles Tilly. A noção foi trabalhada em várias das suas obras e sofreu redefinições ao longo delas. Resumidamente, designa o conjunto limitado de formas de que os atores sociais dispõem em determinado momento para externar suas demandas – como, por exemplo, marchas, boicotes, petições e greves. Os repertórios são assim criações culturais que emergem na luta política, no confronto entre os atores sociais. Segundo o autor (1978; 2006), os repertórios sofrem pequenas variações ao longo do tempo, sendo essas inovações relacionadas à organização e à estrutura da sociedade, aos laços sociais, às oportunidades e restrições políticas e ao aprendizado em ações coletivas prévias.

A importância dos repertórios está no fato de que eles constituem a parte mais visível da ação coletiva (BRINGEL, 2012; MELUCCI, 1989). Além da dimensão política e cultural, normalmente analisada, possuem uma dimensão comunicativa, ou seja, em último sentido, os

---

<sup>14</sup>Tradução nossa de: “the internet has indeed not only supported traditional offline social movement actions such as the classical street demonstrations and made them more transnational, but is also used to set up new forms of online protest activities and to create online modes of existing offline protest actions. By doing so, the internet has expanded and complemented today’s social movement ‘repertoire of collective action’ (Tilly, 1984; McAdam *et al.*, 2001). Virtual activities may range from online petitions and email bombings, virtual sit-ins to hacking the websites of large companies, organizations or governments” (LAER e AELST, 2010, p. 1147).



repertórios são a forma pela qual os movimentos sociais comunicam seus objetivos e reivindicações para a sociedade e para o Estado. Além disso, visibilizam as características da ação coletiva e do confronto político. Em um sentido interno, os repertórios influenciam no desenvolvimento da identidade do grupo, uma vez que expõem publicamente os polos do conflito, permitindo as pessoas se identificarem com outro lado da questão em jogo.

A partir dos anos 1990, abre-se um novo contexto global marcado, entre outras características, pelas políticas econômicas neoliberais e pela popularização da internet e de outras NTICs. Nesse contexto, além de surgirem repertórios de ação coletiva que se materializam no ambiente digital (como, por exemplo, petições *on-line* e ocupações virtuais), outros repertórios têm suas dinâmicas alteradas pela comunicação eletrônica. Assim, este capítulo objetiva compreender as alterações das formas contemporâneas de ação coletiva após a incorporação das NTICs em sua dinâmica<sup>15</sup>. Para isso, a partir do reconhecimento da dimensão comunicativa dos repertórios, busca analisar como ela se configurou em formas de ações anteriores às NTICs.

A estrutura deste capítulo está dividida em quatro seções. Primeiramente realiza-se uma breve revisão conceitual da noção de repertório de ação coletiva de Charles Tilly, ressaltando sua dimensão comunicativa. Nos três tópicos seguintes, analisam-se três marcos dos repertórios de ação coletiva, identificando-os, conforme já ressaltado, a partir dos três momentos das Teorias dos Movimentos Sociais (BRINGEL e DOMINGUES, 2012)<sup>16</sup>. Busca-se assim reconhecer a dimensão comunicativa das greves e dos repertórios dos novos movimentos sociais, para então compreender os repertórios do ciberativismo para além da utilização de novos meios de comunicação.

### **1.1.Repertório de Ação Coletiva**

A noção de repertório de ação coletiva advém da Sociologia Histórica de Charles Tilly e, mais tarde, é incorporada à sua Teoria do Processo Político, que busca compreender as estruturas de oportunidades e de mobilização no confronto político. Em síntese, na análise de

---

<sup>15</sup> Não realizamos a análise da mesma forma que Tilly. O autor recorre a uma perspectiva de longa duração, que o permite analisar mudanças de repertórios ao longo de vários séculos, possibilitando uma visão macro das mudanças sociais, com conexões variadas (BRINGEL, 2012).

<sup>16</sup> Não estamos argumentando que seja possível identificar um único repertório que tenha existido em diferentes países em um mesmo período e seja utilizado por todos os atores sociais. Assim como também não estamos dizendo que seja possível reduzir os variados repertórios de ação coletiva existentes hoje às tecnologias de comunicação digitais. O que fazemos aqui é pensar alguns marcos nos repertórios de ação coletiva, relacionando-os ao contexto das sociedades e da ação coletiva em que estão inseridos.

Tilly (1978), o surgimento e o desenvolvimento das ações coletivas estão condicionados às oportunidades e às restrições que emergem na disputa por poder entre grupos e governo. As oportunidades ou facilitações ocorrem quando a ação do grupo tem seus custos reduzidos (através da promoção das atividades realizadas ou de ações diretas como troca de informações e de conhecimento estratégico); já as restrições ou repressões são, ao contrário, o aumento do custo da ação coletiva (aumento das penalidades para atuação ou dificuldade de comunicação entre os atores, por exemplo). A emergência e o desenrolar da ação coletiva estão ainda relacionados à mobilização por parte dos atores, que precisam criar ou se apropriar de estruturas de mobilizações preexistentes (como redes e associações) para organizar a ação coletiva. Diante de mudanças nos padrões de oportunidades e restrições políticas num dado momento histórico, as pessoas empregam estrategicamente algumas formas de se fazer política, que são os repertórios de ação coletiva.

Nesse sentido, o conceito de repertório de ação coletiva vem adicionar a dimensão cultural ao processo político (ALONSO, 2012), uma vez que “o confronto político não nasce da cabeça dos organizadores, mas está culturalmente inscrito e é socialmente comunicado” (TARROW, 2009, p. 30). A noção serviu assim para:

[...] observar a evidência de que a produção de demandas se concentra em uma quantidade limitada de formas, que se repetem com variações mínimas e constituem a coleção (ou repertório) dentro das quais os potenciais atores selecionam de maneira mais ou menos deliberada (BRINGEL, 2012, p. 46).

A noção passou por várias redefinições e ajustes ao longo das obras de Tilly<sup>17</sup>. Ela aparece pela primeira vez em *Gettingtogether in Burgundy* (1976), mas é no livro *Frommobilizationtorevolution* (1978) que ganha uma definição, ainda que generalizada:

Num dado ponto do tempo, o repertório de ações coletivas disponível para uma população é surpreendentemente limitado. Surpreendente, dadas as inúmeras maneiras pelas quais as pessoas podem, em princípio, empregar seus recursos ao perseguir fins comuns. Surpreendente, dadas as muitas maneiras pelas quais os grupos existentes perseguiram seus próprios fins comuns num tempo ou noutro (Tilly, 1978, p. 151)<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Ver Alonso (2012), que traça a história do conceito de repertórios de ação coletiva na obra de Charles Tilly.

<sup>18</sup> Tradução de Alonso (2012): “At any point in time, the repertoire of collective actions available to a population is surprisingly limited. Surprisingly, given the innumerable ways in which people could, in principle, deploy their resources in pursuit of common ends. Surprisingly, given the many ways real groups have pursued their own common ends at one time or another” (TILLY, 1978).

Além de destacar que as pessoas possuem formas limitadas de realizar a ação coletiva em cada tempo, Tilly (1978) aponta que a ação coletiva envolve interação entre grupos, incluindo governantes. As pessoas não agem para influenciar estruturas abstratas, elas agem em relação a outras pessoas para realizar objetivos específicos. Nesse sentido, é possível enxergar na noção de repertórios do autor um caráter relacional.

Ainda que foque nas formas de ação coletiva e não nos seus usos (ALONSO, 2012), o autor aponta que grupos similares podem adotar repertórios diferentes e que os repertórios de ação coletiva mudam ao longo do tempo, através de um processo de inovação – abrindo espaço assim, já neste trabalho, para pensar a influência do contexto cultural e da agência dos atores na adoção de determinadas formas de ação. Tilly (1978) indica cinco elementos que influenciam no processo de inovação dos repertórios: os padrões de direitos e justiça; as rotinas diárias; a organização interna da população; a acumulação de experiência com ações coletivas prévias; e o padrão de repressão existente.

Os padrões de direitos e justiça governam os vários tipos possíveis de ação coletiva. Por exemplo, uma vez que um direito é reconhecido, as pessoas entendem que determinadas formas de resistências também são legítimas diante da lesão desses direitos. As rotinas diárias das pessoas afetam como uma ou outra forma de ação pode ser adotada. As greves, por exemplo, tornaram-se possíveis, uma vez que um número considerável de pessoas começou a trabalhar em um mesmo lugar, a fábrica. O padrão de organização também está diretamente relacionado às rotinas diárias da população. O padrão de organização urbano, por exemplo, se deu junto com mudanças da rotina diária das pessoas, na qual houve separação entre o trabalho e a casa. Assim, os repertórios de ação se modificaram com a urbanização e a tendência à concentração do trabalho nas fábricas. A observação das formas de protestos empregadas por outros grupos, isto é, a avaliação das falhas e dos acertos de uma determinada ação coletiva também afeta na escolha das formas de ação. Um repertório de sucesso tende a ser mais empregado do que um que falhou na conquista dos objetivos do grupo. Por fim, o padrão de repressão tende a afetar os custos relativos e os prováveis retornos de uma forma de ação teoricamente permitida. Assim, o alto custo de um tipo de ação tende a tornar algumas formas de manifestação menos viáveis que outras. Mais tarde, o autor (2006) resume esses fatores de inovação em três pontos: conexões entre as formas de reivindicação e o dia a dia da organização social, acumulação criativa e operação do regime.

A partir da década de 1990, Tilly começa a rever sua noção de repertório (agora chamado de repertório de confronto). Refina-a conceitualmente, dando a ela uma dimensão mais relacional e adicionando a noção de rotina (ALONSO, 2012):

A palavra repertório identifica um limitado conjunto de rotinas que são aprendidas, compartilhadas, e encenadas por meio de um processo de escolha relativamente deliberado. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofias abstratas ou tomam forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta. Pessoas aprendem a quebrar janelas nos protestos, atacar prisioneiros ridicularizados, derrubar casas desonradas, a realizar marchas públicas, petições, reuniões formais, organizar associações de interesses especiais (TILLY, 1993, p.264)<sup>19</sup>.

O autor destaca assim que os repertórios são aprendidos através das criações culturais que ocorrem na interação do confronto político. Além disso, Tilly (1993) esclarece uma ambiguidade que havia deixado nos trabalhos anteriores. Segundo ele, nos escritos precedentes havia assumido erroneamente que um ator (individual ou coletivo) possuiria um repertório; porém os repertórios pertencem a conjuntos de atores em disputa e não a atores individuais.

A partir do século XXI, o autor acopla a noção de performances à de repertórios e situa-a em uma teoria da difusão da ação coletiva (ALONSO, 2012). As performances<sup>20</sup> são formas de ação que se agrupam em repertórios de rotinas de contestação<sup>21</sup>. Em outras palavras, os repertórios são conjuntos de performances que possuem a rotina como unidade mínima (ALONSO, 2012). No livro *Repertoires and regime*, de 2006, é enfatizada a constante transformação que os repertórios sofrem: os atores improvisam em cima de *scripts* compartilhados incessantemente. Assim, inovações ocorrem o tempo todo em pequenas escalas, “mas reivindicações eficazes dependem de uma relação reconhecível para sua configuração, de relações entre as partes, e de usos prévios das formas de fazer

---

<sup>19</sup>Tradução nossa de: “the word repertoire identifies a limited set of routines that are learned, shared, and acted out through a relatively deliberate process of choice. Repertoires are learned cultural creations, but they do not descend from abstract philosophy or take shape as a result of political propaganda; they emerge from struggle. People learn to break windows in protest, attack pilloried prisoners, tear down dishonored houses, stage public marches, petition, hold formal meetings, organize special-interest associations” (TILLY, 1993, p.264).

<sup>20</sup> “Performances clump into repertoires of claim-making routines that apply to the same claimant-object pairs: bosses and workers, peasants and landlords, rival nationalist factions, and many more” (TILLY, 2006, p.35).

<sup>21</sup> Claim-making: “They single out, furthermore, discontinuous, public, and collective claim-making: occasions on which people break with daily routines to concert their energies in publicly visible demands, complaints, attacks, or expressions of support before returning to their private lives (TILLY, 2006, p.49).

reivindicações” (TILLY, 2006, p.35)<sup>22</sup>. Aqui ressalta-se novamente o caráter de mediação relacional que os repertórios desempenham entre as partes em confronto político na obra do autor.

Ainda neste mesmo texto, a relação entre os repertórios e a cultura aparece de forma bastante direta. Os repertórios de ação coletiva são desenhados a partir de identidades, laços sociais, formas de organização que constituem a vida cotidiana:

Destas identidades, laços sociais e formas organizacionais emergem tanto as reivindicações coletivas que as pessoas fazem, quanto os meios que elas têm para fazê-las. No curso do confronto ou ao ver os outros em confronto, pessoas aprendem as interações que podem fazer uma diferença política, bem como os significados localmente compartilhados destas interações (TILLY, 2006, p.42)<sup>23</sup>.

Nesse ponto, é necessário assinalar a relação entre repertórios e formas de organização, que aparece em alguns textos<sup>24</sup>. A noção de repertórios está diretamente ligada a de organização, como assinalado na citação acima. Para Chadwick (2007), os repertórios não são ferramentas neutras, mas tomam a forma dos significados dos participantes que estão em uma organização política. “Valores formam repertórios de ação coletiva, que por sua vez formam a adoção do tipo de formas organizacionais”(CHADWICK, 2007, p. 285)<sup>25</sup>. Assim, diferentes organizações políticas adotam diferentes tipos de repertórios. Os partidos, por exemplo,

[...] Usam os repertórios associados às metas de formação dos governos nacionais. Sua respeitabilidade tradicional deriva da sua ampla adesão às regras eleitorais e parlamentares, normas estabelecidas de organização hierárquica, campanhas eleitorais e conduta na função. Normalmente, pertencer a um partido e fazer campanha como membro do partido ou representante, condiciona os tipos de comportamento considerados aceitáveis para se engajar (CHADWICK, 2007, p.285)<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup>Tradução nossa de: “but effective claims depend on a recognizable relation to their setting, to relations between the parties, and to previous uses of the claim-making form” (TILLY, 2006, p.35).

<sup>23</sup>Tradução nossa de: “from those identities, social ties, and organizational forms emerge both the collective claims that people make and the means they have for making them. In the course of contending or watching others contend, people learn the interactions that can make a political difference as well as the locally shared meanings of those interactions” (TILLY, 2006, p.42).

<sup>24</sup> Para Chadwick (2007), por exemplo, a internet provoca um processo de hibridização organizacional nos grupos de interesses tradicionais e nos partidos políticos – que a experimentam através da transplantação e da adaptação seletiva dos repertórios de redes digitais considerados tipicamente de movimentos sociais.

<sup>25</sup>Tradução nossa de: “Values shape repertoires of collective action, which in turn shape the kind adoption of organizational forms” (CHADWICK, 2007, p. 285).

<sup>26</sup>Tradução nossa de: “[...] use repertoires associated with the goals of national government formation. Their mainstream respectability derives from their broad adherence to electoral and parliamentary rules, established norms of hierarchical organization, election campaigning, and conduct in office. Typically, to belong to a party and campaign as a party member or representative constrains the types of behavior in which it is considered acceptable to engage” (CHADWICK, 2007, p.285).

Assim, para compreender um repertório, é necessário também olhar para as relações sociais e a organização política das quais ele deriva. A greve, por exemplo, pode ser vista como uma forma de organização dos trabalhadores, mas também como um repertório de ação coletiva. As redes sociais virtuais funcionam tanto como uma plataforma de organização para a realização de ações coletivas, quanto para dar visibilidade às causas através da circulação de mensagens políticas – podendo ser entendida, dependendo do ponto em que se foca, como forma de organização (como apontamos no capítulo 2) ou como um repertório de ação coletiva.

Uma forma de diferenciar a organização do repertório de ação é entender este último como a parte mais visível ou pública da ação coletiva, isto é, as formas pelas quais os grupos externam suas reclamações e demandas. Em última instância, os repertórios podem ser compreendidos como forma de comunicação entre os movimentos sociais, a sociedade e o Estado. Entendidos dessa forma, os repertórios têm a importância de assinalar elementos característicos da ação coletiva e dos movimentos sociais em cada momento, ressaltando as mudanças em curso. Para Tarrow (2011), a importância das performances para as políticas de confronto pode ser resumida em três pontos: as performances adicionam divertimento e excitação na política; ajudam a solidariedade a crescer entre os protestantes; e desarmam e perturbam os adversários, provocando uma disrupção.

Realizada essas considerações, passamos para uma análise dos repertórios ao longo do tempo. A proposta aqui não é fazer um resgate histórico de todas as formas de ação. Busca-se identificar alguns repertórios típicos de cada um dos momentos analíticos das Teorias dos Movimentos Sociais a partir da dimensão comunicativa da ação coletiva.

## **1.2. Greves**

As greves foram o repertório de ação coletiva hegemônico no século XIX nos países ocidentais europeus e em outras partes do mundo anos mais tarde. Se constituíram como uma forma de reivindicação preponderante do movimento operário em diversos países (em diferentes épocas), durante os processos de industrialização e urbanização específicos pelos quais passaram essas sociedades. Por isto, aqui elas foram selecionadas como um caso típico de repertório do movimento operário, que era o foco das abordagens do primeiro momento das discussões sobre os movimentos sociais modernos.

Recorremos à Tilly (1978), que analisa como as greves se tornaram um repertório de ação coletiva no século XIX, nos países ocidentais da Europa, e ressaltamos os aspectos comunicativos desse repertório de ação. Assim, não faremos uma análise dos padrões de greves em diferentes países do mundo e das mudanças que esses padrões sofrem dentro de cada um deles ao longo dos anos. Por outro lado, também não se pretende que a descrição das greves europeias de Tilly (1978) represente todas as que ocorreram no mundo. Utilizamos as teorizações do autor sobre esse repertório (típico do movimento operário), como um caso a partir do qual é possível discutir a dimensão comunicativa das ações políticas. Feitas essas considerações, passemos para a análise de Tilly sobre as greves.

Tilly (1978) aponta que, embora as greves tenham existido anteriormente em diversos lugares da Europa, apenas no século XIX se tornaram um padrão de performance dos trabalhadores. As greves foram se tornando rotina e, a partir da segunda metade do século, foram legalizadas em grande parte dos países europeus: “[...] estabeleceu-se alguns formatos padrão, adquiriu sua própria jurisprudência, tornando-se objeto de estatísticas oficiais” (TILLY, 1978, p. 159)<sup>27</sup>.

Para o autor, a proletarização criou a greve. Em outras palavras, a proletarização criou o trabalhador que não exerce o controle dos meios de produção e que depende do salário ganho com seu trabalho para sobreviver. Ao passo que o papel da proletarização cresceu no século XIX na Europa com o aumento do número de proletários; greves tornaram-se mais frequentes. Inicialmente elas giravam em torno de questões como salários, horas e condições de trabalho. As greves surgiram, assim, como um processo de resistência dos trabalhadores e, aos poucos, foram se tornando um instrumento pró-ativo:

[...] A greve entrou nos repertórios de ação coletiva dos trabalhadores europeus como meios reativos, mas posteriormente se tornou o principal meio de pró-ação coletiva. Nesse processo, a greve se rotinizou (TILLY, 1978, p. 161)<sup>28</sup>.

Segundo Tilly (1978), os padrões de greves nacionais variam com o passar dos anos, não sendo explicáveis apenas pela maturação da industrialização ou pelo nível de mobilização. Em alguns casos, o número de greve responde de forma positiva ao desenvolvimento da industrialização e, em outros, de forma negativa. O mesmo ocorre em

---

<sup>27</sup>Tradução nossa de: “[...] settled down to a few standard formats, acquired their own jurisprudence, became objects of official statistics” (TILLY, 1978, p. 159).

<sup>28</sup>Tradução nossa de: “[...] the strike entered the collective-action repertoires of European workers as a reactive means, but later became a primary means of collective proaction. In this process, the strike routinized” (TILLY, 1978, p. 161).

relação ao processo de mobilização dos trabalhadores. Existem ainda outros fatores que influenciam na ocorrência ou não destas, como as guerras.

Em resumo, segundo o autor, a comparação dos padrões de greves nacionais (dos países europeus) aponta para duas dificuldades. Em primeiro lugar, as greves são um dos muitos meios de ação abertos para os trabalhadores. Outras alternativas, como pressão política, sabotagem e manifestações, são utilizadas dependendo da situação. Além disso, a estrutura particular para que a paralisação do trabalho ocorra depende do comportamento das outras partes: do patrão, dos sindicatos e do governo. Essas duas questões indicam que o nível de atividades de greve é um indicador imperfeito do seu papel na ação coletiva da classe trabalhadora. Assim, uma análise do papel das greves deve levar em consideração as escolhas entre outras formas alternativas de ação coletiva e o processo de negociação.

A segunda dificuldade está no fato de que os laços entre as organizações trabalhistas e os governos afetam fortemente as greves. Se as organizações trabalhistas se fortalecem, estabelecem boas relações com os governos e adquirem controle das ações coletivas, as greves tornam-se relativamente custosas para as empresas; porém, na medida em que o governo diminui sua intervenção, a força das greves passa a depender do ritmo da economia. (TILLY, 1978, p. 159).

Nessa análise de Tilly (1978) sobre as greves, despontam alguns elementos interessantes para a reflexão sobre a dimensão comunicativa desse repertório. Em primeiro lugar, é interessante notar que, enquanto forma de expressão do descontento dos trabalhadores, a paralisação da produção “garante” a abertura de um diálogo e de uma negociação. A greve é assim, no contexto operário, a forma de comunicação que mais pressiona o patrão e o Estado, porque implica em perdas econômicas. Nesse sentido, é possível compreender porque ela e não outra forma de ação é o repertório típico dos movimentos operários e trabalhistas (embora outros repertórios também podem ser mobilizados em determinadas situações).

Além disso, as descrições de Tilly (1978) evidenciam a sua noção relacional de repertórios de ação coletiva, uma vez que explicita como as greves são produto das interações entre Estado, patrões, operários e sindicatos. O autor mostra como a greve toma configurações diferentes, dependendo das diferentes articulações e situações destes atores. É interessante notar que a relação entre esses quatro interlocutores não é horizontal nem direta. Os sindicatos possuem o papel de convocar as greves e de realizar a mediação entre as reivindicações dos



trabalhadores e as contrapropostas dos patrões. O Estado, por sua vez, também pode mediar esta situação adotando medidas que favoreçam um outro lado. Assim, a greve, embora seja construída na interação do confronto, é convocada e gerida por uma organização.

### 1.3. Repertórios de ação dos novos movimentos sociais

A categoria novos movimentos sociais surge para designar os atores que emergiram a partir dos anos 1970. Buscava-se contrastá-los com os movimentos trabalhistas e com o pressuposto marxista de que a classe era o elemento central na política e de que apenas mudanças econômicas resolveriam os problemas sociais. Exemplos destes novos atores são: o movimento feminista, ecologista, pela paz, pelo direito dos animais, da juventude, movimento LGBT, antiaborto, entre outros. Para Melucci (1989), há uma transformação dos conflitos a partir dos anos 1980, na qual estes “saem do sistema tradicional econômico-industrial para áreas culturais” (p. 58), redefinindo a situação dos movimentos sociais e suas formas de ação. Os novos movimentos sociais têm como característica comum atuar por fora dos canais institucionais e enfatizar o modo de vida, a ética e a identidade. As atividades dos movimentos não são, portanto, apenas um instrumento para alcançar os objetivos, são a própria mensagem que esses atores querem passar. “Estes movimentos são alegadamente novos em questões, táticas e circunscrições” (CALHOUN, 1993, p.387)<sup>29</sup>.

No que se refere especificamente aos repertórios de ação coletiva empregados, os novos movimentos sociais se afastam da política institucional ou parlamentar, recorrendo às ações diretas e às novas táticas não convencionais:

Cada novo movimento pode também experimentar novas maneiras de enganar as autoridades, seja repassando sua mensagem ou causando perturbações suficientes para extrair concessões ou adquirir poder. Deste modo, cada movimento pode adicionar um repertório de ação coletiva (em 1978, frase de Tilly) que estará disponível para os movimentos subsequentes (CALHOUN, 1993, p.405)<sup>30</sup>.

Para Calhoun (1993), a adoção de repertórios “não convencionais” não significa que são repertórios novos em si. Em um sentido político, são as práticas que se dão fora da rotina política, tentativas de burlar as rotinas das eleições e dos *lobbys*. Os meios não convencionais de ação são utilizados por grupos de pessoas que possuem poucos recursos além das suas

<sup>29</sup>Tradução nossa de: “these movements were allegedly new in issues, tactics, and constituencies” (CALHOUN, 1993, p.387).

<sup>30</sup>Tradução nossa de: “each new movement may also experiment with new ways to outwit authorities either in getting its message across or in causing enough disruption to extract concessions or gain power. In this way, each movement may add to a repertoire of collective action (in Tilly's 1978 phrase) that is available to subsequent movements” (CALHOUN, 1993, p.405).

ações públicas. Portanto, não são uma novidade dos novos movimentos sociais. A ação direta, por exemplo, já era importante para os movimentos sociais desde o início do século XIX na Europa<sup>31</sup>.

Assim, embora as greves e os repertórios voltados para o campo institucional não tenham desaparecido, de forma geral, os novos movimentos sociais priorizam formas de ações que dialogam com a sociedade, a fim de “revelar projetos, anunciar para a sociedade que existe um problema fundamental numa dada área” (MELUCCI, 1989, p. 59). Nesse sentido, a visibilidade e a comunicação tornam-se fundamentais em suas estratégias.

Assis (2006), discutindo especificamente o movimento ambientalista, assinala que este, em suas várias vertentes, construiu uma série de repertórios, como a criação de táticas de tomadas de decisões em grupos, de meios para se relacionar com a mídia, realização de mobilizações nas ruas, formação para embates policiais e construção de canais próprios de comunicação. O autor destaca que grupos como o Greenpeace “amplificaram o potencial de sua mensagem humanitária a partir de uma coordenação de comunicação que privilegia o destaque publicitário dos problemas ambientais” (ASSIS, 2006, p. 24).

Crispim (2003) analisa as estratégias do Greenpeace no Brasil para tornar-se agenda na mídia. A autora, a partir dos *releases* produzidos pela ONG, conclui que as mensagens são criadas de forma a destacar o elemento singular das ações diretas perpetradas por eles, tornando-as assim noticiáveis.

A singularidade adicionada pelo Greenpeace está presente, por exemplo, quando a entidade escolhe promover um jogo de futebol com ativistas vestidos com camisas da Inglaterra e Japão contra outros representando a própria instituição, numa encenação que sintetiza a situação que de fato estava acontecendo: os dois países estavam sendo confrontados pela entidade por planejarem um carregamento de plutônio que poderia causar grave dano ambiental (CRISPIM, 2003, p.81).

É interessante notar que, embora esse não seja o foco de análise da autora, a própria “singularidade noticiável” criada pelo grupo já constitui por si só uma estratégia comunicativa do movimento. No exemplo acima, por exemplo, através da metáfora do jogo de futebol, expõe-se para a sociedade de forma criativa a mensagem que se quer passar. Ainda assim, necessita-se que essas ações tenham uma visibilidade massiva, o que torna o relacionamento com a grande imprensa algo também necessário.

---

<sup>31</sup>Revolution still seemed to be a possibility in most European countries, which gave an added punch to all forms of public protest and threatened real civil disturbance (CALHOUN, 1993, p.406).

Apesar de destacarmos aqui o movimento ambientalista e o Greenpeace, os repertórios citados acima, bem como a importância de acessar a mídia hegemônica, são características que marcam as táticas de ação dos novos movimentos sociais de forma geral.

#### **1.4.Os repertórios do ciberativismo**

O Zapatismo é conhecido, dentre outras características, por ser o primeiro movimento de alcance global a utilizar a internet de forma política. O uso da rede de computadores foi uma das estratégias de comunicação utilizadas pelo movimento e pode ser entendida em conjunto com outras ações que visavam ao diálogo com a sociedade civil. Dentre essas ações estão, por exemplo, as cartas do subcomandante Marcos, o tratamento dado à imprensa e a promoção de encontros internacionais presenciais. O papel desempenhado pela internet no Zapatismo precisa ser contextualizado dentro destes esforços de diálogos do movimento com a sociedade. Vejamos brevemente como essas ações se configuraram.

Para Figueiredo (2007), o Zapatismo inovou no diálogo com a sociedade civil através de uma simbiose entre a arte e a comunicação. Um exemplo claro desse feito foram as cartas do subcomandante Marcos, que recorriam ao lúdico para passar suas mensagens. Através das referências literárias e da personificação dos destinatários, Marcos quebrava a lógica racionalista-científica das discussões políticas. Para Felice (2007), o diferencial desses escritos é a referência às visões de mundo dos povos latino-americanos, excluídas historicamente dos processos institucionais (e, inclusive, dos revolucionários). O autor chama atenção para a linguagem sincrética utilizada nesses comunicados, construídos em meio a uma mistura de referências, ausência de dogmatismo e sem reivindicar um modelo único de sociedade<sup>32</sup>.

Outra estratégia comunicativa utilizada pelo movimento foi a relação com a imprensa. Figueiredo (2007) aponta que, em vez de ignorá-la, o EZLN elegeu três jornais (*La Jornada*, *El Financiero* e *Proceso*), de políticas editoriais mais pluralistas, e passou a privilegiá-los com informações. Os Zapatistas realizaram ainda diversos encontros internacionais entre a sociedade civil, como a *Convenção Nacional Democrática e os Encontros Intercontinentais*

---

<sup>32</sup> “Os comunicados realizam uma revolução na linguagem política latino-americana e internacional, na visão e na prática política, criando uma linguagem tipicamente latinoamericana; uma linguagem “contaminada”, onde cabem “todos os mundos”, uma linguagem ‘poliglóssica’ e, portanto, antidogmática. Uma linguagem que inclui a tradição filosófica e política européia e a cosmovisão dos descendentes dos antigos mayas; inclui a literatura latinoamericana e também aquela européia; inclui a visão de mundo dos camponeses, das crianças e das mulheres do sul do México” (FELICE, 2007, p. 179).

(1994), nos quais lançaram o convite para movimentos e indivíduos em geral se juntarem, a fim de refletirem sobre uma nova sociedade, a democracia e as alternativas ao neoliberalismo.

Com esse breve panorama das estratégias comunicativas realizadas pelo Zapatismo, percebe-se uma busca do movimento em criar canais de comunicação e diálogo com a sociedade civil. É dentro desse contexto que o uso da internet, enquanto repertório de ação, pode ser entendido. Mais que isso: é considerando esses esforços de diálogo que é possível compreender a configuração e a forma como a internet foi utilizada no Zapatismo. Vejamos agora como isso ocorreu.

A rede de computadores tornou possível o contato a distância a custos reduzidos, permitindo que ações de solidariedade aos indígenas de Chiapas fossem realizadas em vários países em uma escala sem precedentes. Além disso, parte desta solidariedade ganhou forma na internet com a criação de páginas que reuniam informações sobre o conflito chiapaneco e publicavam os comunicados do movimento. Rovira (2009), ao refletir sobre os vários níveis de envolvimento com o Zapatismo, mostra a importância dos *sites*, listas de *e-mails* e dos receptores transitórios (que apenas replicam ou repassam as informações) na difusão das informações sobre o conflito.

Foi com o Zapatismo que o hacktivismo ganhou espaço na mídia e veio ao conhecimento público pela primeira vez. O primeiro grupo a se autodenominar ciberativista, o *ElectronicDisturbanceTheater*, organizou uma ocupação *on-line* do *site* do governo mexicano em solidariedade aos Zapatistas, utilizando um *software*, FloodNet, desenvolvido por eles. A ação foi denominada “*project SWARM*” e foi realizada em 1998 (WRAY, 1998). Outra ação nesse sentido, ainda que não seja *hacker*, foi a realização, pelo grupo *CriticalArt Ensemble*, de um monumento virtual em memória das vítimas do Massacre de Acteal, também em 1998<sup>33</sup>.

Apesar da precedência do Zapatismo, Tarrow (2011) define como marco os protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorridos em Seattle (1999), quando um novo repertório de confronto se configurou:

Nesta onda de contenção, manifestantes não apenas atacam alvos além do Estado-nação, mas começam a experimentar um novo e imaginativo repertório de confronto. Eles combinam performances pacíficas e violentas, mobilização face-a-face e eletrônica, ações domésticas e transnacionais, deixando muitos convencidos do declínio da soberania do Estado por vir e da ascensão de um movimento pela democracia global. Eles também desencadearam um novo e mais agressivo repertório de policiamento de protesto, causando a morte de um manifestante em

---

<sup>33</sup> Massacre, ocorrido em dezembro de 1997, de 45 indígenas que se encontravam dentro de uma igreja na região de Acteal, no estado mexicano de Chiapas.

Genoa e a prisão de muitos em protestos em torno da Convenção Nacional Republicana em Nova Iorque em 2004 (TARROW, 2011, p. XV)<sup>34</sup>.

Smith (2001), em consonância com Tarrow (2011), argumenta que a globalização afeta a maneira de as pessoas mobilizarem e agirem politicamente, tornando as ações coletivas voltadas para as arenas políticas multilaterais. O autor analisa os repertórios de ação coletiva empregados nas mobilizações de Seattle (Batalha de Seattle), mostrando como eles transcendem os interesses e as identidades locais e nacionais para formular críticas ao Estado e as elites. Isso ocorre, segundo ele, de duas formas: pela adaptação de antigos repertórios empregados em contextos nacionais e transpostos para a política global; e pela inovação<sup>35</sup> de táticas, isto é, criação de táticas já voltadas para a resistência à globalização. Smith (2001) cria assim uma tipologia para as táticas dos movimentos em processos políticos globais. No que se refere à adaptação de repertórios antigos, o autor os classifica em três categorias: educação e mobilização; *framing* e mobilização simbólica; e interrupção. Já em relação à inovação das táticas, o autor as subdivide em: ação de organização e mobilização; empréstimo de formatos oficiais; e ativismo eletrônico.

Na categoria “ações de educação e mobilização”, Smith (2001) cita os protestos de ruas, existentes anteriormente em nível nacional e agora utilizados nas manifestações globais. O maior expoente dessa tática, segundo o autor, foi a organização do Dia Internacional de Ação, no dia 30 de novembro de 1999 (data da abertura da conferência da OMC), quando ocorreram manifestações em diferentes cidades de mais de 20 países. As ações educacionais foram outro repertório empregado. Estas se constituíam na realização de eventos e painéis contendo explicações sobre as consequências da globalização e dos acordos internacionais. Tal tática já havia sido utilizada durante a resistência à Guerra do Vietnã, porém, segundo Smith (2001), o foco agora não eram questões nacionais, e sim o regime político e econômico global. Uma terceira estratégia foram as redes de ações diretas, que eram grupos de afinidades para coordenarem as ações. Essa estratégia de participação local e flexibilidade no comando

---

<sup>34</sup>Tradução nossa de: “in that wave of contention, protesters not only attacked targets beyond the nation-state but began to experiment with a new and imaginative repertoire of contention. They combined peaceful and violent performances, face-to-face and electronic mobilization, and domestic and transnational actions, leaving many convinced of the coming decline of state sovereignty and the rise of a movement for global democracy. They also triggered a new and more aggressive repertoire of protest policing, causing the death of a protester in Genoa and the arrest of many in protests surrounding the Republican National Convention in New York in 2004” (TARROW, 2011, p. XV).

<sup>35</sup> “These activities are ‘innovative’ in that they have been introduced to social movement repertoires more recently, although some have been used to some degree for many decades. Most of these forms had been used frequently prior to the protests in Seattle by actors targeting global institutions” (SMITH, 2001, p. 19).

das ações é uma herança dos grupos anarquistas e já havia sido utilizada anteriormente em outros protestos nos EUA. O conselho das manifestações de Seattle também declarou à cidade uma “MAI free zone”, resgatando a tática utilizada desde os anos 1980 durante o bloqueio do Acordo Multilateral de Investimento. A tática consistia em organizar ações que evidenciassem como as políticas globais influenciavam os interesses locais<sup>36</sup>.

Na categoria de “*framing* e mobilização simbólica”, o autor enquadra uma das estratégias mais conhecidas dos protestos contra a OMC: a realização da cobertura alternativa dos eventos a partir da fundação do *Indymedia* – um coletivo de mídia independente que se formou durante a Batalha de Seattle. As raízes do Indymedia remontam aos encontros intercontinentais promovidos pelo Zapatismo, quando uma rede de comunicação global e alternativa – a *Red Intercontinental de Información Alternativa* (RICA) – começou a ser gestada (WOLFSON, 2012). A tática teve forte impacto na difusão do protesto e na própria construção da história dos movimentos:

As ideias por trás destes sites de mídia alternativa são estreitamente relacionadas ao movimento de código aberto que, por sua vez, mistura-se muito com o movimento de justiça global e seu processo de arquivamento e sistematização de seus trabalhos e ações em “projetos-memória” como o *Euromovements.info* (LAER e AELST, p. 1158, 2010)<sup>37</sup>.

Outro repertório utilizado em Seattle foram os testemunhos globais. Caravanas em torno dos EUA e do Canadá levavam organizações de cidadãos para falarem nas comunidades locais sobre os efeitos das políticas econômicas. O teatro de guerrilha foi outra estratégia importante, que contribuiu para comunicar as críticas globais através de uma linguagem bem humorada e criativa<sup>38</sup>. Os ativistas adaptaram também resistências simbólicas do *Boston WTeaOParty*, adotando símbolos históricos da resistência colonial, clamando por “não à globalização sem representação”. Realizaram ainda alguns boicotes, rejeitando produtos como camarões capturados com redes que matam tartarugas marinhas e aço importado a preço

---

<sup>36</sup>“The fact that the Seattle city council declared their city an ‘MAI-free zone’ set an ominous tone for visiting trade delegates who faced an agenda full of proposals to advance variations of the MAI within the WTO framework” (SMITH, 2001, p.11-12).

<sup>37</sup>Tradução nossa de: “the ideas behind these alternative media sites are closely related to the open source movement that in turn very much intermingles with the global justice movement and its process of archiving and systematizing their work and actions in ‘memory-projects’ like *Euromovements.info*” (LAER e AELST, p. 1158, 2010).

<sup>38</sup> Os ativistas do Greenpeace jogaram uma chuva de preservativos nos delegados governamentais exibindo o *slogan* “prática comercial segura”. As redes de ações diretas realizaram propagandas com fantoches (*puppet-ganda*) nos protestos de ruas, exibindo os “fantoches das decisões”. Os ativistas utilizaram também bandeiras grandes em prédios, com *slogans* informando sobre as questões em jogo na conferência global.

inferior aos custos de produção dos Estados Unidos. Outra tática foi o envio de mensagens diretas para os delegados presentes no encontro<sup>39</sup>.

No que tange às “ações disruptivas”, o autor cita os bloqueios aos espaços oficiais da conferência internacional e vandalismo nos espaços corporativos. Os ativistas bloquearam o acesso ao encontro da OMC, conquistando espaço midiático para suas reivindicações. Recorreram ainda a formas de desobediência civil utilizadas anteriormente nos movimentos pelos direitos civis e contra a guerra do Vietnã. Com o crescente número de prisões, os protestantes adotaram a tática da prisão solidária, recusando a dar nomes até que todos os detidos tivessem garantidas penas reduzidas.

Paralela a estas adaptações de repertórios clássicos, Smith (2001) descreve as práticas inovadoras, isto é, que foram introduzidas nos movimentos sociais mais recentemente no contexto de confronto com instituições globais. Quanto à “ação de organização e mobilização”, foram criadas associações internacionais, bem como produzidos e distribuídos jornais de organizações não governamentais com interpretações contra hegemônicas das negociações oficiais.

Em relação ao “empréstimo dos formatos oficiais”, um repertório importante foi a organização da Assembleia dos Povos, na mesma semana do encontro da OMC. O espaço constituiu-se em uma coalizão de organizações para debater as questões de interesse destes grupos de ativistas, como meio ambiente, saúde, direitos humanos, trabalho, agricultura. Smith (2001) aponta ainda que os ativistas *experts* em assuntos específicos muitas vezes eram demandados pelos chefes das delegações abrindo assim espaço para as pautas dos movimentos nos espaços oficiais. Na Assembleia Global dos Povos, foi criado o *Tribunal Contra Crimes Corporativos Contra a Humanidade*, que organizou um programa com o objetivo de pesquisar e apresentar dados sobre as práticas das corporações em torno do mundo.

Por fim, a terceira categoria de práticas inovadoras apontada pelo autor é a de “ativismo eletrônico”. Tanto os movimentos nacionais como os transnacionais utilizaram *sites* e listas de *e-mails* para se comunicarem interna e externamente. Essa comunicação permitiu a eles transmitir os protestos instantaneamente e orientar as redes de ativistas para respostas rápidas nas ruas. Realizaram-se ainda ocupações virtuais dos *sites* da OMC e criou-se um

---

<sup>39</sup> Os ativistas tentaram entregar estas mensagens nas mãos dos líderes, furando o bloqueio policial. A ONG Global Exchange, utilizando seu cartão de entrada na cerimônia, subiu ao palco e apontou os delegados que conseguiram furar as barricadas dos protestantes.

*sitespelho* com informações críticas. Milhares de *e-mails* e fax de protestos foram enviados contendo os objetivos dos ativistas.

Embora a tipologia de Smith (2001) avance no sentido de descrever com detalhes as estratégias utilizadas nas manifestações contra a OMC, ela trata as esferas nacionais e globais de forma muito estanque. Mas passemos para a análise de outras teorizações sobre os repertórios digitais.

No início do século XXI, surge o conceito de *smartmob* (HOWARD, 2004) para designar manifestações políticas empreendidas por um tipo de rede social móvel, que, a partir do contato informal e instantâneo (possibilitado por tecnologias móveis, computação móvel e redes sem fio), pode mobilizar-se e coordenar-se (VALENTIM, 2005; HOWARD, 2004). Apresentam-se como um novo tipo de repertório por constituir-se em uma manifestação organizada através de comunicação digital e que mobiliza pessoas que não se conhecem previamente.

A noção de *smartmobs* ou multidões inteligentes foi cunhada em diálogo com a de *flash mobs*, que designa a “reunião pública de estranhos, organizada via celulares e internet, que leva a cabo um ato sem sentido, atrás do qual se dispersa de novo” (VALENTIM, 2005, p. 251). Um *smartmob* compartilha várias semelhanças com um *flash mob*, porém carrega um sentido político. Dentre as semelhanças estão: irrupção momentânea; reivindicação e ocupação do espaço urbano; a presença pública como fator essencial para a participação; ênfase no momento; caráter múltiplo, ousado e imprevisível; incerteza de quantas pessoas comparecerá e de como ocorrerá a ação; caráter lúdico e interesse estético; ênfase na sociabilidade, na importância das experiências pessoais e nas atividades corporais; comunicação emocional; importância da reflexão compartilhada e tecnologicamente mediada; exposição da narração das ações na rede por meio de relatos fotográficos, videográficos e escritos (LASÉN; ALBÉNIZ, 2008).

Dois pontos podem ser destacados nos repertórios de ação utilizados no Zapatismo, na Batalha de Seattle e nas mobilizações que se seguiram: utilização de comunicação digital e interconectada e um sentido global nas ações. Essas duas características ganham novos contornos a partir de 2011, com as revoltas que emergiram em várias partes do mundo – acarretando inovações nos repertórios de ações coletivas.

No que se refere à comunicação digital, as lutas contemporâneas também encontram-se fortemente influenciadas pela comunicação digital, porém o uso das redes sociais virtuais é



um elemento que ganhou força e centralidade. Assim, o estopim de muitas dessas revoltas, seja no Norte da África, no Oriente Médio, na Europa, nos EUA ou na América Latina, ocorreu na internet:

Em todos os casos se originam mediante uma chamada à ação desde o espaço dos fluxos que pretende criar uma comunidade instantânea de práticas insurgentes no espaço dos lugares. A origem da convocatória é menos relevante que o impacto da mensagem nos destinatários múltiplos e não específicos, cujas emoções conectam com o conteúdo e a forma da mensagem (CASTELLS, 2012, p. 214)<sup>40</sup>.

A possibilidade de convocar manifestações globais via redes sociais ganhou escala sem precedentes com o *15 O*, protesto global que ocorreu no dia 15 de outubro de 2011. Considerada uma das maiores manifestações globais, foi gestada durante as revoltas na Espanha, através da plataforma *¡Democracia Real YA!* e contou com o apoio do coletivo *Occupy Wall Street*, sendo também difundida através do Twitter.

No que tange ao caráter global desses protestos que emergiram a partir de dezembro de 2010, o que se percebe é que há um reavivamento das questões nacionais. Baumgarten (2013) realiza um estudo sobre as mobilizações que se iniciaram em março de 2011 em Portugal e ficaram conhecidas como Geração à Rasca (Geração Desesperada). Segundo a autora, embora muitas iniciativas dos ativistas tenham sido inspiradas em eventos internacionais e seja possível reconhecer várias influências de movimentos de outros países na importação de formas de ação, *frames* e ideias (como, por exemplo, a ocupação de praças públicas, a reivindicação por uma democracia real e as assembleias), os protestos portugueses estiveram focados em movimentos sociais clássicos e foram dirigidos predominantemente ao Estado-nação.

Assim, especificamente no que se refere aos repertórios de ação pós-2010, deve-se atentar para quem são os interlocutores mediados por eles. De forma preliminar, é possível apontar que há uma pluralidade de organizações envolvidas nesses repertórios, mas, sobretudo, indivíduos. Grande parte das manifestações iniciais foi convocada via redes sociais virtuais por indivíduos que não representam uma organização ou um movimento social. Feito esse resgate dos repertórios de ação coletiva a partir de alguns marcos do ciberativismo, na próxima seção buscamos reunir debates mais teóricos em torno da questão.

---

<sup>40</sup> Tradução nossa de: “En todos los casos se originan mediante una llamada a la acción desde el espacio de los flujos que pretende crear una comunidad instantánea de prácticas insurgentes en el espacio de los lugares. El origen de la convocatoria es menos relevante que el impacto del mensaje en los destinatarios multiplex y no específicos, cuyas emociones conectan con el contenido y la forma del mensaje” (CASTELLS, 2012, p. 214).

### 1.4.1. Internet e novas formas de ação coletiva

Desde a revolta Zapatista em 1994, os efeitos da utilização da internet pelos movimentos sociais tornaram-se visíveis pela emergência de novos repertórios de ação coletiva; alguns deles, diretamente influenciados pela utilização das novas tecnologias, como as ocupações de *sites*, as petições *on-line*, o hackeamento de páginas, os *smartmobs*, dentre outros. Nem todos os repertórios de ação surgidos desde então guardam relação direta com as NTICs. Tarrow (2011) assinala que, no século XXI, além dos repertórios *on-line*, formas de protestos *off-line* também têm sido inventadas, como, por exemplo, a utilização dos fantoches gigantes – que apareceram nos protestos de Seattle em 1998 e se difundiram pelo mundo. Na discussão desta seção, focamos especificamente nos repertórios de ação coletiva que guardam uma relação direta com as NTICs, o que não significa dizer que são repertórios digitais ou que ocorrem apenas no ambiente *on-line*. A interligação entre o ambiente *on-line* e o *off-line* perpassa todas as dimensões da ação coletiva de forma geral.

Ao nos propormos refletir sobre os repertórios relacionados às NTICs, devemos lembrar que a ação coletiva baseada em mídias não é uma novidade (como trabalhado no capítulo 3). Essa relação existe mesmo antes da internet:

É verdade que os esforços em ações coletivas anteriores têm sido baseados em mídias e utilizaram mídias em uma variedade de formas de rádios “piratas” tradicionais, no modelo europeu, ou antigas formas nos Estados Unidos, como a criação da Pacifica Radio. Em linhas gerais, estes esforços estavam mais preocupados com uma orientação política e ideológica particulares ou no caso da rebelião de muitos empresários piratas europeus contra a mídia dominada pelo Estado (COOPMAN, 2011, p.159)<sup>41</sup>.

Para Coopman (2011), embora exista essa relação histórica entre as mídias e a ação coletiva, hoje ela se dá em um novo modelo: as redes dissidentes (*networks of dissent*<sup>42</sup>). Simplificadamente, para o autor, este modelo de ação coletiva se caracteriza por ser baseado na agregação de participantes em projetos para alcançar direitos comunitários que se desenvolvem paralelos a instituições.

---

<sup>41</sup>Tradução nossa de: “it is true that previous collective action efforts have been based in mediums and utilized media in variety of ways traditional ‘pirate’ radio in the European model or earlier forms in the U.S. such as the creation of Pacifica Radio. Broadly, these endeavors were more concerned with a particular ideology and political orientation or in the case of many European pirates entrepreneurial rebellion against state dominated media” (COOPMAN, 2011, p.159).

<sup>42</sup> “Specifically, a dissent network as an action-oriented, relational, heterogeneous network comprised of homogeneous networks/nodes (individuals, groups, or organizations). These emerge via an unofficial consensus on the failure of existing institutions (state or private) or regimes of control to meet community needs enabled and magnified by digital technology” (COOPMAN, 2011, p. 158).

A reflexão de Coopman (2011) não se resume aos repertórios de ação coletiva, mas, ao relacionar um novo modelo de ação coletiva à utilização das NTICs, ele nos dá abertura para questionarmos: a adoção de uma nova tecnologia gera um novo repertório? Tilly (2006) realiza uma crítica ao estabelecimento dessa relação, entendendo-a como determinismo tecnológico: “Sim, ativistas adotam novas tecnologias quando estas tecnologias forem para seus propósitos para além das técnicas. Mas os propósitos sobrepõem-se às técnicas (TILLY, 2006, p.42)<sup>43</sup>. O autor argumenta que, analisando detalhadamente os repertórios que utilizam as NTICs, é possível observar que estas são submetidas aos usos sociais e não o contrário.

O autor tem razão, sobretudo se for considerado que sua noção de repertórios está relacionada a processos mais amplos e complexos, como a estrutura de oportunidades políticas, a organização, os laços sociais e as transformações do sistema capitalista. Mas vale ressaltar que as tecnologias não se desenvolvem apenas de acordo com o uso social. Lievrouw (2011) analisa as novas mídias alternativas e ativistas – surgidas com o desenvolvimento e a proliferação das redes de comunicação e informação tecnológica – a partir do uso social. A autora destaca que o desenvolvimento destas tem relação com as ideias, decisões, atos e necessidades das pessoas, mas não é determinado por elas. Existem interesses mercadológicos e estratégicos para além do uso pessoal. Nesse sentido, as NTICs estão submetidas aos propósitos sociais, mas também aos interesses mercadológicos, e seu desenvolvimento se dá na relação entre essas esferas. Tomando como base a própria noção relacional dos repertórios de Tilly (1978;1993;2006), a compreensão dos repertórios mediados pelas NTICs, deve levar em consideração esta tensão entre os usos sociais e os interesses comerciais que ocorrem no processo de desenvolvimento dessas tecnologias da comunicação.

Talvez essa questão esteja melhor colocada se considerarmos os repertórios de ação coletiva que utilizam NTICs dentro de um contexto mais amplo. Uma primeira questão que se deve levar em conta, paralela à popularização da internet, é o contexto de globalização neoliberal. Smith (2001) argumenta que há uma mudança dos repertórios de ação dos movimentos sociais em razão da reorganização das relações política e econômica para o nível global:

No final do século vinte, o crescimento de instituições internacionais parece ter alterado pelo menos algumas vantagens políticas para contendores operando em

---

<sup>43</sup>Tradução nossa de: “yes, activists adopt new technologies when those Technologies serve their purposes. But purposes override techniques” (TILLY, 2006, p.42).

escala transnacional, que podem intervir regularmente em processos políticos intergovernamentais (SMITH, 2001, p.10)<sup>44</sup>.

O argumento do autor é de que os atores sociais adaptam os velhos repertórios ou criam novos, a fim de fazer frente à ação das instituições e políticas em nível global. O argumento em si faz sentido, o problema aqui é a tipologia que separa as esferas nacionais e globais.

Paralela a este contexto de globalização neoliberal e diretamente ligada a ele, a internet tornou-se uma tecnologia central na sociedade, transformando a estrutura de comunicação. Para Kreimer (2001), até então os meios de comunicação possuíam altos custos de disseminação de informação, excluindo assim uma grande parcela da população do debate público. Nesse contexto, os repertórios de protestos tinham que desenvolver formas de organização e comunicação para atingir o público sem grandes quantias de capital.

Piquetes, folhetos e comícios em propriedade pública permitiram o movimento dos trabalhadores se organizar sem depender de jornais com donos hostis ou salas de reuniões caras; organizadores dos direitos civis usaram marchas, boicotes, e ocupações, todos construídos em organizações internas existentes para atingir uma outra audiência nacional não disponível (KREIMER, 2001, p.122)<sup>45</sup>.

A internet altera esse cenário, uma vez que reduz os custos de comunicação, permitindo, por exemplo, que cada cidadão tenha sua página na internet. “O acesso à internet diminui os custos de produção e disseminação de informação e discussão, e, portanto, o capital necessário para entrar no diálogo público” (KREIMER, 2001, p.124)<sup>46</sup>. Mais especificamente, Kreimer (2001) indica que a internet altera os repertórios de ação coletiva por dois motivos. O primeiro deles é que permite o acesso direto à comunicação sem a necessidade de instituições mediadoras deste processo, driblando assim os filtros supressores de informação. O segundo é que a internet facilita o recrutamento de membros dispersos, menos inclinados a reconhecerem eles mesmos na identidade do grupo, e multiplica as capacidades de os organizadores do movimento realizarem a mobilização de membros e simpatizantes.

---

<sup>44</sup>Tradução nossa de: “by the late twentieth century, the growth of international institutions appears to have shifted at least some political advantage to contenders operating on a transnational scale who can intervene regularly in inter-governmental political processes” (SMITH, 2001, p.10).

<sup>45</sup>Tradução nossa de: “picketing, leaflets, and rallies on public property allowed the labor movement to organize without relying on newspapers with hostile owners or expensive meeting halls; civil rights organizers used marches, boycotts, and sit-ins, all of which built on existing internal organization to reach an otherwise unavailable national audience” (KREIMER, 2001, p.122).

<sup>46</sup>Tradução nossa de: “access to the Internet lowers the cost of producing and disseminating information and argument, and hence the capital required to enter public dialogue” (KREIMER, 2001, p.124).

De forma mais direta, Laer e Aelst (2010) – ainda que se baseando na dicotomia *on-line* e *off-line* da qual discordamos – buscam pensar como a internet modifica os repertórios de ação coletiva, possibilitando a criação de novos repertórios e facilitando outros. No quesito criatividade, os autores argumentam que a internet permite criar e modificar as táticas, expandindo o *kit* de formas de ação dos movimentos sociais. Desse modo, a internet possibilita a criação de novas formas de ação (virtuais; existem apenas por causa da internet), para além das velhas formas de ação (reais; ferramentas tradicionais dos movimentos sociais que podem ser facilitadas pela internet). Já em relação à função de facilitação da internet, os autores apontam que a internet diminui os custos de transação das ações<sup>47</sup>. Através de uma estrutura global de comunicação, a internet permite a colaboração, participação, organização para além dos impedimentos de tempo e espaço.

Laer e Aelst (2010) desenvolvem uma tipologia dos “novos repertórios de ação coletiva digitalizados”. Esta se baseia em duas dimensões: nível de dependência da internet e custo de participação para a ação. Combinadas, as duas dimensões dão origem a quatro categorias: ações suportadas pela internet com baixo custo de participação, ações suportadas pela internet com alto custo de participação, ações baseadas na internet com baixo custo de participação e, por fim, ações baseadas na internet com alto custo de participação. Abaixo as sintetizamos em um quadro:

---

<sup>47</sup>Os autores entendem que os custos da ação envolvem diferentes variáveis, mas focam apenas na participação prática: “One crucial variable we will focus on here, however, is the practical participation costs inherent to a particular action form, thus, the amount of resources needed to engage in a particular tactic (e.g. time, money and skills). These costs also refer to potential costs, like the costs related to getting arrested. For instance, signing petitions can be considered a tactic entailing negligible costs, because of minimal commitment and risk, thus consisting of a low participation threshold. But in order to participate in a street demonstration, you need some spare time, maybe money to pay your travelling expenses and you might risk a violent confrontation with police forces. Here, thresholds to participate are obviously much higher” (Laer e Aelst, 2010, p. 1151).

<b>Repertórios de ações coletivas digitais</b>		
<b>Repertórios</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos</b>
Ações suportadas pela internet com baixo custo de participação.	Formas tradicionais de ação coletiva que se tornaram normais ao longo do tempo e foram facilitadas pela internet nos últimos anos.	-Doação de dinheiro; - boicotes de consumo; - protestos/manifestações legais.
Ações suportadas pela internet com alto custo de participação.	Ações de alto custo que têm sido realizadas desde antes da internet, mas foram facilitadas por ela.	-Manifestações transnacionais; - encontros transnacionais; - ocupações e formas mais radicais de protestos.
Ações baseadas na internet com baixo custo de participação.	Ações performadas apenas na internet e que possuem baixo custo.	- Petições <i>on-line</i> ; - bombas de <i>e-mails</i> e ocupações virtuais.
Ações baseadas na internet com alto custo de participação	Ações performadas apenas na internet e que possuem alto custo.	-Protestos em <i>websites</i> ; - <i>sites</i> de mídia alternativa; - <i>culturejamming</i> ; - <i>hacktivismo</i> .

Quadro 1 – Elaboração própria baseado na tipologia de Laer e Aelst (2010).

A tipologia de Laer e Aelst (2010) é interessante e abre um primeiro caminho para compreendermos como a internet mudou os repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais; porém é problemática por estar calcada na separação entre *on-line* e *off-line*. Isso fica evidente na sua própria classificação, onde, por exemplo, as petições *on-line* e a cultura *jamming*, apesar de serem enquadradas em ações que só são possíveis na internet, possuem precedentes anteriores. Sua tipologia acaba ressaltando “o suporte” - a internet – em vez da lógica dos usos dos atores. Isso fica claro, por exemplo, quando o autor fala em “*sites* de mídia alternativa”. Embora realmente estes não pudessem existir sem a internet, canais ou veículos de mídia alternativa existiram ao longo do tempo em abundância.

As possibilidades abertas pelo uso das NTICs para a ação coletiva são muitas, mas devem ser relativizadas. No que tange aos repertórios de ação coletiva, alguns limites devem ser considerados no sentido de questionar até que ponto possuem impacto na sociedade e nos

governantes. O primeiro deles é a divisão digital, ou seja, como o acesso à internet ainda é desigual, acaba por reforçar os padrões excludentes de participação política da sociedade (LAER e AELST, 2010).

Kreimer (2001) cita ainda como limitante: o “déficit de atenção digital”, ou seja, a dificuldade de as pessoas darem atenção para alguma mensagem diante do excesso de informação disponível na internet. Isso implica em altos custos para captar a atenção das pessoas. O outro limite citado pelo autor são os “vícios da visibilidade”, ou seja, a vulnerabilidade que implica exposição (como, por exemplo, o fornecimento de informações para o oponente).

Esses dois pontos, da forma como são colocados pelo autor, são problemáticos. A discussão sobre o excesso de informação não considera, em geral, os padrões de consumo de informações e conhecimento na internet. Talvez o problema esteja mais em como as corporações e a mídia *mainstream* ainda dominam o mercado e a agenda midiática, mesmo com as possibilidades abertas pela internet. No que se refere aos vícios da visibilidade, pensamos que a questão, hoje, não é o excesso de visibilidade. O problema da privacidade na internet para os movimentos sociais e para os cidadãos de forma geral não está no fato de que eles publicitam fotos e outras informações pessoais, mas em como suas informações pessoais podem ser acessadas pelas corporações e pelos governos sem consentimento.

Laer e Aelst (2010) também relativizam as possibilidades que a internet abre para os movimentos sociais. Os autores apontam que a internet facilita de forma relativa as ações coletivas. Isso significa que, embora a informação seja difundida de forma rápida e a baixos custos nos eventos transnacionais, ela não é suficiente para reduzir as barreiras práticas, como o tempo e o transporte, necessários para que os ativistas se desloquem de um local para o outro. Ainda nessa linha, Laer e Aelst (2010) apontam que, tornando “tudo fácil”, os repertórios digitais podem ter menores impactos nas decisões dos políticos, uma vez que exigem envolvimento e esforços pequenos dos ativistas. Isso faz sentido apenas em relação a algumas formas de ação, como, por exemplo, as petições *on-line*. Outros repertórios, como o hacktivismo (classificado pelo próprio autor como repertório que exige um alto custo de participação), envolvem um alto emprego de conhecimento específico para os ativistas e implicam riscos.

Outra questão, também apontada pelos autores, é que existe repressão na internet. Esse ponto merece ser ressaltado, uma vez que nem sempre é lembrado nas análises das suas

potencialidades. A questão é, na verdade, considerar que a internet é um espaço em disputa, tanto pelos movimentos sociais e cidadãos, quanto pelos Estados e pelas corporações.

Outro limitante, apontado por Laer e Aelst (2010), é que as corporações e as autoridades criam meios de se proteger dos ataques hacktivistas, o que gera uma necessidade constante de os ativistas reinventarem suas formas de ação. Por fim, eles apontam que a internet é um instrumento que não possibilita a criação de confiança e laços fortes, quesitos necessários para a sustentação de redes de ativistas. Deste último ponto, discordamos plenamente. Boase e Wellman (2006) mostram como as esferas de relações *on-line* e *off-line* estão interligadas. Segundo os autores, a maioria das relações que ocorrem *on-line* iniciou-se *off-line*, e as que se iniciaram na internet, na maior parte das vezes, acabam indo para fora dela também. Compreender a internet e outras NTICs como mediadoras das relações pessoais é certamente mais frutífero.

### **Considerações finais**

Neste capítulo, resgatamos o conceito de repertórios de ação coletiva de Charles Tilly para compreender como as novas tecnologias da comunicação e da informação impactam as formas de reivindicação utilizadas pelos movimentos sociais. A contribuição do autor vem no sentido de alertar para a complexidade de fatores que interferem nas formas de ação coletiva mobilizadas em cada contexto. Argumentamos que ressaltar a dimensão comunicativa dos repertórios auxilia-nos a perceber as formas de ações contemporâneas para além da utilização de novos instrumentos comunicativos.

A dimensão comunicativa dos repertórios pode ser percebida em dois sentidos principais. Primeiro, são a forma de exteriorização da ação coletiva, a forma pela qual os atores apresentam suas reivindicações e questões para a sociedade e para o Estado. Segundo, os repertórios se desenvolvem na interação dos atores em conflito e, neste sentido, estabelecem uma situação de diálogo. A partir desse raciocínio, é possível compreender os repertórios de ação coletiva mediados pelas NTICs como novos formatos de comunicação e interação entre os atores.

A possibilidade de engajamento virtual, como nas petições *on-line*, doações de dinheiro, ocupações virtuais e bombas de *e-mails*, por exemplo, potencializam o envolvimento individual e pontual nas ações coletivas. Aqui não queremos afirmar que a internet e as NTICs isolam os atores, possibilitando ações sem o contato pessoal. Não se trata



disso. As campanhas de assinaturas, por exemplo, mesmo quando ocorrem nas ruas, são baseadas em uma participação pontual. A questão é que a comunicação na internet facilita esse tipo de envolvimento.

A disponibilidade de formas de comunicação instantâneas, a longa distância e a custos reduzidos – a partir de *e-mails*, *web* páginas, redes sociais virtuais e celulares –, facilita a organização descentralizada de ações em diferentes escalas, desde globais até locais. É necessário destacar que redes de ações transnacionais e de solidariedade sempre existiram entre os movimentos sociais. O ponto é que essas formas de comunicação possibilitam a descentralização das mobilizações e organizações, que se dão mais pelo envolvimento individual do que pelo esforço de uma organização ou uma rede previamente construída. Um exemplo radicalizado disso são os *smartmobs*. Basta que uma pessoa envie uma mensagem para uma rede de contatos e começa a replicação da mensagem e a formação de um conjunto de pessoas que se dispõe a realizar determinada intervenção política.

Além disso, a utilização de meios de comunicação sem fio permite uma autocoordenação e uma autocobertura jornalística dos protestos em tempo real. Os ativistas, presentes em um ato nas ruas, por exemplo, podem enviar mensagens para suas redes sociais com informes da posição da polícia. As informações são replicadas, confrontadas e corrigidas, reorientando os manifestantes. Esse fluxo de comunicação constate entre as ruas e a rede digital gera, além de orientações práticas, uma autonarrativa dos acontecimentos, construída por múltiplas e contraditórias vozes. Voltaremos nesta discussão no próximo capítulo.

Por fim, formas de ações como hacktivismo demonstram que a própria internet é um espaço em disputa e de luta. Interesses do Estado, dos cidadãos e das corporações estão em tensão todoo tempo. Ações de ativistas *hackers*, dos mais diferentes tipos, colocam em discussão questões como a liberdade e o controle dos cidadãos, bem como questionam a propriedade privada e intelectual.

## 2. ORGANIZAÇÃO

### Introdução

[...] O ambiente de mídia contemporânea provê muitas oportunidades para formas emergentes, que combinam as características das formas de organizações tradicionais com redes não hierárquicas, resultando em novas formas de relações entre membros, líderes e outras partes interessadas (BIMBER *ET AL.*, 2009, p. 76)<sup>48</sup>.

A epígrafe acima aponta que o ambiente midiático contemporâneo possibilita a emergência de novas formas organizacionais. Bennett e Segerberg (2012), nesse mesmo sentido, argumentam que as redes digitais possuem uma natureza eminentemente comunicativa e interativa, que transforma a lógica de organização da ação coletiva. Essa discussão nos leva a questionar: os processos organizativos não prescindiram sempre de comunicação e interação entre os atores?

Entendida enquanto atividade através da qual as interações ocorrem, é possível afirmar que a comunicação é fundamental em qualquer padrão organizativo, seja ele formal ou informal, hierárquico ou horizontal. Assim, poderíamos reformular a pergunta: como a mediação das interações e dos processos comunicativos pelas NTICs reconfigura os padrões organizativos atuais? Para discutir essa questão, precisamos compreender a relação entre comunicação e as dinâmicas de organização.

Para Orlikowski e Yates (1994), os processos organizativos dependem das rotinas de comunicação entre os agentes. Eles investigam essa relação a partir da identificação das práticas comunicativas organizacionais, entendidas como memorandos, reuniões, formulários de despesa e seminários de treinamento etc.<sup>49</sup>

Felice (2007) também evidencia essa relação ao comparar as estratégias de comunicação dos movimentos guerrilheiros que lutaram nas décadas de 1970 e 1980 (na Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Colômbia, Peru e outros países) e as dos Zapatistas, no México. Os primeiros tinham como objetivo instaurar o socialismo através da revolução armada de vanguarda, viviam na clandestinidade e eram caracterizados por uma hierarquia

---

<sup>48</sup>Tradução nossa: “[...] the contemporary media environment provides many opportunities for the emergent forms that combine the characteristics of traditional organization forms with non-hierarchical networks resulting in new forms of relations among members, leaders, and other stakeholders” (BIMBER *et al* 2009, p. 76).

<sup>49</sup> Os autores estudam uma organização de produção de *software* e não um movimento social, assim, as práticas comunicativas observadas por eles possuem relação com as funções da comunicação organizacional. Embora argumentamos aqui que há uma aproximação entre as abordagens dos processos organizativos das organizações e dos movimentos sociais, ambos possuem singularidades que devem ser consideradas na caracterização das suas práticas comunicativas e organizativas.

militar. A estrutura de comunicação interna era piramidal e unidirecional, garantindo segurança e o comando tático. Externamente, as organizações guerrilheiras se comunicavam com outros grupos de apoio da sociedade através de panfletos distribuídos em passeatas e da imprensa clandestina, como as rádios rebeldes. As ações militares, que se constituíam em táticas de demarcação de espaço e de poder, também serviam como forma de comunicação com o governo e com as massas, uma vez que sinalizava as conquistas e derrotas dos grupos.

Já na experiência Zapatista, o diálogo é a estratégia de comunicação. A comunicação interna entre as comunidades indígenas se dava de forma direta e horizontal. Os comunicados do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral (CCRI-CG), por exemplo, eram publicados apenas após a aprovação dos mesmos nas reuniões com representantes de todas as comunidades indígenas, significando um trabalho anterior de tradução para várias línguas e cosmovisões (FIGUEIREDO, 2007). No plano externo, a comunicação zapatista dá espaço para o conflito, o diálogo e a pluralidade. Além disso, realizaram-se diversos encontros, como a Convenção Nacional Democrática e os Encontros Intercontinentais, nos quais se convidou o conjunto da população mexicana e mundial para pensar uma nova sociedade democrática e também alternativas ao neoliberalismo.

Embora as práticas de comunicação sejam uma rotina de atividade organizacional, a relação entre ambas as esferas não foi o foco da maior parte das pesquisas da área (ORLIKOWSKI e YATES, 1994). A nosso ver, a ausência desse tipo de análise obscurece o entendimento das transformações organizativas contemporâneas, uma vez que os processos comunicativos atuais, evidenciados pela utilização das NTICs, são dados como algo novo. Em outras palavras, argumentamos que a “novidade” dos processos organizativos, mediados pelas tecnologias da comunicação, pode ser melhor compreendida em comparação com outros momentos.

Assim, embora os processos organizativos não se restrinjam à sua dimensão comunicativa, neste capítulo, ressaltamos a relação entre esses dois elementos. Propomos identificar as concepções de organização preponderantes em cada um dos três momentos analíticos das Teorias dos Movimentos Sociais e assinalar como essas estão relacionadas às estruturas e práticas de comunicação.

De forma esquemática, este capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira, situa-se a discussão de organização dentro das Teorias dos Movimentos Sociais (TMS). Nas seções seguintes, selecionamos as principais concepções sobre organização (predominantes

em cada um dos momentos analíticos das TMS) e buscamos assinalar as estruturas e práticas de comunicação que estão submersas a elas.

## 2.1. Organização e organizações

Bimberet *al* (2009), na epígrafe que abre este capítulo, apontam que o ambiente midiático, mediado pelas NTICs, possibilita a combinação de dois padrões organizativos: o tradicional e o de redes não hierárquicas – evidenciando uma dicotomia que permeia as concepções sobre organização nas Teorias dos Movimentos Sociais.

Cada um desses dois tipos de organização citados predomina em correntes diferentes das Teorias dos Movimentos Sociais. O primeiro deles foi trabalhado nas abordagens norte-americanas (especialmente a Teoria da Mobilização de Recursos), influenciadas pelas Teorias das Organizações, e concebe a organização pelo viés das estruturas formais (MISOCZKY *et al.*, 2008). Já o segundo ganhou espaço no enfoque das Teorias dos Novos Movimentos Sociais e se atém a uma série de processos informais e relacionais que permeiam os processos organizativos.

Embora haja esse ponto de contato entre parte das TMS e as Teorias das Organizações, nos últimos anos, pesquisadores dessas áreas têm dialogado de forma mais efetiva (DAVIS *EL AL.*, 2005). O livro *Social Movements and Organization Theory* (2005), que reúne acadêmicos dos dois campos, é um esforço nesse sentido. Os editores da obra argumentam que tanto as organizações (pelas quais eles entendem corporações, agências governamentais e organizações não lucrativas) como os movimentos sociais possuem dinâmicas organizativas formais e informais – embora estas duas dimensões nem sempre tenham sido consideradas em conjunto nas pesquisas específicas de cada área. Para eles, por exemplo, os estudos das Teorias das Organizações, ao focarem nos aspectos formais, burocráticos e de autoridades definidas da organização, obscurecem a observação dos seus processos de interações informais. Negligenciam-se assim processos como o desenvolvimento de lideranças informais, coalizões e relações sociais conflitantes.

Essa aproximação entre ambas as áreas, bem como a mudança das dinâmicas organizacionais apontadas por Bimberet *al* (2009), revelam, na verdade, que as dimensões “formais” e “informais” da organização nunca estiveram separadas na prática – embora teoricamente isso tenha ocorrido. O que acontece atualmente é que as fronteiras entre as estruturas formais e informais, bem como entre as esferas pública e privada, estão cada vez

menos perceptíveis – devido a modificações dos padrões de interação, participação e comunicação; porém, ainda nos estudos contemporâneos, é possível encontrar uma tensão entre essas duas dimensões. Passemos agora para uma análise das compreensões sobre os processos organizativos e suas dimensões comunicativas, presentes em cada um dos três momentos analíticos das TMS.

## **2.2. Autonomia e direção das massas**

O marxismo influenciou profundamente o debate sobre os movimentos sociais. A corrente situa as ações coletivas dentro das contradições estruturais do desenvolvimento capitalista e investiga como elas emergem e tornam-se um movimento social (MELUCCI, 1980). Nos debates marxistas do final do século XIX e início do XX, dentro da social-democracia europeia, destaca-se o partido político como forma de organização centralizadora da ação coletiva e potencializadora da tomada do Estado.

As discussões quanto à melhor maneira de realizar a organização da luta revolucionária marxista são visíveis no embate entre dois importantes teóricos e militantes marxistas, Lenin e Rosa Luxemburgo. Enquanto Lenin defendia a centralidade do partido profissional e hierárquico, Rosa Luxemburgo propunha um partido de massas. É importante notar que os dois vivenciaram realidades políticas distintas: Lenin realiza suas reflexões a partir do contexto czarista russo e Rosa é influenciada pela realidade da Alemanha à época, na qual a participação e a organização do proletariado eram mais democráticas.

Lenin (1902), em seu livro *Que fazer?*, aponta que não é possível desenvolver a consciência política dos operários apenas a partir da luta econômica, uma vez que ela estaria reduzida apenas aos interesses da classe operária. Isso implica que “a consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões” (LENIN, 1902, p.43)<sup>50</sup>. Esse exterior constitui-se no trabalho de formação política das massas realizado por uma organização de revolucionários<sup>51</sup>, o partido social-democrata.

<sup>50</sup> O livro *Que fazer?* de Lenin (1902) está citado de acordo com as páginas do arquivo em pdf.

<sup>51</sup> “Ora, eu afirmo: 1º) que não seria possível haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade do trabalho; 2º) que quanto maior a massa espontaneamente integrada à luta, formando a base do movimento e dele participando, mais imperiosa é a necessidade de se ter tal organização, e mais sólida deve ser essa organização (senão será mais fácil para os demagogos arrastar as camadas incultas da massa); 3º) que tal organização deve ser composta principalmente de homens tendo por profissão a atividade revolucionária; 4º) que, em um país autocrático, quanto mais restringirmos o contingente

O partido, em sua concepção, deve ser formado por revolucionários intelectuais profissionais, sendo assim um partido de vanguarda ou de quadros<sup>52</sup>. Esses intelectuais, em vez de trabalharem uma extensa jornada de trabalho nas fábricas, devem viver por conta do partido e para as necessidades deste – tendo a função de se instruírem teoricamente e instruírem as massas. O partido tem também a função de organizar a diversidade de associações da sociedade. Sem essa estrutura de “organização forte”, a luta espontânea do proletariado não poderia tornar-se um movimento revolucionário sólido, caindo em desvios, como a economicidade.

É a essa concepção de organização de Lenin que Rosa Luxemburgo irá fazer oposição. A polêmica entre os dois inicia-se no texto *Questões de organização da social-democracia russa (1904)* (LOUREIRO, 2009). Nesses escritos, Luxemburgo (1904) critica os dois princípios sob os quais Lenin defende a centralização da social-democracia: a subordinação cega de toda a organização partidária a um poder central e a separação entre o núcleo organizado do partido e o meio revolucionário que o cerca. Luxemburgo (1904) assinala que o “centralismo burocrático” de Lenin contribui para degradar o movimento operário ainda jovem, ao torná-lo instrumento de um comitê. Como alternativa, propõe a atividade revolucionária autônoma do operariado.

Essa é entendida por Luxemburgo (1904) como o desenvolvimento histórico da social-democracia (enquanto partido, inclusive) como representante da classe operária e de todos os oprimidos – sendo esse processo construído a partir de elementos variados e insatisfeitos da sociedade. Assim, sua concepção de partido de massas engloba setores organizados e indivíduos autônomos que estejam contra a burguesia:

[...] O partido é expressão das diversas correntes que atravessam a classe operária, mas não só a classe operária. Rosa entende o partido social-democrata como partido-classe/partido de massas que engloba a oposição do proletariado à burguesia e também a oposição não-proletária à burguesia (ou seja, a pequena burguesia que está se proletarizando) (LOUREIRO).<sup>53</sup>

---

dessa organização, ao ponto de aí não serem aceitos senão os revolucionários de profissão que fizeram o aprendizado na arte de enfrentar a polícia política, mais difícil será ‘capturar’ tal organização e 5º) mais numerosos serão os operários e os elementos das outras classes sociais, que poderão participar do movimento e nele militar de forma ativa” (LENIN, 1902, p.66).

<sup>52</sup>A necessidade da formação teórica e da atuação de uma vanguarda está diretamente ligada à importância que Lenin (1902) atribui à criação de um meio de comunicação unificado, isto é, um jornal político para toda a Rússia. Esse instrumento teria a função de fazer a ligação efetiva entre as cidades quanto às causas revolucionárias, possibilitando a troca de informações e experiências, forças e recursos. Além disso, facilitaria o trabalho de organização.

<sup>53</sup> LOUREIRO, Isabel. A Atualidade de Rosa Luxemburgo. Disponível em: <<http://www.rls.org.br/texto/atualidade-de-rosa-luxemburgo>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

A noção de espontaneidade das massas em Rosa Luxemburgo não possui o sentido de ausência de direção (atribuído aos protestos contemporâneos). Refere-se à importância da imprevisibilidade dos acontecimentos e do aprendizado das massas no próprio desenrolar da luta. Assim, a autora não exclui o papel da vanguarda e da direção, mas entende que os processos revolucionários não dependem de uma formação teórica prévia desenvolvida por estes grupos. Ela argumenta que as táticas são definidas na luta cotidiana e não previamente pelas decisões e estudos teóricos de um comitê de vanguarda<sup>54</sup>. A direção atua dirigindo as táticas durante cada fase da luta política (LUXEMBURGO,1904) e traduzindo os anseios das massas em um programa político (LOUREIRO)<sup>55</sup>. Em síntese, Rosa Luxemburgo não está falando de ausência de direção das massas, mas discordando dos princípios e estruturas do partido idealizado e colocado em prática por Lenin.

Nota-se que, embora haja divergência entre ambos, o embate se deu no contexto das lutas operárias e a organização revolucionária da massa é atribuída, principalmente, ao partido; porém a concepção de organização de ambos não se restringe às estruturas formais apenas. Os processos de interação entre os revolucionários e as massas são levados em consideração e são pensados de forma diferente por Lenin e Rosa Luxemburgo. Essa questão fica mais clara nas reflexões de Lenin sobre como articular teoria e prática na educação das massas.

### **Agitação, propaganda e jornal**

De forma breve, faremos alguns apontamentos de como a comunicação é entendida neste processo organizativo do movimento operário e das massas, no contexto de desenvolvimento da social-democracia europeia (durante a primeira metade do século XIX).

Lenin é quem, diretamente, irá pensar a comunicação como parte essencial da organização política. O autor (1902) concebeu três principais instrumentos que facilitariam e fortaleceriam a relação entre teoria revolucionária e a prática do movimento operário, os quais são: a agitação, a propaganda e o jornal.

---

<sup>54</sup>Este ponto do debate guarda algumas polêmicas quanto ao entendimento diferente que Lenin e Rosa fazem sobre a noção de vanguarda. Esse debate não será contemplado neste texto. Segundo Loureiro (2009), “ao entender o partido como expressão das experiências históricas dos de baixo, ela [Rosa] acredita que não é possível eliminar o “oportunismo” por meio de um estatuto previamente estabelecido nem por uma disciplina severa, como queria Lenin” (LOUREIRO, p.38, 2009).

<sup>55</sup> LOUREIRO, Isabel. A Atualidade de Rosa Luxemburgo. Disponível em: <<http://www.rls.org.br/texto/atualidade-de-rosa-luxemburgo>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

No que tange à propaganda e agitação, o autor diferenciava ambas, sendo a primeira relacionada à tarefa de explicação da teoria revolucionária às massas em geral; e a segunda referente a incitação dos proletários a intervir na realidade a partir de atos concretos. Assim, ambas se relacionam com o papel dos intelectuais do partido na educação política das massas e apresentam-se como atividades complementares<sup>56</sup> – ligando teoria e prática.

Além da agitação e da propaganda, Lenin (1902) atesta a necessidade de criação de um meio de comunicação unificado para toda a Rússia. Para ele, o jornal unificado teria a função de fazer a conexão efetiva entre as cidades quanto às causas revolucionárias, possibilitando a troca de informações e experiências, forças e recursos. Além disso, facilitaria o trabalho de organização do próprio partido, uma vez que a rede de agentes para realização de um jornal seria um comitê preparado para intervir em casos de insurreição. "O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo; é também um organizador coletivo" (LENIN, 1902, p.87).

Na abordagem de Lenin, podemos reconhecer dois elementos constituintes das práticas comunicativas dos movimentos operários do século XIX de forma geral: a importância das interações físicas e a produção de mídias próprias. Caetano (2012), em um estudo sobre as práticas comunicativas do movimento operário (do século XIX), destaca esses dois pontos. Segundo a autora, as interações físicas desempenhavam papel central nos encontros, assembleias e reuniões. Nestes, a linguagem verbal e corporal tinham eram fundamentais. Lenin, por exemplo, atribui grande peso à capacidade de os intelectuais transformarem a teoria em guia para a ação e apresentarem-no para as massas. No entanto, aponta a autora, que a criação de revistas, panfletos e jornais operários também eram importantes, uma vez que permitiam às ideias se propagarem até novos membros. Além disso, é importante notar que essas mídias eram os próprios espaços onde se davam discussões entre os intelectuais das diversas correntes políticas – como pode-se ver nos textos citados nesta seção, quase sempre publicados em jornais e revistas operárias da época.

### **2.3. Organizações e redes**

No segundo momento das Teorias dos Movimentos Sociais, duas abordagens se sobressaem no que tange à concepção de organização: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Ambas buscavam compreender

---

<sup>56</sup> Lenin (1902) discorda da definição de Plekanov sobre agitação e propaganda (ver p. 37).



os movimentos sociais que emergiram a partir da década de 1960, como aqueles pelos direitos civis, contra a guerra do Vietnã, os feministas, pacifistas e ecologistas. Esses apresentavam formas organizativas e dinâmicas de ação não elucidáveis a partir das perspectivas teóricas clássicas da ação coletiva, como, por exemplo, a psicologia funcionalista e o paradigma marxista.

De forma geral, na TMR, a organização dos atores foi pensada em torno da mobilização dos recursos econômicos, humanos e de comunicação para a ação. A organização foi pensada de forma rígida, estruturada e sempre em resposta ao sistema político institucional e na lógica dos custos e benefícios. Já a TNMS, focou no processo de construção da ação, considerando, no que tange aos processos organizativos, não apenas as organizações formais, mas toda a “rede de relações informais que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla” (MELUCCI, 1980, p. 60). Em cada uma delas, é possível encontrar uma concepção de comunicação diferente, embora este não seja tema de nenhuma das duas. Passemos para uma discussão de cada uma delas.

### **2.3.1. As organizações de mobilização de recursos**

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) deu atenção central à questão dos comportamentos organizativos, compreendendo os movimentos sociais enquanto grupos de interesses e analisando-os como organizações ou instituições burocráticas. Nessa abordagem, a organização política tendeu a ser vista de forma institucional, hierárquica e fortemente estruturada. O sucesso da organização de movimentos sociais está ligado aos recursos disponíveis e à estruturação de oportunidades políticas para ação coletiva.

Olson (1965; 1992), em *The logic of collective action*, obra que influenciou os debates posteriores da TMR, compreende que as organizações existem para proteger os interesses de seus membros e são necessárias apenas quando a ação individual não pode conquistar os interesses pessoais de forma satisfatória. A organização formal se faz necessária, na medida em que os grupos aumentam de tamanho e torna-se difícil o provimento de bens coletivos para os membros. A organização tem sentido utilitarista, uma vez que existe pela demanda dos indivíduos em conquistar benefícios que não alcançariam se agissem individualmente. Além disso, a relação entre indivíduos e coletivo é simplificada a partir do dilema entre custos e benefícios.

McCarthy e Zald (1977), no texto fundacional da TMR, sugerem uma abordagem que analise “a variedade de recursos que pode ser mobilizada, o *link* entre os movimentos sociais e outros grupos, a dependência dos movimentos de fatores externos para o seu sucesso e as táticas usadas pelas autoridades para controlar ou incorporar os movimentos” (McCARTHY e ZALD, 1977, p. 150)<sup>57</sup>. A organização é vista por eles como a constituição de um grupo responsável por mobilizar recursos para alcançar metas. Isso pode ser percebido na distinção dos autores entre movimentos sociais e organizações de movimentos sociais. Enquanto os primeiros são compreendidos como o conjunto de opiniões e crenças de uma população em relação à transformação da estrutura social e da distribuição das recompensas; as organizações de movimentos sociais são formalizações dessas opiniões e crenças, com estabelecimento de metas que encampam as preferências dos movimentos e uma estrutura que possibilita mobilizar recursos para atingir seus interesses.

Com esse breve panorama da TMR, é possível perceber como as organizações formais formam um prisma para compreender a ação coletiva, sendo elas as responsáveis por prover “os mecanismos através dos quais a política é organizada, participantes são recrutados; alvos, localizações e tempos da ação coletiva são determinados; tarefas complexas e estratégias são coordenadas e métodos e táticas são selecionados” (BIMBER *et al* 2009, p.72-73)<sup>58</sup>. Essa abordagem organizativa carrega uma concepção instrumental da comunicação, que é um dos recursos a serem mobilizados. Vejamos.

### **A comunicação como recurso**

A comunicação, na TMR, é um recurso que as organizações necessitam mobilizar para intervir nos debates públicos. McCarthy *et al*(1996), por exemplo, entendem que a importância da mídia para os movimentos sociais está no fato de que esses atores necessitam influenciar as autoridades políticas e captar a atenção do público – sendo que “a maior

---

<sup>57</sup>Tradução nossa de: “the recourse mobilization approach emphasizes both societal support and constraint of social movement phenomena. It examine the variety of resources that be mobilize, the linkages of social movements to other groups, the dependence of the movements of the external support of success, and the tactics used by authorities to control or incorporate movements” (McCARTHY e ZALD, 1977, p. 150).

<sup>58</sup>Tradução nossa de: “formal organization provide the mechanisms through which political issues are articulated, participants are recruited, targets, locations, and timing of collective actions are determined, complex tasks and strategies are coordinated, and methods and tactics are selected” (BIMBER *et al* 2009, p.72-73).

ferramenta neste processo são os meios de comunicação de massa, que podem atingir uma audiência muito maior do que os movimentos sociais podem atingir diretamente” (p.291)<sup>59</sup>.

Os autores apontam ainda que acessar a arena midiática não é tarefa fácil para os movimentos sociais, uma vez que essa é uma instituição de fins lucrativos e que, nesse sentido, sua seleção do que é notícia não pode contra-atacar os seus próprios interesses e os dos seus anunciantes. Diante dessas dificuldades, os movimentos sociais empregam diversos repertórios de ação para influenciar a arena pública e midiática, como, por exemplo, a realização de manifestações que chamem a atenção pública e os torne notícia.

Klandermans e Goslinga (1996) também descam o papel da mídia na discussão das questões sociais nas arenas públicas; porém, ao adicionar a dimensão cultural à análise, para compreender como a mídia interfere na formação de *frames* de ação coletiva, dão mais espaço para a interação dos atores – pois assinalam que o impacto do discurso midiático, nas crenças individuais, depende das interações e das conversações entre as pessoas. Ainda assim o discurso midiático é uma importante fonte de informação que baliza essas interações. Uma vez que a mídia de massa é entendida como um espaço limitado e seletivo de transmissão de informação, que produz uma realidade divergente da que existe para os atores, ela é uma barreira para os movimentos sociais. Dessa forma, esses atores precisam empregar estratégias para estabelecer relação com essa esfera, como no caso dos sindicatos, descrito por eles:

Sindicatos cuidadosamente adaptam seus eventos ao ritmo e aos ciclos da mídia; eles são muito criativos em encenarem eventos para chamar a atenção da mídia; eles meticulosamente preparam documentos prontos que os jornalistas podem usar (se eles desejarem) na preparação dos seus novos itens. Tudo isto, é claro, destinado a influenciar o curso da mídia (KLANDERMANS, GOSLINGA, 1996, p. 324)<sup>60</sup>.

Nesse sentido é que Maia (2009) afirma que a comunicação midiática tende a ser vista, na TMR, em termos relativamente instrumentais: “o ambiente midiático é concebido como um ‘campo de batalhas’, a ser ‘atravessado’, para ‘divulgar mensagens’ (*getmessages out*)” (p. 94). Para intervir nessas agendas públicas, os movimentos sociais necessitam engajar-se em processos competitivos de disputa por espaço na mídia – uma vez que há uma relação assimétrica com esta instituição, que não depende de os movimentos sociais noticiarem e

<sup>59</sup>Tradução nossa de: “a major tool in this process is the mass media, which can reach a much larger audience than social movement actors can reach directly” (MCCARTHY *et al* 1996, p.291).

<sup>60</sup>Tradução nossa de: “unions carefully adapt their news events to the rhythm and cycles of the media; they are very creative in staging events to draw the attention of the media; they meticulously prepare ready-made documents that journalists can use (if they wish) in the preparation of their news item. All this, of course, aimed at influencing media discourse” (KLANDERMANS, GOSLINGA, 1996, p. 324).

criarem narrativas. Passemos agora para uma análise da organização e da comunicação nas Teorias dos Novos Movimentos Sociais.

### 2.3.2. Redes de ação de movimentos sociais

A noção de redes sociais surge na década de 1940 na tentativa de compreender as relações interpessoais em contextos comunitários circunscritos. Já na década de 1970, o conceito passa a ser aplicado na análise de ações coletivas e movimentos sociais e, nos anos 1990, ao estudo da sociedade da informação (SCHERER-WARREN, 2005). Nesta subseção, apresentamos a abordagem das redes aplicadas aos movimentos sociais como forma organizativa (MELUCCI, 1989) e das redes como relação (DIANI, 2003)<sup>61</sup>. Na próxima seção, exploraremos o conceito aplicado à sociedade da informação.

Enquanto a TMR buscava compreender como os atores alocam recursos para alcançar seus fins, as Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) procuravam entender como os movimentos sociais se formam e como os indivíduos se inserem nos coletivos. Assim, a concepção de organização presente nesta última abordagem pode ser melhor compreendida a partir das noções de identidade coletiva e movimentos sociais de Melucci (1996). Para o autor, a identidade coletiva é:

[...] Uma definição compartilhada e interativa produzida por um número de indivíduos (ou grupos) concebendo orientações para suas ações e campos de oportunidade e restrições onde a ação é realizada (MELUCCI, 1996, p.70)<sup>62</sup>.

A partir dessa noção, Melucci (1996) deu atenção às dinâmicas internas dos movimentos sociais e aos aspectos subjetivos dos sujeitos – entendendo a ação coletiva para além da sua relação com os sistemas institucionais. Nessa abordagem, os movimentos sociais não podem ser reduzidos aos interesses e às estratégias para alcançar fins. São definidos como “[...] sistemas de ação, redes complexas entre diferentes níveis e significados de ação social”<sup>63</sup> (MELUCCI, 1996, p. 4). Essa definição abarca tanto as organizações formais como as redes de relações informais (MELUCCI, 1989).

<sup>61</sup> Apesar de Diani (2003) não ser um expoente das Teorias dos Novos Movimentos Sociais, seus trabalhos dialogam com algumas perspectivas destas, sobretudo no que tange à problematização das dinâmicas de redes de movimentos sociais. Inclusive, sua noção de rede está diretamente articulada com o conceito de “identidade coletiva” de Melucci (1996), como abordado nesta seção.

<sup>62</sup>Tradução nossa de: “Collective action are defined within a language that is shared definition produced by a number of individuals (or groups at more complex level) concerning the orientations of their action and the field of opportunities and constraints in which such action is to take place” (MELUCCI, 1996, p.70).

<sup>63</sup>Tradução nossa de: “Movements are systems of action, complex networks among the different levels and meanings of social action” (MELUCCI, 1996, p.4).

Tanto a concepção de identidade coletiva, quanto a de movimento social de Melucci (1996) levam a uma perspectiva de organização diferente da TMR. Os novos movimentos sociais se organizam em redes de solidariedade, que são redes de “[...] pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural” (MELUCCI, 1989, p. 61). Esse tipo de organização é caracterizado pela associação múltipla, militância parcial e de curta duração, participação direta e pelo envolvimento pessoal.

Para Melucci (1989), a organização em rede que os movimentos assumem não é um mero instrumento para a realização de seus fins, é o próprio confronto simbólico com o sistema cultural dominante. Em outras palavras, as redes constituem-se em espaços próprios dos movimentos, nos quais a ação coletiva ocorre. Esse espaço “se torna o ponto de convergência de formas de comportamentos diferentes que o sistema não pode integrar (incluindo não só orientações conflitantes, mas também comportamento desviante, inovação cultural etc.)” (MELUCCI, 1989, p. 61).

Entender os movimentos enquanto redes de solidariedade permite ao autor (1989) considerar dois tempos da organização: a latência e a visibilidade. O primeiro consiste no tempo em que as pessoas criam e experimentam novos significados sociais e códigos culturais. Já a visibilidade é o período de mobilização pública, quando a questão específica do movimento se opõe ao sistema geral.

Ao contrário de Melucci (1989; 1996), que compreende as redes como nova forma de organização dos novos movimentos sociais emergentes na década de 1970, Diani (2002) defende a centralização do conceito de redes nas abordagens (em geral) dos movimentos sociais como forma de integrar o campo de estudos. Sua perspectiva difere-se porque nela tanto os “novos” quanto os “velhos” movimentos podem ser compreendidos como redes. Movimentos sociais como redes são “interações informais entre uma pluralidade de indivíduos e grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, tendo como base o compartilhamento de uma identidade coletiva”<sup>64</sup> (DIANI, 2002, p. 301).

Ao compreender as redes como forma de organização, Diani (2002) sugere entendê-las como relação social. Nesse sentido, avança possibilitando reconhecer que as redes se configuram de diferentes formas, podendo ser “centralizadas ou descentralizadas”,

---

<sup>64</sup>Tradução nossa de: “I defined social movements as networks of informal interactions, between a plurality of individuals, groups or associations, engaged in a political or cultural conflict, on the basis of a shared collective identity” (Diani 1992: 13)” (DIANI, 2002, p. 3001).

“segmentadas ou não segmentadas” – ao contrário da abordagem da TNMS, que, em alguns momentos, associa as redes a uma organização horizontal e descentralizada (em oposição à organização hierárquica e vertical dos sindicatos operários). Essa abordagem permite compreender que as redes se configuram de maneiras diferentes de acordo com cada contexto social, político e tecnológico. Passemos agora para alguns breves apontamentos sobre a relação entre as concepções de rede e as práticas comunicativas que estas pressupõem.

### **Comunicação e redes**

Tanto a concepção de rede de Melucci (1980; 1989; 1996), como a de Diani (2002) implicam em um entendimento das práticas comunicativas entre os movimentos sociais e os atores organizados em rede.

Embora Melucci (1980; 1989; 1996) não aborde de forma direta os processos comunicativos relacionados à estrutura de organização em rede, é possível realizar alguns apontamentos nesse sentido. A sua noção de identidade coletiva – enquanto uma formulação interativa e compartilhada que orienta as ações – pressupõe um processo comunicativo dialógico de comunicação entre os atores. Scherer-Warren (2008), ao abordar os quatro níveis constitutivos das redes de movimentos sociais (organizacional; narrativo e doutrinal; informação e comunicação; e social), nos deixa algumas pistas nesse sentido.

No que tange ao primeiro nível, a autora aponta que as redes de movimentos sociais articulam uma série de tipos de atores políticos de tradições organizativas diferentes (algumas mais hierárquicas e outras mais horizontais), havendo uma necessidade de negociação e respeito quanto ao modo de realizar ações para alcançar um mesmo objetivo. No “nível das narrativas e das doutrinas”, Scherer-Warren (2008) percebe um processo de releitura da história de cada movimento e de tradução destas em novas referências simbólicas, o qual permite articular as singularidades dos movimentos envolvidos. No nível dos “vínculos sociais e pessoais”, a autora aponta que, a partir destes, as redes de movimentos constroem seus processos mobilizáveis, conectando espaços locais, regionais e internacionais. Nesses três níveis trabalhados pela autora, é possível enxergar uma concepção de comunicação enquanto processo através do qual ocorre interação e negociação entre os atores. A comunicação é a prática que permite que as diversidades sejam adaptadas em prol de entendimentos, narrativas, símbolos e ações conjuntas.

No “nível da informação e da comunicação”, como o próprio nome evidencia, o elemento comunicativo aparece de forma explícita. As NTICs facilitam a comunicação inter-rede, a construção de redes de simpatizantes, a formação de uma opinião pública mundial e a “difusão das narrativas e ideários pelos sujeitos” (Scherer-Warren, 2008, p. 513), ou seja, as NTICs mediam os processos comunicativos interpessoais, interorganizacionais e o diálogo com a sociedade civil.

Em resumo, a concepção organizativa dos movimentos sociais a partir das redes, tal qual explicitada por Melucci (1996) e Scherer-Warren (2008), pressupõe uma série de processos e atividades comunicativas que permite articular uma pluralidade de atores, histórias e interesses. A comunicação é mais que um recurso alocado pelas organizações, é a própria prática que permite os atores se reconhecerem, negociarem e agirem.

Já Diani (2002) considera a comunicação como elemento que caracteriza os padrões estruturais das redes. Esses são baseados em duas variáveis, relacionadas diretamente com a comunicação entre os atores: a “centralização” e a “segmentação”. A centralização refere-se à tendência com que os fluxos de trocas e de comunicação se concentrem em atores específicos, afetando como os movimentos sociais operam e como constroem sua identidade. Já a segmentação refere-se à distância que separa os membros de uma rede ou, em outros termos, ao número de intermediários que separam dois atores da rede. A segmentação reflete assim as barreiras de comunicação entre os agentes.

#### **2.4. Ciberativismo e suas dinâmicas organizativas**

A emergência da organização dos movimentos sociais a partir das redes digitais encontra suas raízes no levante Zapatista. Ao convidar e convocar toda a sociedade civil para o diálogo, os Zapatistas deram início à construção de uma rede transnacional de solidariedade aos indígenas chiapanecos. Essa deu origem à rede antineoliberalismo, que mais tarde tomaria forma no movimento antiglobalização.

A organização da rede de solidariedade zapatista incluía vários níveis de participação, que iam desde os indígenas, passando por organizações humanitárias com atuação na região, pela mídia de massa (como o periódico *La Jornada*) até simpatizantes que começaram a organizar páginas na internet e ações de apoio aos indígenas ao redor do mundo (ROVIRA, 2009) – sendo a articulação desses níveis facilitada, entre outros fatores, pela comunicação via internet. Essa comunicação abriu possibilidade para que setores distantes geograficamente de

Chiapas prestassem solidariedade aos indígenas, através da criação e do abastecimento de *web* páginas sobre o conflito e da realização de atos de solidariedade em várias partes do mundo. Além disso, a internet também facilitou a participação de grupos e indivíduos menos envolvidos e comprometidos com a causa, por meio da simples replicação de mensagens contendo informações sobre o conflito.

As características da rede de solidariedade zapatistas amadureceram com o movimento antiglobalização, que teve sua estreia midiática em Seattle, nos Estados Unidos, em 1999. Este não pode ser entendido como uma organização, ou mesmo como um movimento social, em seu sentido restrito, uma vez que aglutinou uma heterogeneidade de redes e movimentos sociais diversos, múltiplas problemáticas e identidades multirreferenciais (BRINGEL e MUÑOZ, 2010). Para Hardt e Negri (2005):

A magia de Seattle consistiu em mostrar que estas muitas queixas não eram apenas um amontoado aleatório e caótico, uma cacofonia global. Este modelo já é sugerido pelas técnicas de organização dos manifestantes: os diferentes grupos a fim juntam-se ou convergem, não para se unirem num grande grupo centralizado; eles se mantêm diferentes e independentes, mas se juntam numa estrutura de rede. A rede define tanto sua singularidade quanto sua partilha (p. 365).

Em termos internos, o movimento antiglobalização adotou a horizontalidade como forma de organização política, através da tomada de decisões via assembleias e por meio do consenso; além disso, as NTICs foram utilizadas como “instrumento de participação, mobilização e criação de identidade” (BRINGEL; MUÑOZ, 2010, p. 30). A própria coordenação das ações esteve ancorada no uso dos canais alternativos de comunicação, permitindo ataques em forma de “enxames” (*swarming*)<sup>65</sup> (ARQUILLA e RONSFELD, 2000). Esses consistem na ação, dispersa e estruturada em rede, de pequenos grupos que realizam ataques tão rápido quanto à própria retirada deles para uma nova organização.

Em Seattle também emergiu o *Indymedia*<sup>66</sup> (no Brasil, Centro de Mídia Independente). O coletivo de jornalismo foi fundado em diversos países, funcionando através de uma plataforma digital que permite colaborações de qualquer pessoa sem os filtros da mídia de

---

<sup>65</sup> “Swarming is seemingly amorphous, but it is a deliberately structured, coordinated, strategic way to strike from all directions, by means of a sustainable pulsing of force and/or fire, close-in as well as from stand-off positions. It will work best—perhaps it will only work—if it is designed mainly around the deployment of myriad, small, dispersed, networked maneuver units (what we call ‘pods’ organized in ‘clusters’)” (ARQUILLA, RONSFELD, 2000, p. vii).

<sup>66</sup> “[...] Um coletivo de jornalismo-ativismo que desejava rebater com suas próprias reportagens a cobertura, previsivelmente detratada, das mídias hegemônicas, a partir de um modelo de jornalismo aberto onde qualquer um com acesso à Internet pode publicar suas notícias” (ASSIS, 2006, p. 34).



massa hegemônica. Constituiu-se, assim, em uma rede organizada e estruturada através da comunicação digital.

Com a popularização dos celulares e da internet 3G, surgiram formas de organizações políticas ainda mais efêmeras, isto é, onde a mobilização se dá entre desconhecidos. Tocamos neste ponto quando discutimos os repertórios de ação coletiva e apresentamos os *smartmobs*. Embora esses constituam em uma forma de exteriorização da ação coletiva, também podem ser observados do ponto de vista organizativo.

A queda do presidente das Filipinas (2001), as mobilizações antiguerra do Iraque (2004) e a noite dos celulares em Madrid, conhecida como 13M (2004), são exemplos de mobilizações auto-organizadas e coordenadas por meio de redes sociais móveis. O que se destaca nelas é que a convocatória das mobilizações não é lançada por uma organização ou movimento social estruturado, e sim por indivíduos a partir de mensagens personalizadas. As mensagens se difundem por meio das redes sociais pessoais, mediadas por NTICs, e acabam reunindo um número grande de pessoas em um espaço público para reivindicar alguma questão. Não há assim um projeto político a ser construído no futuro, mas um descontentamento que, embora pareça pontual, está calcado na experiência e nas percepções políticas dos cidadãos. Outra questão importante é a comunicação digital – através dos *blogs* (como, por exemplo, nos protestos contra a Guerra do Iraque) ou através das mensagens de celular (como na ocasião do atentado ao metrô de Madrid e na queda do presidente das Filipinas) –, que funciona como canais para circular informações alternativas às versões do Estado e da mídia de massa hegemônica.

A partir do final de 2010, um novo momento nas lutas globais se abriu. Após a queda dos ditadores na Tunísia (dezembro de 2010) e no Egito (janeiro de 2011), revoltas contra regimes ditatoriais se espalharam pelo Norte da África e pelo Oriente Médio. Em maio, os indignados ocuparam as praças centrais de Barcelona e Madrid, na Espanha. Outras ocupações e revoltas surgiram na Grécia, em outros países da Europa e nos EUA (*Occupy Wall Street*). Quase dois anos depois, revoltas ainda estão ocorrendo em outros países. Em todos esses casos, as redes sociais digitais despontaram como um elemento importante para compreender as ações coletivas.

Em junho de 2013, iniciaram-se no Brasil protestos contra o aumento da tarifa de transporte. Eles foram mobilizados e organizados via redes sociais, especialmente Facebook e Twitter – embora algumas organizações tenham desempenhado papel importante, como: o

Movimento pelo Passe Livre (MPL), que já vinha trabalhando com a pauta do transporte público no país desde 2005, e foi o responsável por convocar as primeiras manifestações; além dos Comitês Populares da Copa, entidades que contestam os impactos do torneio mundial de futebol, e que assumiram, em algumas localidades, papel-chave na articulação de indivíduos e grupos no desenrolar dos protestos; é possível citar, ainda, as forças de extrema direita, cujas delimitações ainda não estão muito claras, mas que tornaram-se visíveis nas agressões físicas contra os manifestantes da esquerda organizada, sobretudo em São Paulo (DOMINGUES; José Maurício, 2013).

Embora os protestos tenham se iniciado em reivindicação contra o aumento das passagens, as pautas se diversificaram no desenrolar da luta e as ações assumiram cada vez mais características específicas das realidades locais. José Maurício Domingues (2013) faz uma aproximação entre a dinâmica das redes sociais e a da rua:

Vale notar, ainda, que estas manifestações parecem ter reproduzido nas ruas, em certa medida, os elementos das redes sociais. Se havia enorme dispersão de participantes e demandas, alguns núcleos funcionaram, pela esquerda e pela direita, como “nós” de rede, focos de proliferação de mensagens e emoções, por exemplo, de rechaço aos participantes e promoção de pautas sociais, para nomear somente as mais proeminentes, sem mencionar as “postagens” estilo Facebook que cada um fazia por conta própria com seus pequenos cartazes individualizados. Por outro lado, em muitos momentos, as manifestações pareceram uma mistura de luta, festa, rave, com uma textura distinta de aqueles que a esquerda geralmente organiza<sup>67</sup> (DOMINGUES, José Maurício, 2013, p. 66).

No que tange à organização, é necessário assinalar ainda que, além do espaço digital das redes sociais, ocupações do espaço público mais duradouras ocorreram (algumas ainda estão em andamento). Prédios, praças e câmaras de vereadores e prefeituras foram ocupadas, constituindo-se em lugares de agregação de pessoas e coletivos que buscam dar continuidades a projetos após as mobilizações massivas. Essas ocupações apontam para a necessidade de que análises futuras considerem como o ambiente das ruas e das redes digitais se retroalimentam. E, mais que isso, chama nossa atenção para a importância de pensar a organização para além do momento mais visível e midiático das lutas.

---

<sup>67</sup> Tradução nossa de: “vale notar además que esas manifestaciones parecen haber reproducido, en las calles, en cierta medida los elementos de las redes sociales. Si había enorme dispersión de participantes y demandas, algunos núcleos funcionaron, por la izquierda y por la derecha, como ‘nodos’ de red, focos de proliferación de mensajes y emociones, por ejemplo, de rechazo a los partidos y promoción de pautas sociales, para nombrar solamente las más prominentes, sin mencionar los ‘posteos’ estilo Facebook que cada uno hacía por cuenta propia con sus pequeños carteles individualizados. Por otro lado, en muchos momentos las manifestaciones parecieron una mezcla de lucha, fiesta, rave, con una textura distinta de aquellas que la izquierda suele organizar” (DOMINGUES, José Maurício, 2013, p. 66).

No dossiê “As jornadas de junho em perspectiva global”, do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL/IESP), do qual faço parte, realizamos uma reflexão sobre este novo momento de lutas. Apontamos que é difícil estabelecer semelhanças entre cada uma das revoltas que ocorreram no pós 2010<sup>68</sup>, uma vez que estão mais voltadas para os contextos nacionais e têm o Estado como alvo das reivindicações. Inclusive, dentro dos contextos nacionais, existem inúmeras singularidades locais. Dessa forma, os processos organizativos de cada um dos protestos são específicos e exigem considerar o contexto e identificar os atores envolvidos.

Baumgarten (2013), por exemplo, realiza um estudo sobre as mobilizações que ocorreram a partir de 12 de março de 2012 em Portugal, conhecidas como Geração à Rasca, e explicita a estrutura organizacional dos protestos. A autora divide os atores em dois grupos. O primeiro é o dos “grupos clássicos”, que protestam contra as situações precárias de vida e de trabalho, ou seja, por direitos mais específicos. Estabelecem formas de cooperação com os sindicatos, dão suporte a greves de trabalhadores e organizam debates públicos. Alguns desses grupos surgiram antes de 2011. Na outra categoria estão os “grupos PPA”, grupos focados na promoção da participação da sociedade civil e do debate público. Não possuem metas fixas, trabalham de forma aberta na construção de alternativas e de busca de soluções. A autora aponta também a existência de espaços públicos e de plataformas de cooperação entre vários grupos para a promoção das mobilizações. Assim, em síntese, demonstra que há uma grande mescla de tipos de organizações e de processos organizativos.

Essa mescla de tipos e espaços organizativos, alguns mais tradicionais e outros mais permeados pela lógica das redes digitais, também pode ser vista nas jornadas de junho no Brasil, como indicamos acima. Vale resgatar outro caso que ilustra essa questão, quando as centrais sindicais convocaram uma manifestação em nível nacional no dia 11 de julho, marcando sua entrada nas lutas em curso. José Maurício Domingues (2013) aponta que esta, embora não tenha tido uma aderência massiva como nos protestos anteriores, organizados via

---

<sup>68</sup> “Tampouco a ‘primavera árabe’, simbolizada a partir da Praça Tahrir, é igual à luta de Puertadel Sol na Espanha, de Zuccotti nos EUA, da Praça Syntagma na Grécia ou dos blackbloc em Roma. Com exceção, porém, da primavera árabe, se há algo que une os indignados nas ruas em todo o mundo é a percepção de que o mundo que lhes está sendo deixado caminha para a destruição total. A democracia, particularmente a democracia representativa, é ineficaz e o capitalismo produtivista e consumista destrói a vida futura, porque destrói o planeta”. Análise de conjuntura do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, disponível no *site* do Instituto HumanitasUnisinos–IHU. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/cepat/cepat-conjuntura/507038-conjuntura-da-semana-movimento-15o-indignados-e-desencantados-bifurcacao-civilizatoria->>. Acesso em: 8 ago. 2013.

redes sociais digitais, reforçaram pautas importantes já nas ruas, como a reforma política e a democratização dos meios de comunicação.

Assim, embora haja todas as especificidades nacionais, como ilustradas pelo caso português e brasileiro, destacamos aqui a utilização das redes sociais digitais na mobilização e organização das ações. Ainda que em eventos anteriores a internet já tenha sido empregada, nos protestos pós-2010, ela ganhou um lugar central no processo de mobilização das ações. Isso implica duas questões. A primeira delas é uma individualização dos protestos, no sentido em que falam Castells (2012) e Bennett e Segerberg (2012). A segunda questão, decorrente da primeira, é uma fragmentação das ações. Por um lado, isso possibilita que protestos globais como o 15O<sup>69</sup> ocorram e, por outro, permite que uma manifestação se divida em pequenas ações com propósitos parecidos.

#### 2.4.1. As redes digitais

Nos anos 1990, a popularização dos computadores pessoais e o acesso à internet começaram a alterar significativamente a forma de comunicação cotidiana das pessoas, mediando suas interações e, conseqüentemente, implicando em novos padrões de ação coletiva – organizada através das redes digitais. Buscamos nesta seção compreender como a utilização das NTICs pelos movimentos sociais altera os processos organizativos.

Castells (2012)<sup>70</sup>, em seu trabalho mais recente, entende que a existência dos movimentos sociais contemporâneos depende das suas capacidades de comunicação autônoma. A ideia está relacionada à noção de poder e contrapoder<sup>71</sup> do autor – diretamente ligada ao controle da comunicação. Assim, os movimentos sociais enquanto

---

<sup>69</sup>15 O, protesto global que ocorreu no dia 15 de outubro de 2011. Considerado uma das maiores manifestações globais, foi gestado durante as revoltas na Espanha, através da plataforma *¡Democracia Real YA!* e contou com o apoio do coletivo *Occupy Wall Street*, sendo também difundido através do Twitter.

<sup>70</sup>Castells (1999) é um dos principais autores a realizar uma análise da sociedade a partir das transformações decorrentes da Revolução da Informação (as quais destacamos na introdução deste capítulo). O autor, nos três volumes de sua trilogia *A sociedade em rede*, analisa essas mudanças. Neste capítulo, não resgatamos novamente estes escritos porque nos interessa debruçar diretamente sobre as reflexões que questionam os processos organizativos da ação coletiva e dos movimentos sociais. Consideramos que as reflexões mais abrangentes sobre a sociedade em rede já estão expostas na introdução desta dissertação.

<sup>71</sup>Para Castells (2012), o poder nesta sociedade é multidimensional e organiza-se em torno de várias redes de atividades humanas, influenciando a mente humana através da programação e da conexão das redes multimídia de comunicação de massas. Daí que o contrapoder “se exerce na intenção de mudar as relações de poder, reprogramando as redes em torno de interesses e valores alternativos ou mediante a interrupção de conexões dominantes e conexão de redes de resistência e transformação social” (CASTELLS, 2012, p. 26).

contrapoderbuscam estabelecer espaços autônomos<sup>72</sup> de atuação. O estabelecimento destes, por sua vez, depende da autocomunicação das massas, que se dá por meio das redes sem fio enquanto plataforma de comunicação digital. Apesar do papel desempenhado pela internet, para Castells (2012), os movimentos estão hoje conectados de forma multimodal, isto é, a conexão é *on-line* e *off-line* – sendo que a comunicação autônoma interliga esses dois espaços.

Para Hardt e Negri (2005), a Batalha de Seattle em 1999 marcou a emergência de um novo ciclo de lutas, cuja especificidade era ser global e organizado em multidão<sup>73</sup>:

O ciclo global de lutas desenvolve-se na forma de uma rede disseminada. Cada luta local funciona como nodo que se comunica com todos os outros nodos, sem nenhum eixo ou centro de inteligência. Cada luta mantém-se singular e vinculada a suas condições locais, mas ao mesmo tempo está mergulhada na rede comum (p.281).

Segundo os autores, a novidade organizativa da multidão em rede pode ser compreendida se comparada com as formas de organização presentes no fim do século XX. Neste passado recente, dois modelos de protestos e revoltas eram predominantes: um baseado na unidade e outro na diferença. No primeiro e mais tradicional, a organização baseava-se na identidade da luta, sendo a unidade alcançada a partir de uma liderança central. O segundo modelo baseava-se no direito de expressão da diferença e de condução da luta por parte de cada grupo, de maneira autônoma. Enquanto o primeiro modelo de organização foi mais presente no movimento operário, o segundo se desenvolveu através dos grupos fundamentados em questões de raça, gênero e sexualidade<sup>74</sup>. Em síntese, o argumento de Hardt e Negri (2005) é de que o modelo de organização política “multidão” reconcilia o par contraditório “partilha-singularidade”. Isso ocorre porque multidão permite que as expressões de singularidades não sejam castradas na comunicação e na colaboração da luta:

O novo ciclo de lutas é uma mobilização do comum que assume a forma de uma rede aberta e disseminada, na qual não existe um centro exercendo controle e todos os modos expressam-se livremente (HARDT e NEGRI, 2005, p.282).

Os autores, em um texto mais recente, destacam o papel das tecnologias da comunicação no modelo de organização da multidão:

<sup>72</sup>A autonomia para Castells (2012) está relacionada à capacidade de o sujeito definir sua ação em relação a projetos à margem das instituições da sociedade, de acordo com interesses e valores dos atores sociais.

<sup>73</sup> Segundo os autores, o conceito de multidão “[...] Destina-se a demonstrar que a teoria da classe econômica não precisa optar entre a unidade e a pluralidade. Uma multidão é uma multiplicidade irreduzível; as diferenças sociais singulares que constituem a multidão devem ser expressas, não podendo ser aplainadas na uniformidade, na unidade, na identidade ou na diferença” (HARDT e NEGRI, 2005, p.145).

<sup>74</sup> Segundo Hardt e Negri (2005), os dois modelos não são negados pela multidão, e sim ressignificados.

A forma de organização política é central aqui: uma multidão de singularidades descentralizadas que se comunicam horizontalmente (e a mídia social é útil para ela porque correspondem a suas formas organizacionais) [...] Segundo, a mídia torna-se uma ferramenta para suas autoproduções coletivas (HARDT e NEGRI, 2012, p. 36-37)<sup>75</sup>.

Para Juris (2012), as NTICs, desde a sua incorporação pelo “Movimento de Justiça Global” (Movimento Antiglobalização), modificaram as formas de organização em rede destes atores em dois sentidos. Primeiro, facilitaram a difusão do Movimento de Justiça Global, aumentando sua escala de operação ao permitir aos ativistas comunicarem e coordenarem-se em torno de espaços geográficos sem hierarquias verticais. Segundo, as “redes de tecnologias” possibilitam a formação de novas subjetividades políticas, baseadas na rede como um ideal político e cultural:

O ponto não era que todos usavam novas mídias ou que as tecnologias digitais transformaram completamente como os movimentos sociais operam, mas como, na medida em que uma nova mídia foi incorporada nas práticas correntes dos núcleos de grupos de ativistas, elas ajudaram a difundir novas dinâmicas de ativismo (JURIS, 2012, p.260)<sup>76</sup>.

O autor realiza uma importante observação, lembrando que as lógicas de redes estão influenciadas pelas histórias culturais e políticas de lugares concretos. Assim, embora façamos uma discussão mais abrangente sobre a organização dos movimentos sociais a partir das redes digitais, pensar as experiências concretas e situá-las em seus contextos e espaços específicos, bem como caracterizar os atores envolvidos, é importante.

Juris (2012) realiza ainda outra discussão que contribui para compreendermos as experiências de redes descritas no tópico anterior. O autor pensa as diferenças entre as “redes tecnológicas” do Movimento de Justiça Global, que utilizavam listas de *e-mails* e *sites*, e as mediadas pelas redes sociais virtuais (que ganharam corpo no pós-2010). Ele aponta que existem duas lógicas distintas permeando a ação coletiva em cada um dos casos, caracterizadas por diferentes práticas de comunicação e coordenação em torno da diferença. No movimento antiglobalização, predominava a “lógica de rede”, que pode ser entendida como um *frame* cultural que dá origem às práticas de comunicação e organização em torno da

---

<sup>75</sup>Tradução nossa: “the form of political organization is central here: a decentralized multitude of singularities communicates horizontally (and socialmedia are useful to them because they correspond to their organizational form) [...] Second, media become tools for our collective self-production” (HARDT e NEGRI, 2012, p. 36-37).

<sup>76</sup>Tradução nossa: The point was not that everyone used new media or that digital technologies completely transformed how social movements operate but that, as new media were incorporated into the ongoing practices of core groups of activists, they helped diffuse new dynamics of activism (JURIS, 2012, p.260).

diversidade de atores. Já nas mobilizações pós-2010, emerge a “lógica da agregação”, que envolve assembleias de massas de indivíduos, advindos de *backgrounds* diversos, em espaços físicos.

Para além dessa concepção mais ampla de Juris (2012), que busca apreender os sentidos mais gerais das redes digitais em momentos distintos, algumas produções teóricas têm buscado explicar a relação direta entre as NTICs e as transformações nas dinâmicas organizacionais dos movimentos sociais e das ações coletivas.

Bimberet *al* (2009) argumentam que a natureza comunicacional do processo organizativo está no fato de que ele envolve uma série de funções informais e comunicacionais como: identificar os interesses e as preocupações das pessoas, contatá-las para seus propósitos e desenvolver identidade coletiva, estabelecer agenda, coordenar ação e o engajamento – sendo que este processo pode existir sob várias formas de organização ou mesmo sem uma organização formal. Nesse sentido, propõem um modelo para compreender as formas organizativas existentes através de duas variáveis que explicitam a dimensão comunicativa da ação coletiva: interação pessoal e engajamento em esferas de ação.

No que tange à primeira variável, os autores ressaltam que o processo interativo de organização é uma dinâmica constante e se dá por meio de um híbrido entre interações interpessoais e impessoais. A internet, segundo eles, permite tanto as interações interpessoais, ao facilitar o contato pessoal de pequenos grupos, quanto a interação impessoal, a partir de mensagens virais, por exemplo.

No que se refere ao engajamento, Bimberet *al* (2009) apontam dois extremos: o institucional e o empreendedor<sup>77</sup>. O primeiro é típico das análises clássicas da ação coletiva e implica uma mobilização centralizada das ações, hierarquia e controle dos recursos por um líder. Já o segundo modelo de engajamento pressupõe um padrão de organização em rede e de comunicação horizontal.

Bennett e Segerberg (2012), considerando que a comunicação digital é parte proeminente das formas organizacionais contemporâneas<sup>78</sup>, distinguem duas lógicas de ação coletiva (que convivem hoje): a “ação coletiva”, associada ao alto nível de organização de

<sup>77</sup> “Institutional” e “entrepreneurial”.

<sup>78</sup> Note que Bennett e Segerberg (2012) falam em natureza comunicativa do processo organizativo. Isso é diferente de falar em natureza comunicativa da ação coletiva, como propõem Bimberet *al*(2009). Assim, estes últimos possuem uma concepção mais próxima da nossa.

recursos e de identidade coletiva – explorada pelas TMR e TNMS; e a “ação conectiva”, que se estrutura a partir da comunicação personalizada e da mídia digital.

A diferença entre as duas lógicas, bem como a personalização da comunicação, pode ser melhor compreendida considerando que existe de fundo um processo de transformação cultural da sociedade contemporânea, baseado em um conjunto de valores definidos como “individualização” e “autonomia” (CASTELLS, 2012). Esses valores nasceram nos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 e ganharam intensidade com os movimentos sociais em rede. A “individualização” é a tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como princípio essencial orientador do seu comportamento, podendo este estar dirigido a fins coletivos e a ideias compartilhadas. Nesse sentido, é diferente de individualismo, que consiste em colocar o bem-estar do indivíduo como o objetivo último de seu projeto pessoal. A “autonomia” está relacionada à capacidade de o sujeito definir sua ação em projetos à margem das instituições da sociedade, de acordo com interesses e valores dos atores sociais.

Diante da individualização e da autonomia, enquanto valores da atual sociedade, pode-se compreender a “lógica da ação conectiva” de Bennett e Segerberg (2012). Os autores argumentam que, nessa, a organização das ações é formada através da “personalização das ideias e dos mecanismos” – mais do que nos casos em que a ação é organizada com base em grupos sociais de identidade, adesão ou ideologia. A “comunicação personalizada” está diretamente ligada às possibilidades de criação e compartilhamento dos temas e *frames* pessoais, proporcionadas pelas NTICs. Em outras palavras, a organização da ação se dá pelo processo de difusão interativo e viral dos *frames* individuais. Essa propagação dos *frames* ocorre por meio de apropriações pessoais, imitações e expressões personalizadas e do compartilhamento social do conteúdo. Esse processo, por sua vez, permite criar um efeito do modelo de propagação dos *frames* pessoais. Essa interpretação, embora aclare algumas dinâmicas visíveis no *ciberativismo*, desconsidera outros elementos, como as relações de poder, o papel da mídia hegemônica e do Estado – pois está demasiadamente centrada nas dinâmicas internas das redes sociais.

A interatividade e a personalização, enquanto mecanismos organizativos da ação coletiva, estão relacionadas a outras características organizacionais dos protestos pós 2010, como: a espontaneidade no surgimento dos movimentos e protestos contemporâneos; a



ausência de liderança e de um programa; e o fato de que esses movimentos são, em um primeiro momento, mais uma unidade do que uma comunidade (CASTELLS, 2012)<sup>79</sup>.

Em relação à primeira característica, atribui-se um caráter espontâneo ao nascimento dos movimentos em rede.<sup>80</sup> Para Castells (2012), as manifestações pós 2010 são desencadeadas por um sentimento de indignação, sendo a origem da convocatória menos relevante do que o impacto das suas mensagens<sup>81</sup>. Em segundo lugar, para Castells (2012), a horizontalidade das redes favorece a colaboração e a solidariedade, restringindo a necessidade de uma liderança formal. Além da ausência de liderança, não há um programa político fechado nesses movimentos, as reivindicações são múltiplas e as motivações ilimitadas. Por isso, têm dificuldade de estabelecer um programa elaborado a partir de objetivos concretos e realizar ações políticas demasiadamente pautadas. Por fim, a união é um ponto de partida e fonte de empoderamento, sendo alcançada através das redes horizontais e multimodais da internet e do espaço urbano.

Embora Bennett e Segerberg (2012) e Bimber *al*(2009) tragam aportes interessantes para pensar as dinâmicas organizativas contemporâneas, chamamos a atenção para um problema dessas argumentações. Essa literatura parte de um diálogo direto com a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), pensando os impactos das NTICs por meio de uma crítica à concepção de organização (da TMR) enquanto estrutura formal. Deixam de lado a abordagem da TNMS, por exemplo, que analisa aspectos informais do processo organizativo. Além disso, acabam dando atenção apenas ao envolvimento individual na ação coletiva – assim como fizeram os teóricos da TMR.

Dessa questão, decorre que, embora reconheçam que as organizações formais não estão extintas, trabalham opondo os dois modelos organizativos. Por exemplo, Bimber *al*(2009) apontam que as ações coletivas, mediadas pelas NTICs, são auto-organizadas em

---

<sup>79</sup>Castells (2012) escreve o livro *Redes de Indignación y esperanza* tendo o ciclo de luta que emerge a partir de 2011 como plano de fundo; porém esta seção aborda a ação coletiva e os movimentos sociais a partir da década de 1990. Nesse sentido, na seção posterior, apontarei como existem diferenças organizativas dentro deste período.

<sup>80</sup>O espontâneo neste tópico é usado no sentido organizativo, isto é, de que os movimentos e protestos contemporâneos não nascem de um processo organizativo formal com uma direção central. Ao contrário disso, vão sendo construídos a partir da interação mediada pelas NTICs.

<sup>81</sup>Castells (2012) fala em surgimento espontâneo dos movimentos sociais em rede, mas Bringel (2013) contra-argumenta que é necessário diferenciar “estado de indignação”, entendido como um estado de ânimo que se expressa de formas diferentes em contextos distintos, de movimentos sociais. Não nos deteremos nesta discussão, mas assinalamos que a compreensão dessas formas de organização e mobilização ainda estão em construção. Há ainda necessidade de diferenciar “indignação” de “indignados”, movimento que surgiu na Espanha em 2011.

vezde constituídas por um grupo de interesses prévio ou outro tipo de coordenadores centrais<sup>82</sup>. Bennett e Segerberg (2012) compreendem as redes digitais de comunicação como organizações flexíveis que possibilitam que ações coletivas possam ocorrer sem a necessidade de organizações formais, bandeiras fortes e identidades coletivas.

### **Considerações finais**

Neste capítulo, resgatamos os debates preponderantes sobre organização nas TMS, ressaltando as práticas e as estruturas comunicativas relacionadas a eles ou submersas a essas concepções. Percebe-se que, no primeiro momento, a comunicação é vista enquanto parte do processo organizativo revolucionário, enquanto atividade que permite a articulação entre teoria e prática. Isso é visível na concepção de Lenin (1902) sobre o papel da propaganda, da agitação e do jornal na ação revolucionária do partido. Assim como a estrutura do partido, concebida pelo autor, é centralizada, a comunicação também o é. É necessário ter um jornal único para toda a Rússia, bem como a educação política das massas ocorre por meio dos intelectuais do partido. Há, portanto, uma correspondência entre estrutura organizativa e a estrutura comunicativa.

Já a partir do segundo momento das TMS, a oposição entre organização formal e informal perpassa os debates sobre o tema. A comunicação não é o foco central da Teoria da Mobilização de Recursos nem das Teorias dos Novos Movimentos Sociais, mas aparece de forma tangencial na primeira e submersa na segunda. Na primeira, é entendida enquanto um recurso e é instrumentalizada, assim como o próprio papel da organização. Já na segunda, aparece como um processo de interação horizontal que estrutura as redes de movimentos sociais.

No terceiro momento das abordagens, embora as práticas comunicativas, mediadas pelas NTICs, ganhem centralidade nos estudos, acaba-se por opor dois modelos organizativos: o tradicional e o das redes digitais. Embora se admita interseções entre eles, as redes digitais são vistas enquanto organizações flexíveis e são caracterizadas como se existissem para além de contextos e atores específicos.

As redes pessoais sempre existiram e sempre foram parte das dinâmicas organizativas, seja no movimento operário, seja nas manifestações pós-2010. Trata-se, portanto, de

---

<sup>82</sup> Longe de dizer que as organizações tradicionais estão extintas, para os autores, o ambiente de mídia permite a hibridização de organizações tradicionais com a das redes não hierárquicas. Além disso, os processos e estruturas de organização estão em constante transformação devido à rápida mudança social e tecnológica.

compreender como a formação, a estruturação e a interação nessas redes ocorrem em cada momento e ambiente. Certamente existem diferenças entre as redes sociais das Internacionais Comunistas e as redes sociais digitais através das quais se organizou o protesto global *15 O*, mas essas distinções precisam levar em consideração a cultura, a história e os atores das experiências concretas. Podem existir partidos políticos organizativamente menos ou mais horizontais, assim como processos comunicativos digitais pouco participativos.

Chamamos atenção, assim, para que a análise dos processos organizativos do *ciberativismo* deva se atentar para algumas dinâmicas que apontamos ao longo deste capítulo: momentos de latência e de mobilização (MELUCCI, 1089); verticalidade e horizontalidade; integração entre os espaços das ruas e das redes digitais.

Em primeiro lugar, é necessário compreender os processos organizativos para além dos momentos de mobilização, que são mais visíveis, inclusive midiaticamente. A maior parte dos casos de *ciberativismo* que citamos no início da última seção, por exemplo, reflete sobre o impacto das NTICs na organização de protestos, de manifestações. Embora nos momentos de mobilização a estrutura organizativa da luta se torne mais evidente, é necessário pensar a organização em uma temporalidade maior do que no período de mobilização.

Outra questão que abordamos aqui é como as redes digitais não podem ser pensadas enquanto um padrão horizontal de organização e de comunicação *a priori*. Suas dinâmicas também incluem relações verticalizadas e disputas por poder. Faz-se necessário, portanto, problematizar essas redes a partir dos atores envolvidos e seus contextos culturais, políticos, sociais e espaciais específicos.

Por fim, uma terceira tensão que aparece na discussão sobre organização dos movimentos sociais contemporâneos é a relação entre o espaço das redes digitais e “as ruas”. Embora Castells (2012), de um ponto de vista mais macro, argumente que esses espaços se perpassam, é importante ainda identificar as dinâmicas através das quais este processo ocorre.

### 3. DIFUSÃO DE AÇÕES COLETIVAS E MÍDIAS

#### Introdução

A internet está alterando esta dinâmica pela difusão das ideias de protestos e táticas, eletronicamente, de forma eficiente e rápida em torno do globo (AYRES, 2013)<sup>83</sup>.

A difusão da ação coletiva pode ser entendida como o processo através do qual os repertórios de ação, as táticas, as estratégias, as ideias, os símbolos, as informações técnicas e os valores se difundem de um movimento social para o outro ou/e de um lugar para o outro. As mídias desempenham um importante papel nesta dinâmica, uma vez que mediam as relações entre os atores e constituem-se em canais de difusão de informação.

A relação entre os movimentos sociais e as mídias pode ser pensada em, no mínimo, dois sentidos. Enquanto meios de comunicação, as mídias sempre foram apropriadas pelos movimentos sociais, nos trabalhos de formação e propaganda política, nas dinâmicas organizativas e na criação de espaços alternativos de discussão e circulação de informação. Por outro lado, existem grandes corporações midiáticas. Essas, para Prudêncio (2003), mediam as trocas simbólicas, uma vez que se constituem como um campo autônomo e influente na visibilidade dos outros campos sociais. Néfissa (2011), ao estudar as mobilizações e revoluções que eclodiram nos países do Mediterrâneo Árabe (Marrocos, Líbia, Tunísia e Egito) em 2011, destaca que, no Egito, a multiplicação das mobilizações esteve relacionada à desmonopolização midiática, à emergência de jornais independentes e privados, de televisões via satélite e da internet.

Em geral, a mídia foi abordada, na literatura específica sobre difusão da ação coletiva, a partir do viés das coberturas jornalísticas sobre os protestos. Deu-se pouca atenção às mídias dos próprios movimentos sociais e às interações mediadas por elas. A nosso ver, essa questão está ligada à própria noção de difusão e de comunicação nestes estudos. Ambas são pensadas, como argumentamos mais adiante, como transmissão e não como processos dialógicos. Ao contrário do que o seu nome sugere, a difusão não é um transplante de inovações, e sim uma dinâmica dialógica de ensino e aprendizagem entre os atores. Nesse sentido, é um processo de comunicação e de diálogo entre os sujeitos.

---

<sup>83</sup>Tradução nossa: The Internet is altering this dynamic by electronically promoting the diffusion of protest ideas and tactics efficiently and quickly across the globe (AYRES, 2013).

A epígrafe que abre este capítulo aponta que as dinâmicas de ação coletiva estão sendo alteradas pela internet. A fim de compreender como isso ocorre, propomos um olhar para a relação histórica entre as mídias e as dinâmicas de difusão. Para tanto, opta-se por um recorte duplo, que, por um lado, se orienta pelos três momentos das Teorias dos Movimentos Sociais e, ao mesmo tempo, estabelece uma relação com as revoluções tecnológicas no âmbito da comunicação.

A cada um dos momentos teóricos das abordagens sobre os movimentos sociais, é possível associar uma mídia representativa de uma cultura comunicacional predominante. Estabelecemos essa relação inspirados<sup>84</sup> nas três galáxias ou culturas de McLuhan (1977): oral, tipográfica e eletrônica. No pensamento do autor, cada uma dessas configurações estava relacionada a uma forma do ser humano enxergar e pensar o mundo. Cientes das críticas realizadas ao autor, sobretudo a partir da midialogia de Régis Debray<sup>85</sup> e das fraturas que a própria internet expõe no seu trabalho<sup>86</sup>, entendemos que a contribuição de McLuhan – em demonstrar a impossibilidade de separar meio e mensagem e que o meio não é neutro – ainda é válida:

O meio não era neutro, nem um mero instrumento, nem somente o transmissor. O meio é o conteúdo porque cada canal criava um “novo” ambiente diferente do anterior que demandava esforços diferentes, organização social diferente, respostas diferentes e outras interações entre os órgãos dos sentidos (SOUSA *et al.*, 2012, p.2).<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> A contribuição de McLuhan neste trabalho vem de forma pontual, no sentido de ir ao encontro de percepções como a de Santaella (2003), por exemplo. Para ela, “mídias são meios, e meios, como o próprio nome diz, são simplesmente meios, isto é, suportes materiais, canais físicos, nos quais as linguagens se corporificam e através dos quais transitam” (p.25). Aqui que não usamos a periodização que McLuhan faz, pois não focamos em todas as formas de comunicação, e sim nas principais mídias em termos de impactos (mais representativos) para a sociedade. Justifica-se assim iniciarmos com os impressos (ainda que a cultura oral seja até hoje muito importante para compreender os movimentos sociais e suas formas de ação).

<sup>85</sup> McLuhan foi acusado de certo reducionismo tecnológico, o que tem sido revisto recentemente – ver Sousa *et al.* (2012). Mais tarde, o estudo das mediações traria avanços para as reflexões sobre as tecnologias da comunicação com Régis Debray – ver, José António Domingues (2010).

<sup>86</sup> Apesar da importância da afirmação de McLuhan de “o meio é a mensagem” para os estudos de comunicação da época, assinalamos que, com a mídia *www*, a célebre frase do autor poderia hoje ser pensada em outros termos: “a mensagem é o meio”, ou seja, que a mensagem modifica o meio. “Assim devido à diversidade da mídia e à possibilidade de visar ao público-alvo, podemos afirmar que, no novo sistema de mídia, a mensagem é o meio. Ou seja, as características da mensagem moldarão as características do meio” (CASTELLS, 1999, p. 425). Essa questão é trabalhada com mais ênfase na última seção, quando abordamos o sistema de comunicação multimídia.

<sup>87</sup> Uma visão contrária a do autor até os dias de hoje é, por exemplo, Santaella (2003). A autora considera que McLuhan dá ênfase excessiva às mídias. Para ela, “mídias são meios, e meios, como o próprio nome diz, são simplesmente meios, isto é, suportes materiais, canais físicos, nos quais as linguagens se corporificam e através dos quais transitam” (p.25). Discordamos dessa opinião, embora reconheçamos que existem outros aspectos como a linguagem (ênfaticamente pela autora) que também são importantes para a compreensão dos processos comunicativos.

Assim, podemos pensar que, durante o primeiro momento teórico das abordagens sobre os movimentos sociais, predominavam as mídias impressas; já o segundo, pode ser contextualizado durante a era dos meios de comunicação de massa; por fim, o terceiro momento situa-se no período de popularização da internet.

Este capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira, realizamos uma discussão sobre as abordagens da difusão da ação coletiva e destacamos a necessidade de pensá-las enquanto um processo comunicativo dialógico. Nas três seções posteriores, debatemos como a relação entre mídias e difusão da ação coletiva foi pensada em cada um dos momentos teóricos das Teorias dos Movimentos Sociais. Na segunda, destacamos a relação entre as mídias impressas e a difusão da ação dos movimentos operários do século XIX; na terceira, apontamos como as TMS, já institucionalizadas, abordaram os meios de comunicação de massa nos processos de difusão; e na quarta seção, relacionamos a internet com as dinâmicas de difusão do ciberativismo.

### 3.1. Difusão de Ação Coletiva e as mídias

A difusão das ações coletivas é um tema caro à sociologia dos movimentos sociais. Sua importância está no fato de que perpassa várias dimensões destes atores:

Não se pode entender os movimentos sociais – como eles envolvem, como eles expandem, como eles engajam na arena política – sem compreender as dinâmicas de difusão (GIVANS e ROBERTS, 2010, p. 1)<sup>88</sup>.

Os processos de difusão envolvem uma multiplicidade de elementos, o que dificulta o desenvolvimento de um enquadramento mais abrangente que o capture em sua totalidade (GIVANS e ROBERTS, 2010). Devido a esse fato, encontra-se uma série de estudos que debruçam sobre um aspecto muito específico e complexo da difusão da ação coletiva, mas sem que esteja relacionado, na análise, a outros quesitos.

O livro *The Diffusion of Social Movements actors, mechanisms and political effects*, organizado por Givans e Roberts (2010), é um esforço no sentido de compreender o fenômeno na sua multidimensionalidade. Os autores buscam integrar vários fatores relacionados ao processo a partir de três eixos: “o que é difundido?”; “como a difusão ocorre?”; e “qual o impacto da difusão?”.

---

<sup>88</sup>Tradução nossa: “one cannot understand social movements – how they evolve, how they expand, how they engage the political arena – without understanding the dynamics of diffusion” (GIVANS e ROBERTS, 2010, p. 1).

No que se refere ao primeiro aspecto, eles apontam que o conteúdo da difusão, ou seja, a inovação difundida pode ser de dois tipos: comportamental e ideacional. O primeiro compreende as táticas e os repertórios de ação coletiva; e o segundo são as ideias, as interpretações e os significados.

Já os mecanismos de difusão referem-se a como a difusão ocorre. Esses revelam que ela não é um simples transplante de uma inovação de um lugar para o outro, mas, ao contrário, envolve um processo de adaptação criativo e de aprendizagem política. Os autores, baseados em Tarrow (2010), destacam três mecanismos pelos quais ela acontece: relacionais, não relacionais e de mediação. Voltaremos nesse quesito mais adiante.

Quanto aos impactos da difusão em outros processos sociais, Givans e Roberts (2010) evidenciam que esta pode desempenhar um papel central na organização e fundação de movimentos, na mudança de escala das ações coletivas (como, por exemplo, um protesto local pode tornar-se nacional); entre outros.

Tomando como base esses três eixos, as mídias podem ser compreendidas como um dos mecanismos que mediam a difusão da ação coletiva. Dois autores trabalharam esse aspecto de forma mais sistemática: Tarrow (2010), que cria uma tipologia para esses mecanismos, e Chabot (2010), que adiciona uma perspectiva relacional ao processo.

Para Tarrow (2010), a difusão transnacional de ações coletivas ocorre através de três processos (como mencionamos acima): relacional, ou seja, por meio de redes de confiança; não relacional, via meios de comunicação e internet; e mediado, através de mediadores não inseridos diretamente no confronto político. Esse modelo traz dois problemas. O primeiro é a noção de relacional restrita ao contato face a face. As NTICs mediam relações sociais que, embora possam ter um caráter diferente das que ocorrem no ambiente *off-line*, são complementares a estas. O segundo problema é a categorização da internet junto com outros meios de comunicação de massa. O modelo de comunicação da internet é baseado em lógicas de interação e de comunicação a partir de uma arquitetura em rede – o que é diferente da estrutura “unidimensional” dos meios de comunicação de massa.

Chabot (2010) também faz várias críticas ao modelo de Tarrow (2010). Em síntese, aponta que a perspectiva do autor não permite compreender “como” o processo de ensino e aprendizagem ocorre entre as pessoas **reais**. Em outras palavras, a abordagem de Tarrow (2010), para Chabot (2010), descreve processos de comunicação impessoais, deixando pouco espaço para analisar como as pessoas envolvem-se nas dinâmicas de difusão. Chabot (2010)

propõe então uma abordagem dialógica, inserindo a noção de diálogo em sua perspectiva. O diálogo, segundo o autor, envolve dois ou mais participantes ativos que contribuem com seus pontos de vistas e engajam-se nas questões e respostas dos outros, expandindo os horizontes e transformando os pontos de vistas iniciais (CHABOT, 2010). Assim, o processo de difusão passa a ser abordado a partir de uma perspectiva relacional.

O modelo de Chabot (2010) baseia-se em quatro formas de comunicação: *processo de tomada de consciência*, quando os receptores em potencial começam a tomar contato com o repertório de outro país; *processo de tradução*, quando os transmissores e receptores dialogam sobre como deslocar o repertório para outro contexto; *processo de experimentação*, a partir de um investimento intelectual, os receptores vão experimentando os repertórios “importados” em pequenas escalas, readequando-os; *processo de aplicação no movimento*, os receptores integram os novos repertórios a uma grande variedade de atores.

Chabot (2010) não analisa diretamente o impacto das NTICs, da imprensa e de outros atores externos aos movimentos sociais nesses processos comunicativos. Em síntese, descreve um modelo que compreende as relações de difusão de forma horizontal, sem considerar as dinâmicas de poder que as perpassam e as interferências que podem ocorrer no processo. Por outro lado, a abordagem de Chabot (2010) contribui ao apontar um problema que transcorre, de forma geral, nessa literatura: a concepção de comunicação enquanto processo de transmissão.

A nosso ver, o entendimento da comunicação como transmissão acabou afetando o olhar dessas abordagens sobre as mídias. Essas são analisadas, quase sempre, do ponto de vista do impacto da cobertura jornalística realizada dos protestos. Os veículos que os próprios movimentos sociais criam, por exemplo, são pouco estudados. As interações através dos meios de comunicação recebem também pouca atenção.

### **3.2. Os jornais revolucionários operários e a difusão das ideias políticas**

Durante o primeiro momento das abordagens sobre os movimentos sociais, não se pode falar em estudos sistemáticos sobre os processos de difusão, tal qual as Teorias dos Movimentos Sociais, após a institucionalização acadêmica, viriam a desenvolver; porém, atentando para o fato de que os próprios movimentos operários se apropriaram de mídias, é possível realizar algumas reflexões sobre o tema.



Nesse primeiro momento, as mídias impressas desempenham papel importante na sociedade. Para compreender isso, é necessário remontar à invenção da prensa tipográfica. Criada no século XV, ela alterou significativamente a forma de produção e de circulação de livros, gravuras e outros produtos do gênero, ao permitir que fossem replicados sem a necessidade de um trabalho manual de cópia e a custos mais baixos. Ainda que o acesso a esses materiais estivesse longe de ser universal, que até a Revolução Francesa a prensa tenha vivido em regime de censura (COSTELLA, 2002) e que grande parte da população era analfabeta – o invento de Gutenberg<sup>89</sup> representou a possibilidade de “popularizar” o acesso aos materiais escritos e de expansão da alfabetização. Além disso, “com a escrita, as sociedades passaram a ter meios externos ao ser humano para registrar as informações”, possibilitando que os discursos pudessem ser separados dos sujeitos e das situações de produção (COUTO *et al.*, 2008, p.107)<sup>90</sup>.

A imprensa veio a se firmar apenas 150 anos após a criação da prensa (COSTELLA, 2002), e seu desenvolvimento está relacionado à ampliação do debate público. Asa e Burke (2006), ao discutir a emergência da esfera pública na Europa a partir da história das mídias, destacam o papel da imprensa:

Nós nos movemos da Reforma Alemã na década de 1520 para as revoluções norte-americana e francesa, passando pelas guerras civis na Holanda, França e Inglaterra. Notamos uma seqüência de situações semelhantes, nas quais as elites envolvidas nos conflitos mais acirrados apelaram para o povo — e nos quais a mídia, especialmente a imprensa, ajudou a elevar a consciência política. Em cada situação uma crise levou a um debate vivo, mas relativamente curto, que pode ser descrito como o estabelecimento de uma esfera pública temporária ou conjuntural (p.107).

Feito esse breve resgate do desenvolvimento das mídias impressas e do papel da imprensa na formação da opinião pública, passemos para uma análise da relação dessas mídias com os movimentos sociais.

No que tange à difusão da ação coletiva, as mídias impressas (panfletos, jornais e revistas) foram utilizadas pelos partidos e sindicatos para realizar propaganda das ideias políticas, para formar as massas politicamente e como espaços de discussões sobre as teorias políticas. Muitos dos textos que utilizamos hoje, como fontes para compreender a social-democracia europeia do início do século XIX, por exemplo, foram publicações em revistas da

<sup>89</sup> A atribuição do invento à Gutenberg é polêmica. Ver Costella (2002).

<sup>90</sup> A difusão da prensa não foi uniforme. Enquanto na Europa, já em 1500, havia impressão em mais de 250 lugares e um total de 27 mil edições, a impressão gráfica demorou a penetrar na Rússia e no mundo cristão ortodoxo, sendo que no mundo mulçumano a resistência à impressão durou até o início da era moderna (ASA; BURKE, 2006).

época e expressam diálogos diretos entre os intelectuais revolucionários. Assim, argumentamos que o papel dessas mídias na difusão da ação coletiva está no fato de que elas eram os meios pelos quais as próprias ideias revolucionárias poderiam ser debatidas e difundidas para as massas.

Dois casos emblemáticos podem ser mobilizados aqui para ilustrar essa questão. O primeiro deles refere-se à relação entre os jornais anarquistas e a própria difusão do anarquismo pelo mundo. O segundo é a concepção de Lenin sobre a importância da criação de mídias impressas para a divulgação das ideias políticas. Abordamos parte deste tema, ao resgatarmos as concepções sobre propaganda, agitação e jornal, no segundo capítulo. Portanto, retomamos o debate do autor de forma mais breve e no sentido de pontuar sua relação com a própria expansão do movimento revolucionário na Rússia.

### **3.2.1. As publicações anarquistas**

Antes de refletirmos sobre o papel da mídia na difusão das ideias e concepções anarquistas, deve-se ressaltar que a mídia anarquista e seu padrão de publicação estão diretamente ligados aos princípios políticos anarquistas, como: não hierarquização, liberdade individual, pluralidade de opinião, não interferência comercial e governamental e produção através da cooperação voluntária (DOWNING, 2011). Leal (2006) também evidencia essa relação, segundo ele, à impressão dos jornais anarquistas no Brasil:

[...] dependia do esforço e da mobilização de redatores e simpatizantes, fosse através da coleta de assinaturas, ou por meio de subscrições voluntárias, ou ainda “passando o chapéu” em festas e apresentações teatrais. Poucos aceitavam anúncios, e quando o faziam, davam preferência a assuntos de interesse dos trabalhadores ou itens que supostamente eles consumiam (LEAL, 2006, p. 98).

Ressaltar esse quesito nos permite perceber como a produção dessas mídias está intrinsecamente relacionada às próprias dinâmicas político-organizacionais do anarquismo. Assim sendo, esses veículos não apenas tinham a função de “transmitir” ideias políticas, mas estavam ligados ao próprio agir e existir do movimento. Para Downing (2011), as mídias anarquistas são politicamente prefigurativas.

É interessante notar que os impressos anarquistas estão espalhados por vários países da Europa, América e África Mediterrânea e constituem parte da própria história de imigração dos anarquistas e de difusão dos seus ideais. Essa relação pode ser ilustrada pela trajetória do anarquismo no Brasil.

As publicações anarquistas desempenharam um grande papel na luta operária do país, devido à vinda de refugiados da Comuna de Paris de 1871 (RODRIGUES, 1997) e de imigrantes de Portugal, Espanha e Itália no início da industrialização. Tanto a França como esses três países foram locais onde o anarquismo se refugiou após a extinção da Internacional em 1876, advinda do ápice das discordâncias entre Marx e Bakunin sobre a melhor forma de organizar os operários (GIANNOTTI, 2007). Assim, os imigrantes que aqui chegaram já eram ligados a círculos anarquistas em seus países de origem e utilizavam veículos de informação como jornais e panfletos para difundir seus ideais no Brasil.

Apesar dessas influências que o Brasil recebeu do anarquismo, durante a segunda metade do século XVIII, já em 1845 (1º de agosto), nascia o periódico *O Socialista*, em Niterói, “sob a égide das ideias do francês Charles Fourier. O jornal tinha entre os fundadores e colaboradores Dr. Mure, médico homeopata, discípulo de Fourier e idealizador da Colônia do Saí (ou Falanstério do Saí), em Santa Catarina, no ano de 1841” (RODRIGUES, 1997)<sup>91</sup>.

O anarquismo teve assim a importância não apenas na organização dos trabalhadores, mas também na fomentação de uma imprensa social no Brasil<sup>92</sup>. A história da imprensa anarquista brasileira, por exemplo, não pode ser separada da própria difusão do movimento da Europa para este país.

### 3.2.2. Mídias leninista e de educação política

No segundo capítulo, destacamos as concepções de Lenin sobre a agitação, a propaganda e o papel do jornal como organizador coletivo. Os três têm uma função central na concepção de organização leninista e na forma como se articulam teoria e prática em seu pensamento. Além de auxiliar a organizar o partido e constituir-se em um meio de diálogo com as massas, para Lenin (1902), um jornal unificado em toda Rússia teria a função de fazer a ligação efetiva entre as cidades quanto às causas revolucionárias, possibilitando a troca de informações e experiências, forças e recursos.

Lenin deu muita importância à criação de veículos de informação. O autor fundou o primeiro periódico marxista clandestino de toda a Rússia: *Iskra* (A Centelha)<sup>93</sup>, que

<sup>91</sup> Apesar da influência anarquista já neste periódico, Romani aponta que a imprensa anarquista no Brasil surgiu com o lançamento de jornais redigidos em italiano a partir de 1892, sendo que apenas a partir de 1898 surgiriam publicações em português.

<sup>92</sup> No mesmo período, o anarquismo tornou-se o principal movimento organizador da classe operária revolucionária também nos Estados Unidos, Argentina e Uruguai (ROMANI; GIANNOTTI, 2007).

desempenhou um papel importante na unificação das organizações sociais democratas da Rússia e na construção do partido social-democrata (RIVERA). Segundo Pankratova (1950), nos anos seguintes, Lenin, por meio do partido social-democrata, desenvolveu um sistema de periódicos legais do partido e organizações para venda de livros<sup>94</sup>. A necessidade de veículos de comunicação próprios na organização da luta revolucionária, fomentada e defendida por Lenin, teve influência na esquerda de modo geral:

Durante o século XX, o modelo underground leninista de mídia alternativa ou radical teve influência considerável pelo planeta. Sua influência pode ser observada em três formas: na organização da mídia underground, nas publicações dos partidos marxistas de uma corrente ou de outra e da mídia dos regimes stalinistas (DOWNING, 2011, p.301)<sup>95</sup>.

Assim, de forma geral, é possível afirmar que as mídias impressas eram importantes veículos de comunicação para o movimento revolucionário leninista, sendo parte das dinâmicas de organização, educação política e difusão de experiências e ideias.

### 3.3. Difusão em massa

O segundo momento das teorizações dos movimentos sociais inicia-se em meados do século XX e é marcado pela institucionalização acadêmica das discussões. No mesmo contexto, desenvolvem-se os meios de comunicação de massa. O rádio eclode em 1920, o cinema se populariza na mesma década, e a televisão surge em 1937 (COSTELLA, 2002). Identifica-se, neste momento, na literatura específica sobre difusão, uma abordagem permeada da noção de “difusão de massas”, diretamente ligada às discussões sobre a comunicação de massas. Assim, antes de tratarmos desses estudos, passemos brevemente para um resgate do significado e impacto dessa comunicação na sociedade.

“Rádio, cinema e televisão representaram o retorno do som e da imagem, meios que entram em contato constantemente e automaticamente com as pessoas” (COUTO *et al.*, 2008). O rádio, por exemplo, que entrou rapidamente na casa das pessoas e difundiu-se pelo mundo em apenas uma década (COSTELLA, 2002), significou o aumento dos fluxos e da

<sup>94</sup> Lenin dirigiu pessoalmente a imprensa bolchevique legal e ilegal, como também o trabalho do grupo de redação dos bolcheviques, que editaram os jornais: "Volná" (A Onda), "Vperiod" (Avante), "Eco", "Proletari" (Proletário) e as revistas semanais "TierniTrudá" (O Trabalho Espinhoso), "Zrenie" (A Vista) etc.(PANKRATOVA, 1950).

<sup>95</sup>Tradução nossa de: “during the 20th century, the Leninist underground model of alternative or radical media had considerable influence across the planet. Its influence was to be observed in three forms: in the organization of underground media, in the publications of Marxist parties of one stripe or another, and in the media of Stalinist regimes” (DOWNING, 2011, p.301).

circulação de informações entre as camadas excluídas da população (COUTO *et al.*, 2008) – sobretudo em países com um grande número de analfabetos como a Índia e o Brasil.

Os meios de comunicação do século XX se diferenciavam bastante dos ligados à prensa. Além da importância do som e da imagem, “a comunicação” passou a ser realizada de forma industrial e vendida comercialmente:

Não há dúvida de que já o livro, o jornal eram mercadorias, mas a cultura e a vida privada nunca haviam entrado a tal ponto no circuito comercial e industrial, nunca os murmúrios do mundo – antigamente suspiros de fantasmas, cochichos de fadas, anões e duendes, palavras de gênios e de deuses, hoje em dia músicas, palavras, filmes levados através de ondas – não haviam sido ao mesmo tempo fabricados industrialmente e vendidos comercialmente (MORIN, 1997, p.13).

Segundo Morin (1997), após a segunda guerra mundial, a sociologia norte-americana reconhece a existência de uma nova cultura, diretamente relacionada à industrialização e aos meios de comunicação de massas:

[...] Produzida segundo as normas maciças da fabricação industrial; propaganda [*sic*] pelas técnicas de difusão maciças (que um estranho neologismo anglo-latino chama de *mass media*); destinando-se a uma massa social, isto é, um aglomerado gigantesco de indivíduos compreendidos aquém e além das estruturas internas da sociedade (classes, família etc.) (MORIN, 1997, p.13).

Uma questão importante referente ao sistema de produção e difusão dos conteúdos e das informações na mídia de massa, é que ele se dá no modelo de “um para todos”, onde poucos produzem e muitos consomem. O modelo de produção é assim tecnicamente concentrado e burocrático. Ainda que algumas Teorias da Comunicação tenham questionado a unidirecionalidade desses veículos, reconhecendo, por exemplo, o papel dos formadores de opinião na intermediação do conteúdo, é inegável que os meios de comunicação de massas possuam processos industriais de produção e difusão da informação e da cultura. A discussão sobre a comunicação de massa é extensa. Assim, limitamo-nos apenas a pontuar alguns dos seus aspectos, que se relacionam à concepção de difusão nos estudos da ação coletiva.

Influenciadas pelos estudos dos meios de comunicação de massas, as abordagens sobre os movimentos sociais questionaram como estes interferem nas dinâmicas de difusão da ação coletiva. O problema é que essa relação foi restringida à cobertura midiática dos protestos. Vejamos alguns exemplos ilustrativos.

Ayres (2000) aponta a cobertura das corporações midiáticas como um veículo de difusão dos protestos. Segundo ele, a cobertura da mídia (imprensa hegemônica) interfere de duas maneiras principais: através da seleção do que é noticiado (privilegiam-se eventos com

maior número de pessoas) e da distribuição da mídia (privilegia-se reportar eventos próximos do órgão midiático).

No que tange ao primeiro ponto, McCarthy *et al.* (1996), por exemplo, estudam a cobertura midiática dos protestos ocorridos de 1982 a 1991 em Washington<sup>96</sup>. Os autores identificam dois fatores que influenciam na seleção de quais protestos são considerados notícia pelos filtros dos veículos midiáticos – sendo eles: o tamanho das manifestações e os ciclos de atenção da mídia. No que se refere ao primeiro fator, eles mostram que a maior parte das manifestações é ignorada, sendo que apenas as maiores recebem atenção. Quanto aos ciclos de atenção da mídia, os autores argumentam que as questões sobre as quais a imprensa está focada, antes dos protestos ocorrerem, influenciaram a probabilidade de que esses sejam cobertos. “Estes padrões indicam que o processo de agenda *setting* da mídia é uma chave para entender como os dissensos públicos são selecionados para serem reportados” (McCarthy *et al.*, 1996, p.495)<sup>97</sup>.

Em relação à distribuição geográfica da mídia, Andrews e Biggs (2006) fazem alguns apontamentos. Os autores analisam três canais de difusão (organizações, redes e mídia)<sup>98</sup> que possibilitaram a propagação das ocupações ocorridas no Sul dos EUA em 1960, na ocasião das manifestações pelos direitos civis dos negros. Buscando compreender as características que fizeram com que os protestos ocorressem em determinadas cidades, eles apontam a cobertura dos jornais impressos como o fator-chave. Os autores demonstram que as ações ocorreram mais em cidades vizinhas porque as ocupações eram reportadas pelas mídias locais e inspiravam novas ocupações. Segundo eles, a cobertura midiática diminuiu com o aumento da distância entre as cidades, ou seja, eventos ocorridos mais longe dos meios de comunicação têm menor atenção destes veículos<sup>99</sup>. Concluem assim que a cobertura midiática foi mais importante que os “canais relacionais” (redes pessoais) para a difusão dos protestos de uma cidade para a outra.

Em geral, boa parte dos estudos sobre difusão da ação coletiva carrega esta noção de difusão unidirecional e massiva, que perpassa a lógica dos meios de comunicação de massa.

---

<sup>96</sup> Consideram os jornais *The New York Times*, *The Washington Post* e três redes de televisões nacionais.

<sup>97</sup> Tradução nossa de: “these patterns indicate that media agenda setting processes are a key to understanding how public dissent is selected for reporting” (McCarthy *et al.*, 1996, p.495).

<sup>98</sup> Andrews e Biggs (2006), no que tange às organizações e às redes sociais, apontam que estas são fatores determinantes para explicar como ocorreu a difusão das ocupações.

<sup>99</sup> É importante notar que a distância geográfica, embora ainda seja um fator que influencia na cobertura dos meios de comunicação de massa, foi alterada com as dinâmicas da internet. Voltaremos a esse assunto na última seção.

No que se refere à análise das mídias, acabam considerando-as apenas do ponto de vista da cobertura jornalística. Embora esses estudos problematizem o papel da imprensa na ação coletiva, negligenciam, na maior parte das vezes, o aspecto relacional da difusão.

### 3.4. Difusão e ciberativismo

Glasius e Pleyers (2013) iniciam um artigo sobre os movimentos sociais pós-2010 com uma reflexão importante sobre os processos de difusão através da internet e das redes sociais digitais. Segundo os autores, uma das maiores características desta onda global de revoltas, que se iniciou na Tunísia, é a rápida difusão de repertórios de ação, *slogans* e significados. Como exemplo, eles citam a repercussão da máscara do “V de Vingança”. O símbolo apareceu pela primeira vez nos protestos contra a igreja Cientologia, organizados pelo “grupo” *Anonymous*, e inspirou ativistas egípcios, que o adotaram em *cartoons*, vídeos, *sites* e no Facebook. Depois foi visto em várias revoltas, inclusive no Brasil em 2013.

Glasius e Pleyers (2013) levantam discussões sobre o verdadeiro significado desse símbolo, uma vez que, originalmente, ele remete ao ativista violento Guy Fawkes e, nessas revoltas, há uma ênfase na não violência pela maior parte dos manifestantes. É interessante notar que, embora a difusão na internet possa ser viral, há necessidade de se considerar os contextos culturais e políticos nos quais ela ocorre. Os autores se perguntam:

Se estes símbolos ressoam em diferentes contextos, é apenas porque os mesmos vídeos são assistidos em torno do globo, ou é porque estes movimentos compartilham alguns elementos de “diagnóstico” de *framing*, bem como algumas de suas subjetividades e pontos de referência simbólicos? (GLASIUS, PLEYERS, 2013, p. 548)<sup>100</sup>.

O grupo “DatAnalysis15M”, em relatório da pesquisa sobre o movimento 15M (conhecido como indignados), ocorrido em 2011 na Espanha, aponta a influência da Primavera Árabe na sua origem. Para o grupo, as imagens dos meios de comunicação e as difundidas na internet sobre a Primavera Árabe abriram o horizonte de possibilidades de revoltas políticas para os ativistas que as observaram.

Internamente, o grupo analisou, entre outras questões, os processos de difusão das “táticas e estratégias de utilização das redes digitais e identidades coletivas para gestar, organizar e dar sentido as ações políticas” (DATANALYSIS15M, p. 4). Para os

---

<sup>100</sup>Tradução nossa de: “if this symbol resonates in different contexts, is it just because the same movies are watched across the globe, or is it because the movements share some elements of their ‘diagnostic’ framing, as well as some of their subjective and symbolic reference points? (GLASIUS, PLEYERS, 2013, p. 548)”.

pesquisadores, durante a fase de “explosão” do movimento (quando se estruturou o sistema de rede do 15M), de 16 de maio a 19 de junho de 2011, houve um auge da criação de contas coletivas “do 15M” no Twitter como nós importantes de difusão de informações. Essa tendência vai se acentuando conforme a “identidade” do movimento vai se fortalecendo. Além das contas coletivas, a pesquisa aponta que, neste período, houve a criação e a difusão de um novo vocabulário no Twitter, composto de palavras relacionadas entre si e ao 15M. O ritmo de propagação dessas expressões esteve relacionado aos próprios acontecimentos que se desenrolaram, como a proibição ditada pela Junta Eleitoral de manifestações nas praças durante as pré-eleições locais e regionais que ocorreriam no dia 22 de maio e a tentativa de despejo dos manifestantes da Praça Catalunha no dia 27 de maio.

Esses apontamentos são interessantes porque demonstram uma ligação entre as interações que ocorrem nas redes sociais e nas ruas. No Brasil, algo parecido pôde ser percebido. Pimentel e Silveira (2012) realizaram uma cartografia das mensagens do Facebook do dia 5 ao 21 de junho identificando os nós da rede que se constituíram como os *hubs* (nó que possui muitas ligações na rede; “alguém” que compartilha muitos *posts* de outros perfis) e como autoridades (nós que possuem seus conteúdos replicados muitas vezes), nos dias em que ocorreram atos em São Paulo. O que é curioso, em relação à difusão dos protestos, é que os “atores”, representados pelos seus perfis no Facebook, mais importantes de acordo com os critérios apresentados, vão mudando a cada manifestação, funcionando como espelho das ruas (ou vice-versa). Com o decorrer das manifestações, além de aumentar o número de *posts* sobre o assunto, novas autoridades surgem, como os diversos coletivos Anonymous, o Movimento Contra a Corrupção, A Verdade Nua & Crua, entre outros. É perceptível também que o perfil do Facebook do jornal *Estadão* é a maior autoridade durante os quatro primeiros atos e perde importância relativa depois disso. Embora os autores considerem que a mídia hegemônica foi pautada pelas ruas, são necessárias ainda análises mais profundas para averiguar a influência que a grande imprensa brasileira desempenhou nesses protestos.

Pontuamos aqui brevemente algumas questões sobre difusão da ação coletiva que tem despontado nos estudos mais recentes. O que se pode perceber de forma geral é que as redes digitais servem como infraestrutura através da qual a difusão da ação coletiva pode ocorrer, facilitando a celebração, a divulgação e a imitação das manifestações. Além disso, como aponta a pesquisa do *DatAnalysis15M*, a rede serve como espaço de conversação, onde códigos, vocabulários e identidades podem ser construídos e trocados.



### 3.4.1. Difusão em rede

Com a popularização da internet, o sistema de mídias e as dinâmicas de comunicação foram alterados, o que implicou também em mudança nos processos de difusão da ação coletiva. Embora poucos textos abordem esse tema especificamente, buscamos aqui reunir alguns elementos para discutir essa questão. Começamos com uma breve reflexão sobre as reconfigurações do ambiente midiático e da cultura comunicacional contemporânea.

As transformações tecnológicas iniciadas na década de 1970, com a Revolução da Informação, deram origem a um novo sistema de comunicação a partir da metade da década de 1990, o sistema multimídia. Esse é caracterizado pela “integração de diferentes veículos de comunicação e seu potencial interativo” (CASTELLS, 1999, p.450) e está relacionado à emergência de novos aspectos culturais.

Para se referir a esse momento cultural, Lemos (2005) fala em “cibercultura-remix”, entendendo-a como uma nova configuração cultural marcada pela interação entre as NTICs com a cultura. Para ele, a cibercultura tem como base três leis: 1ª – a liberação do polo de emissão, que é a possibilidade que todos têm de se manifestarem e produzirem conteúdo; 2ª – a conectividade generalizada, ou seja, “tudo comunica e tudo está em rede [...]” (LE MOS, 2005, p. 3); 3ª – a reconfiguração, ou seja, as práticas comunicacionais modificam-se, mas também mantêm características das mídias antecedentes.

Para Lievrouw (2011), o processo de comunicação contemporâneo possui duas características fundamentais: a reconfiguração e a *remediação*. A primeira é o processo de modificação e adaptação das mídias pelos usuários de acordo com suas necessidades e propósitos. Já a *remediação* é o processo em que os usuários adaptam, recombina materiais e expressões já existentes para continuar criando novos trabalhos e novas ideias.

Reconfiguração e remediação permitem que as pessoas trabalhem acerca da fixidez das tecnologias tradicionais de mídia e dos sistemas institucionais, bem como negociem, manipulem e borrem as fronteiras entre a relação interpessoal e a comunicação de massa. Estas também são estratégias vitais, até mesmo definitivas, na arte da nova mídia e no ativismo (LIEVROUW, 2011, p. 5)<sup>101</sup>.

Segundo a autora, as grandes corporações e instituições midiáticas continuam a existir, mas paralelo a elas desenvolvem-se as novas mídias, que alteram as estruturas da comunicação. As audiências e os consumidores dão espaço para os usuários e para os

---

<sup>101</sup>Tradução nossa de: “reconfiguration and remediation allow people to work around the fixity of traditional media technologies and institutional systems, and to negotiate, manipulate, and blur the boundaries between interpersonal interaction and mass communication. They are also vital, even definitive, strategies in new media art and activism” (LIEVROUW, 2011, p. 5).

participantes, em um contexto de emergência de uma nova ecologia. Esse contexto cria novas oportunidades de expressão, interação e participação, sobretudo para os ativistas políticos e artísticos (LIEVROUW, 2011). Para Lievrouw (2011), as novas mídias possuem quatro características que as diferenciam de outros sistemas de mídias. A primeira delas é a “hibridização ou recombinação” de novas e velhas tecnologias.

A segunda característica é a “arquitetura em rede”, ilustrada pelo poder do *hiperlink*, que, além de ligar diferentes conteúdos, documentos, pessoas e espaços, abre caminhos por onde os usuários podem se mover com poucas barreiras em meio a fontes, *sites* e pessoas – o que contrasta com o caminho linear da mídia de massa no qual a mensagem é destinada dos produtores aos consumidores.

A terceira é a “ubiquidade”, ou seja, a presença e o efeito generalizados dessas mídias. A quarta é a “interatividade”, que provém, em parte, da própria arquitetura em rede horizontalizada. A interatividade é condição social, cultural e tecnológica que dá suporte para a interação, que, por sua vez, é a pré-condição para a participação<sup>102</sup>. Essa última é a transformação do conhecimento pessoal ou da capacidade individual em ação comunicativa. Dando destaque para os usos sociais<sup>103</sup> essas características das novas mídias são sintetizadas pela autora:

A nova mídia alternativa e ativista emprega ou modifica os artefatos de comunicação, práticas e arranjos sociais de novas tecnologias da comunicação e da informação para mudar ou alterar formas dominantes, aceitas ou esperadas de se construírem sociedades, culturas e política (LIEVROUW, 2011, p. 19)<sup>104</sup>.

Realizada essa caracterização do sistema de mídia contemporâneo, buscamos agora refletir sobre os processos de difusão da ação coletiva mediados pelas NTICs. Ayres (1999), no único texto específico sobre difusão de ação coletiva e internet, mapeado por nós, aponta que a internet diminui as barreiras para a difusão da ação coletiva em três sentidos: temporal, geográfico e cultural.

---

<sup>102</sup> Para a autora, interatividade e participação se relacionam: “We might think of interactivity as a feature of media infrastructure (articulating artifacts, practices, and social arrangements) and participation as a particular form of action support by that infrastructure; but one depends on the other” (LIEVROUW, 2011, p. 15).

<sup>103</sup> A definição da nova mídia alternativa e ativista fundamenta-se em três componentes (tradução nossa de): “artefatos ou dispositivos: permitem ou estendem as habilidades de comunicação e compartilhamento; práticas: atividades com que as pessoas se engajam para desenvolver e usar esses dispositivos; arranjos sociais e formas de organização: criados em torno dos dispositivos e das práticas” (LIEVROUW, 2011, p. 7).

<sup>104</sup> Tradução nossa de: “Alternative/activist new media employ or modify the communication artifacts, practices, and social arrangements of new information and communication technologies to change or alter dominant, expected, or accepted ways of doing society, cultures, and politics” (LIEVROUW, 2011, p. 19).

No que se refere ao primeiro quesito, o autor defende que a internet possibilita a difusão de informação de forma veloz, acelerando o processo de difusão das ações coletivas. Isso pode ser visualizado se compararmos o tempo de difusão da ação coletiva de dois casos específicos. O repertório da “não violência”, por exemplo, demorou meio século para migrar da Índia de Gandhi para os EUA de Martin Luther King (CHABOT, 2010). Já os *slogans*, os repertórios de ação e os significados das revoltas na Tunísia, que ocorreu em dezembro de 2010, levaram apenas meses para se difundirem para o Egito, Grécia, Espanha, Estados Unidos e Rússia (GLAUSIUS e PLEYERS, 2013).

Segundo Ayres (1999), quando uma informação é disponibilizada em um *site*, ela torna-se imediatamente disponível para o restante do mundo, reduzindo assim não apenas as barreiras de tempo, mas também de espaço. Além da possibilidade de difusão instantânea das mensagens e da informação, a internet elimina grande parte dos gastos físicos da comunicação, se comparada ao modelo da comunicação de massa. Isso também torna possível que os ativistas criem “barricadas virtuais” que permitem a difusão da informação para além das barreiras geográficas e em pouco tempo.

Em relação ao terceiro quesito, Ayres (1999) assinala que a internet permite que a difusão aconteça sem a necessidade de conexões culturais e redes interpessoais previamente consolidadas. Embora nas considerações finais ele amenize essa concepção, reconhecendo o inglês como língua padrão e a veracidade das informações como algo não dado, que precisa ser reconhecida pelos atores, essa sua perspectiva é problemática.

Duas questões podem ser levantadas para questionar o seu argumento. A primeira é que, partindo da própria discussão sobre a difusão da ação coletiva que realizamos no início deste capítulo, podemos apontar que esse processo não é uma mera transmissão de inovações. Ayres (1999) parece desconsiderar o processo de adaptação da difusão. Por exemplo, embora possamos afirmar que a ocupação de praças públicas foi um repertório que se difundiu pelas revoltas pós-2010, uma vez que ela ocorreu em vários lugares, os locais ocupados, os motivos pelas quais elas ocorreram e as dinâmicas que assumiram em cada lugar são singulares.

Outra questão, a nosso ver, é que a internet não é um meio de comunicação impessoal. Lemos (2009) argumenta que as NTICs potencializam a conversação e o diálogo antes da transmissão de informações – o que pode ser percebido, para o autor, na dinâmica de comentários entre os *blogs*. Boase e Wellman (2006), nesse mesmo sentido, mostram que a comunicação via internet não pode ser associada à diminuição do nível de contato *off-line* com

os amigos<sup>105</sup>, podendo ser encarada, ao contrário, como um fator que aumenta o contato face a face entre alguns grupos<sup>106</sup>. Os autores apontam ainda que apenas uma pequena porcentagem de indivíduos conhece novas pessoas na internet, sendo que as relações que começam *on-line* raramente se restringem a este espaço.

### **Considerações finais**

Neste capítulo, buscamos discutir a relação entre mídias e as dinâmicas de difusão da ação coletiva. Ressaltamos que os meios de comunicação não são neutros, uma vez que estão relacionados a contextos e organizações sociais, bem como a possibilidades de interações específicas (SOUSA *et al.*, 2012). Não podemos falar em fases da mídia, uma vez que elas não desapareceram, e o que temos hoje é um ambiente multimídia, no qual as tecnologias da comunicação estão mescladas; porém, pode-se reconhecer que diferentes culturas comunicacionais predominaram ao longo do tempo. Há um período de expansão e domínio da cultura tipográfica, outro da cultura de massas, e hoje vivemos a cultura das redes digitais. Assim, pode-se afirmar que a cultura comunicacional de cada tempo é parte das dinâmicas de ação coletiva. Isso pode ser percebido com o resgate histórico-teórico que realizamos.

Durante a era do impresso, os jornais dos movimentos sociais e dos partidos políticos representavam um meio pelo qual suas ideias podiam ser difundidas. A história da difusão do anarquismo, para além da Europa, não pode ser contada sem considerar o papel desempenhado pelos seus jornais. Lenin, de um ponto de vista mais centralizador, também atestou a importância dos meios de comunicação, propondo um jornal que unificasse as ideias políticas e compartilhasse as experiências de luta por toda a Rússia.

Já os estudos sobre a influência dos meios de comunicação de massa na difusão da ação coletiva dão atenção especial para os efeitos da cobertura jornalística da imprensa. Embora essas pesquisas tragam aportes importantes para a compreensão da influência das instituições midiáticas na ação coletiva, a difusão é compreendida enquanto um processo de transmissão de inovações.

No que tange à compreensão dos processos de difusão mediados pelas NTICs e situados na cultura das redes digitais, percebe-se que há pouca discussão sobre o tema. Ayres (1999) aponta que a internet interfere na redução das barreiras temporais, espaciais e culturais

---

<sup>105</sup> Mas pode ser relacionada à perda de contato com a família, segundo seus estudos.

<sup>106</sup> Vizinhos conectados são mais próximos dos outros, visitam mais as casas dos outros e conhecem mais vizinhos.

(afirmação da qual discordamos) para que a difusão ocorra. Apontamos que a internet e outras NTICs modificam os processos de difusão, também, ao possibilitar que novas dinâmicas de relações e interações sejam estabelecidas.

A arquitetura em rede e a possibilidade de interatividade existente no sistema multimídia contemporâneo permitem que os atores compartilhem informações, aprendizados, ideias, repertórios e percepções de forma rápida, personalizada e sem os filtros da mídia de massa.

De forma inicial, apontamos que a compreensão dos processos de difusão da ação coletiva contemporânea, no que se refere à compreensão do papel da internet e de outras NTICs, pode avançar entendendo estas como mecanismos de difusão (TARROW, 2010); porém, ao contrário de Tarrow (2010), que as entende como um mecanismo de difusão não relacional, argumentamos que as mídias, e sobretudo as NTICs, mediam relações sociais. Boase e Wellman (2006) sugerem, por exemplo, a necessidade de um olhar mais holístico para a internet, que leve em conta o contexto das relações pessoais. Segundo eles, os padrões interpessoais relacionados ao uso da internet estão transformando a natureza das redes pessoais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como compreender o ciberativismo? Partindo dessa pergunta neste trabalho, buscamos abordar o tema à luz da dimensão comunicativa da ação coletiva e das Teorias dos Movimentos Sociais.

A primeira questão que gostaríamos de assinalar é que o nosso ponto de partida não apenas nos permitiu realizar a abordagem escolhida nesta pesquisa, mas também aponta para a necessidade de pensarmos a ação coletiva por um viés mais relacional. Em outras palavras, compreendemos a comunicação enquanto prática constituinte da vida social, enquanto atividade que permite que os indivíduos levem em consideração o outro ao agir em uma dinâmica de afetação mútua. Essa noção nos possibilita entender a comunicação como uma dimensão que perpassa a ação coletiva e os movimentos como um todo, não podendo ser reduzida à transmissão de informação nem aos instrumentos tecnológicos em si. E, em um plano mais amplo, nos permite adotar abordagens mais relacionais e dialógicas dos movimentos sociais que levem em conta que os atores estão em constante construção da ação coletiva a partir de interações comunicativas. Embora haja contextos sociais e culturais, oportunidades e restrições políticas, o que essa abordagem da comunicação nos permite compreender é como “a ação coletiva se constrói em e a partir de uma relação [...] a ação coletiva surge de – é expressão de – uma determinada cadeia de relações de um determinado conjunto de variáveis” (IBARRA, 2002, p. IX). É nesse sentido que as NTICs são analisadas em relação aos movimentos sociais neste trabalho como parte de um conjunto de elementos que configura a ação coletiva contemporânea.

No que se refere às Teorias dos Movimentos Sociais, se por um lado existe um longo percurso no desenvolvimento de metodologias e ferramentas para compreender as ações coletivas e dos atores que fazem parte dela; por outro, há necessidade de atualizá-las. Alguns desencaixes entre teoria e prática, advindos da escolha das lentes analíticas e das políticas acadêmicas, encobrem aspectos importantes das práticas dos atores.

Ao nos debruçarmos sobre o tema dociberativismo, realizamos uma abordagem histórico-teórica. Por um lado, entendendo que as NTICs não podem ser reduzidas a novos instrumentos tecnológicos, propomos pensá-las a partir da comunicação entendida de forma ampla, como assinalamos acima. Efetivamos, assim, uma análise histórica da dimensão comunicativa da ação coletiva e dos movimentos sociais – situando as NTICs neste percurso.

Por outro lado, entendemos que a comunicação não pode ser compreendida como algo separado da sociedade, como algo à parte das dimensões sociais. Buscamos, assim, analisá-la a partir de eixos das práticas dos movimentos sociais, os quais são: repertórios de ação, processos organizativos e dinâmicas de difusão da ação coletiva. Eles nos ofereceram uma estrutura privilegiada para compreender a dimensão comunicativa da ação coletiva e sua transformação ao longo do tempo.

Os repertórios de ação possuem uma natureza comunicativa em dois sentidos, ao menos. Primeiro, são a forma de comunicação entre os movimentos sociais e a sociedade e o Estado. Através das greves, das marchas, das petições *on-line*, dos *smartmobs*, entre outras formas de ação, os atores expressam seus descontentamentos e reivindicações. Ao mesmo tempo, a construção dos repertórios é influenciada pelos sujeitos com os quais os movimentos visam a dialogar, pelo caráter das demandas e dos objetivos, pelas estruturas de oportunidade e restrição política, entre outros fatores. Assim, em um segundo sentido, os repertórios possuem uma dimensão comunicativa relacional, uma vez que são construídos a partir das relações, dos laços e das interações que os atores possuem e vão estabelecendo ao longo do confronto político.

Como apontamos de forma mais detalhada nas considerações finais do primeiro capítulo, alguns repertórios do ciberativismo, como, por exemplo, petições *on-line*, doações de dinheiro e bombas de *e-mails*, canalizam o envolvimento individual na ação coletiva. Já a possibilidade de comunicação digital, a partir da criação de *web* páginas, redes sociais digitais, *e-mails* e celulares, facilita a organização e a coordenação descentralizada das ações. Os *smartmobs* são o exemplo mais radical nesse sentido. Várias pessoas que não se conhecem previamente são capazes de se mobilizarem para uma questão política instantânea e pontual, que pode ou não se desenrolar em processos políticos mais complexos e profundos. Além disso, as redes de comunicação sem fio permitem o desenvolvimento de uma autocobertura e uma autocoordenação dos protestos em tempo real – o que é bastante útil nos embates com a polícia, por exemplo. Por fim, os repertórios do *hacktivismo*, como, por exemplo, as ocupações de sites de corporações, apontam como a internet é um espaço de disputa em si.

A organização ocorre a partir da possibilidade de coordenação entre os diferentes elementos dos movimentos, da divisão de funções entre os membros, da construção de processos de tomada de decisão, entre outros. A sua dimensão comunicativa está no fato de que esses processos são estruturados a partir da comunicação entre os atores e dependem de

uma série de funções informacionais e comunicacionais. Reuniões, memorandos, relatórios, *e-mails*, telefonemas, cartas, encontros, conversas informais, rodas de discussões, veículos de comunicação internos são algumas práticas comunicativas de que prescinde a organização. Nesse sentido, como as relações sociais estão cada vez mais mediadas pelas NTICs, percebe-se que os processos organizativos estão também cada vez mais estruturados a partir delas.

Surgem, assim, as redes sociais mediadas pelas NTICs como um novo padrão de organização que, através de relações interpessoais e impessoais, possibilitam/facilitam a organização da ação coletiva. Esses processos são, em certo sentido, mais descentralizados porque se estruturam em forma de redes disseminadas, reunindo uma diversidade de participantes e causas sem uma liderança formal única. Outra característica é a possibilidade de coordenação das ações em larga escala a custos reduzidos, de forma rápida e interativa. Esses processos organizativos mediados pelas redes digitais são ainda perpassados por um tipo de engajamento e interação que tem como base a comunicação personalizada, o que implica em um engajamento marcado pela lógica de criação e de compartilhamento de *frames* pessoais.

Apesar de levantarmos esses pontos, assinalamos que, embora a literatura específica assinale que vivemos um momento de hibridização organizacional, no qual o padrão de organização clássico se mescla com os digitais, apontamos para a necessidade de considerar esses processos para além do ambiente da internet e para além dos momentos de mobilização (nos quais focam as análises levantadas neste capítulo). Fazem-se necessários estudos que considerem como as NTICs estão inseridas nas práticas cotidianas dos movimentos sociais.

A difusão da ação coletiva é o processo através do qual os atores apreendem ideias, repertórios e estratégias de outros atores e adaptam para seus contextos. Portanto, é um processo de trocas dialógicas que ocorre a partir de dinâmicas comunicativas. Neste capítulo, pensamos a difusão a partir da relação entre mídias e movimentos sociais, que se dá tanto na criação dos próprios veículos por parte desses atores, como a partir da interação com a grande imprensa.

A comunicação, mediada pelas NTICs, permite não apenas reduzir as barreiras de tempo e espaço entre os atores – possibilitando interações em tempo real, a custos reduzidos e a longa distância – mas, sobretudo, modifica a estrutura de comunicação entre eles. A arquitetura horizontal e interativa da internet permite interações de novos tipos, facilita, por exemplo, que os indivíduos e grupos tomem contato com ideias, símbolos e formas de ações



não apenas a partir da cobertura da grande imprensa, mas, sobretudo, a partir dos próprios materiais produzidos pelos ativistas. Os vídeos, *blogs*, *twitters*, *posts* de Facebook e notícias via plataformas de comunicação alternativas permitem que os ativistas narrem os próprios acontecimentos e “se difundam” para além de seus contextos. É interessante assinalar que a cobertura da grande imprensa sofre influência desses processos de autonarrativas, mas ainda faltam estudos que se debrucem especificamente sobre esse tema.

Chamamos a atenção neste terceiro capítulo para a necessidade de pensar os processos de difusão a partir de perspectivas dialógicas e que considerem a mediação das NTICs como interações pessoais (e não impessoais, como essa literatura específica). Nesse sentido, o caráter “viral” das difusões contemporâneas merece ser melhor esmiuçado.

Observando esses três eixos em conjunto e a partir das suas dimensões comunicativas, poderíamos afirmar que a incorporação das NTICs na ação coletiva pelos atores sociais modifica suas dinâmicas ao possibilitar novas formas de interações e relações entre os atores. Assim, de acordo com a análise histórico-teórica realizada, podemos compreender o ciberativismo como uma nova configuração comunicativa dos movimentos sociais – marcada pela reestruturação das práticas cotidianas de comunicação, por interações sociais mediadas pelas NTICs e pela conexão digital entre indivíduos, grupos e sociedade. Esse novo padrão comunicativo implica a geração de novas dinâmicas de confronto, temporalidades e espacialidades para a ação coletiva contemporânea, bem como de subjetividades políticas, como afirma Juris (2012).

Isso não significa dizer que a comunicação, mediada pelas NTICs, substitui outras formas de comunicação e outros tipos de interações, como as interações “cara a cara”; porém deve-se reconhecer que essas tecnologias mediam, cada vez mais, as relações entre os indivíduos, grupos, movimentos sociais e a sociedade. Entender o ciberativismo como uma nova configuração comunicativa dos movimentos sociais também não implica reduzir toda a ação coletiva contemporânea à comunicação e às NTICs; no entanto implica em dizer que ela não pode ser analisada sem levar em consideração essas tecnologias comunicacionais. O que procuramos formular aqui é uma noção ampla do ciberativismo, a partir da qual seja possível articular diferentes abordagens e ferramentas analíticas disciplinares, bem como mapear fenômenos empíricos e suas singularidades.

Devemos ainda assinalar que o percurso realizado nesta dissertação não ocorreu sem enfrentar alguns desafios. O primeiro deles é que propomos realizar um diálogo entre a

sociologia dos movimentos sociais e a comunicação, o que significa que essas rotas de contato não estão evidentes. Buscamos construí-las nos guiando pela divisão analítica das abordagens e das teorias dos movimentos sociais propostas por Bringel e Domingues (2012). Contudo, outros caminhos são possíveis e, inclusive, podem descortinar pontos que não abordamos e pontos que a própria trajetória dessas abordagens e teorias escondem.

Outra dificuldade que tivemos foi pensar os processos de difusão da ação coletiva. Ao mesmo tempo em que esse é um campo rico em discussões, existem poucos estudos que abordem a mídia especificamente. Nesse sentido, realizamos uma abordagem mais exploratória do que nos outros capítulos. Ainda assim, é importante assinalar que a reflexão sobre os processos de difusão mediados pelas NTICs é um tema importante para compreender a transformação dos movimentos sociais e da ação coletiva, bem como as revoltas que eclodiram no pós-2010. O estudo dessa dinâmica pode esclarecer em que sentido esses movimentos são globais e em que sentido eles se relacionam entre si.

Por fim, gostaríamos de assinalar que, embora este trabalho realize uma abordagem histórico-teórica, faz-se necessário pensar as experiências empíricas específicas sem, contudo, perder de vista a necessidade de interpretações historicamente orientadas e de estabelecer diálogos entre as disciplinas.



## Referências bibliográficas

### Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. In: *Sociologia&Antropologia*, v.2, n. 3, p. 21– 41, 2012.

ARQUILLA, John; RONSFELD, David. **Swarming and the Future of Conflict**. USA: Rand Corporation, 2000.

ASA, Briggs; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2. ed. 2006.

ASSIS, Érico Gonçalves de. **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo**. 2006. 274p. Dissertação de mestrado. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

AYRES, Jeffrey M. From the Streets to the Internet The Cyber-Diffusion of Contention. *American Academy of Political and Social Science*, p. 132-143, 1999.

BAUMGARTEN, Britta. Geração à Rasca and beyond: mobilizations in Portugal after 12 march 2011. *Current Sociology*, p. 457-473, 2013.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication e Society*, v. 15, n. 5, p. 739-768, jun. 2012.

BIMBER, Bruce; STOHL, Cynthia; FLANAZIN, Andrew J. Technological change and the shifting nature of political organization. In: CHADWICK, A.; HOWARD, A. **Routledge Handbook of Internet Politics**. London: Routledge, 2009, p. 72-85.

BOASE, Jeffrey; WELLMAN, Barry. Personal Relationships: on and off the Internet. In: VANGELISTI; Anita L.; PERLMAN, Dan (ed.). **Handbook of Personal Relations**. Cambridge University Press, 2006.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação?** Brasiliense, 1982.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política & Sociedade*, v. 10, n. 18, abr. 2011a.

\_\_\_\_\_. Estudio de los movimientos sociales en América Latina: reflexiones sobre el debate poscolonial y las nuevas geografías del activismo transnacional. In: ACOSTA, Yamandú et al. *Pensamiento crítico y sujetos colectivos en América Latina: perspectivas interdisciplinarias*. 2011b, p. 39-60.

\_\_\_\_\_. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas dos movimentos sociais. *Sociologia&antropologia*, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.

\_\_\_\_\_. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Revista Insight Inteligência*, 3 jul. 2013.

\_\_\_\_\_; DOMINGUES, José Maurício. Teoria crítica e movimentos sociais: interseções, impasses e alternativas. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs). **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, p. 28-36, 2010.

CAETANO, Joana Rita Silva. **Do Movimento Operário ao 15 de Outubro**: práticas comunicativas nas dinâmicas de mobilização social. 2012. Dissertação. Instituto Universitário de Lisboa. 2012

CALHOUN, Craig. New Social Movements of the Early Nineteenth Century. *Social Science History*, v. 17, n. 3, p. 385-427, 1993.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 3. v. V. 1, A era da informação: economia, sociedade e cultura.

\_\_\_\_\_. **Redes de Indignación y esperanza**: losmovimientossocialesenla era de internet. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

CHABOT, Sean. Dialogue Matters: beyond the transmission model of transnational Diffusion between social movements. In: GIVAN, Rebecca Kolins; ROBERTS, Kenneth M.; SOULE; Sarah A. **The diffusion of social movements**: actors, mechanisms, and political effects. Cambridge University Press, 2010, p. 99-124.

CHADWICK, Andrew. Digital Network Repertoires Andrew and Organizational Hybridity. *Political Communication*, v. 24, n. 3, p. 283-301, jun. 2007.

COOPMAN, Ted M. Networks of Dissent: emergent forms in media based collective action. *Critical Studies in Media Communication*, v. 28, n. 2, p. 153-172, 2011.

COSTELLA; Antonio. **Do grito ao satélite**: história dos meios de comunicação. São Paulo: Editora Mantiqueira, 2000.

COUTO, Edvaldo Souza; MELO, Caio; MOREIRA, Ana Paula; *et al.* Da cultura de massa às interfaces na era digital. *Faced*, Salvador, n. 14, p. 105-118, jul./dez. 2008.

CRISPIM. Renata Borges. Estratégias singulares de agendamento: o caso do Greenpeace. *Comunicação e Informação*, v. 6, n. 2, p. 75-86, jul/dez. 2003.

DATANALYSIS15M. Tecnopolítica: lapotencia de lasmultitudes conectadas: el sistema-red 15M como nuevo paradigma de la política distribuida. Disponível em: <<http://datanalysis15m.files.wordpress.com/2013/06/tecnopolitica-15m-resumen.pdf>>. Acessoem: 28 nov. 2013.

DAVIS, Gerald F., *et al.* Preface. In: DAVIS, Gerald F. *Social Movements and Organization Theory*. Cambridge Studies in Contentious Politics, 2005.

DIANI, Mario. Networks and Social Movements: A Research Programme. In: DIANI, Mario; Mc ADAM, Doug (orgs.). **Social Movements and Networks**: relational Approaches to Collective Action. Oxford University Press: Nova York, 2003, p. 299-319.

DOMINGUES, José António. **O Paradigma Mediológico**: Debray depois de Mcluhan. LabCom Books, 2010.

DOMINGUES, José Maurício. Lasmovilizaciones de junio de 2013: ¿Explosión fugaz o novísimahistoria de Brasil? *Osal*, n. 34, p. 63-76, 2013.

DOWNIG, John D. H. **Radical Media**: rebellious communication and social movements. USA: Sage Publications, 2001.

\_\_\_\_\_.Encyclopedia of social movement media. USA: Sage Publications, 2011.

FELICE, Massimo de. As armas comunicantes, o papel dos novos movimentos sociais revolucionários: o caso Zapatista. In: FERREIRA, Maria Nazareth (Org.). *Cultura, Comunicação e Movimentos Sociais*. São Paulo: CELACC: ECA/USP, 2007, p. 155-180.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Vamos ao baile: gingas da comunicação e da participação no Zapatismo. *Lua Nova*, n. 72, p. 47-82, 2007.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Contribuições de G.H. Mead para pensar a comunicação. In: ENCONTRO DA COMPOS, XVI, 2007, Curitiba.

\_\_\_\_\_. Regina. Veiga. L. Quéré: dois modelos da comunicação. *Revista Fronteira*, v. V, n. 2, p. 37-51, 2003.

GARRETT, R. Kelly et al. Protest in an Information Society: A Review of Literature on Social Movements and New ICTs. In: *Information, Communication and Society*, 9(2), p. 202-224. 2011.

GIANNOTTI, Vito. **Histórias das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GIVANS, Rebecca; ROBERTS, Kenneth; SOULE, Sarah. *The Diffusion of Social Movements: actors, mechanisms and political effects*. Cambridge: University Press; 2010.

GLASIUS, Marlies; PLEYERS, Geoffrey. The global moment of 2011: democracy, social justice and dignity. *Development and Change*, 2013, n.44, pp 547-567.

GOHN, Maria da Glória. Após atos, governo não tem interlocutores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013. [Entrevista concedida a Marcelo Beraba]. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521933-apos-atos-governo-nao-tem-interlocutores>>. Acesso em: 07 nov. 2013. 15 julho 2013.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio/ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo, 2002, 3ª ed.

\_\_\_\_\_; BRINGEL, Breno M. Apresentação. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M (Orgs.). **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. New Social Movements. **Telos**, n. 49, p. 33-37, 1981.

\_\_\_\_\_. Teoría de la acción comunicativa II: Spain: Tarus, 1992, 2v., V. 2, Crítica de la razón funcionalista.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

IBARRA, Pedro. Prólogo. In: TRAUOGOTT, Mark. **Protesta social**. Barcelona: Editorial Hacer, 2002.

JURIS, Jeffrey S. Reflections on #Occupy Everywhere: Social media, public space, and emerging logics of aggregation. *American Ethnologist*, v. 39, n. 2, p. 259–279, 2012.

\_\_\_\_\_. The New Digital Media and Activist Networking within Anti-Corporate Globalization Movements. *AAPSS*, v. 597, p. 189-208, 2005.

KLANDERMANS, Bert; GOSLINGA, Sjoerd. Media discourse, movement publicity, and the generation of collective action frames: theoretical and empirical exercises in meaning construction. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Eds.). **Comparative Perspectives on Social Movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge University Press, 1996, p. 312-337.

KREIMER, Seth F. Technologies of Protest: Insurgent Social Movements and the First Amendment in the Era of the Internet. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 150, n. 1, p. 119-171, 2001.

LAER, Jeroen Van; AELST, Peter Van. Internet and social movement action repertoires. *Information, Communication & Society*, p. 1146-1171, 2010.

LANGMAN, Lauren. Occupy: a new new social movement. *Current Sociology*, v. 4, n. 61, p. 510-524, 2013.

LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. Anarquismo em prosa e verso: literatura e propaganda anarquista na imprensa libertária de São Paulo durante a Primeira República. In: DOMINICIS, Rafael; FILHO, Daniel Arão Reis. **História do anarquismo no Brasil**. Niterói: Editora UFF, 2006, p. 95-112.

LEMOS, André. Ciber-Cultura-Remix. In: SEMINÁRIO DE SENTIDOS E PROCESSOS. 2005. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/remix.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Nova Esfera Conversacional. In: DIMAS, A. Künsch; D.A. da Silveira; S.A.; et al. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: Ed. E-Papers, 2009, p. 9-30.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que Fazer?** The Marxists Internet Archive. 1902. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

LIEVROUW, Leah A. **Alternative and activist new media**. Great Britain: Polity Press, 2011.

LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. Questões de organização da social-democracia russa (1904). In: LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAIA, Rousiley C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 87-118, 2009.

MCCARTHY, John D.; MCPHAIL, Clark; SMITH, Jackie. Images of Protest: Dimensions of Selection Bias in Media Coverage of Washington Demonstrations, 1982 and 1991. *American Sociological Review*, v. 61, n. 3, p. 478-499, jun. 1996.

\_\_\_\_\_; SMITH, Jackie; ZALD, Mayer. Assessing public, media electoral, and governmental agendas. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Eds.). **Comparative Perspectives on Social Movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge University Press, 1996, p. 291-311.

\_\_\_\_\_; ZALD, Mayer. Resource mobilization and social movements. *American Journal of Sociology*, n. 82, p. 1212-1241, 1977.

McLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. Tradução de Leônidas G. de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

MELUCCI, Aberto. **Challenging Codes: Collective Action in the Information Age**. New York: Cambridge University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, v. 19, n. 2, 1980.

\_\_\_\_\_. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, p. 49-66. 1989.

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo; FLORES, Rafael Kruter; SILVA, Sueli Maria Goulart. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? *Cadernos EBAPE. BR*, v. 6, nº 3, Set. 2008.

MORIN, Edgar. **Culturas de massas no século XX: neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MORRIS, Charles W. (Org.). **Mente, Self e Sociedade**. Tradução: Maria Silva Mourão. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010.

NÉFISA, Sarah Ben. Mobilisations et révolutions dans les pays de la méditerranée arabe à l'heure de « l'hybridation du politique. Égypte, Liban, Maroc, Tunisie. *Revue Tiers Monde*, v. 21, n. 3, 2011.

HARDT, M; NEGRI, A.; **Declaration**. New York: Argo-Navis, 2012.

NETSAL (Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina). As jornadas de junho em perspectiva global. *Dossiê temático NETSAL*, n. 3. Rio de Janeiro: NETSAL/IESP-UERJ, dez. 2013.

OLSON, Marcus. **The logic of collective action**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

\_\_\_\_\_. Una teoría de los grupos e de las organizaciones. In: OLSON, Marcus. **La lógica de la acción colectiva**. México: Limusa-Noriega, 1992, p. 15-60.

ORLIKOWSKI, Wanda J. e YATES, JoAnne. Genre Repertoire: The Structuring of Communicative Practices in Organizations. *Administrative Science Quarterly*, v. 39, n. 4 pp. 541-574, 1994.

PANKRATOVA, A. Lênin Como Propagandista. **Problemas**, n. 26, maio, 1950. Disponível em: <[http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/26/lenin.htm](http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/26/lenin.htm)>. Acesso em: 21 nov. 2013.

PERRUSO, Marco Antonio. Em busca do “novo”: movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1970/80 1. *Perspectivas*, São Paulo, v. 37, p. 249-268, jan./jun. 2010.

PIMENTEL, Tiago e Silveira; SERGIO, Amadeu da. Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013. *Interagentes*, 2013. Disponível em: <<http://portal.interagentes.cc/?p=62http://interagentes.net/2013/07/11/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-de-junho-de-2013/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. *Paidéia*, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, p. 77-96, fev/ago. 1995.

PRUDENCIO, Kelly. Mídia e movimentos sociais contemporâneos. A luta do sujeito pela construção do significado. *Comunicação & política*, v. X, n. 3, p. 95-149, 2003.

QUERE, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. *Réseaux*, n. 46-47, 1991.

RHEINGOLD, Howard. **Multitudes inteligentes: la próxima revolución social**. Gedisa, 2004.

RIVERA, Juan. Iskra y el surgimento del partido revolucionário russo. Disponível em: <<http://www.izquierdasocialista.org.ar/cgi-bin/elsocialista.cgi?es=181&nota=18>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

RODRIGUES, Edgar. **Pequena história da imprensa social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997.

ROMANI, Carlo. Anarquismo italiano e imigração ao Brasil. Disponível em: <[http://www.academia.edu/2224520/ANARQUISMO\\_ITALIANO\\_E\\_IMIGRACAO\\_AO\\_BRASIL](http://www.academia.edu/2224520/ANARQUISMO_ITALIANO_E_IMIGRACAO_AO_BRASIL)>. Acesso em: 22 ago. 2013.

ROVIRA, Guiomar. Zapatistas sin Frontera. **Las redes de solidaridad con Chiapas y el altermundismo**. México: Era, 2009.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 22, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (Orgs.). **Uma revolução do cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.



\_\_\_\_\_. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 196, p. 77-92, mar./abril, 2005.

\_\_\_\_\_. Redes de Movimentos Sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

SMITH, Jackie. Globalizing resistance: the battle of Seattle and the future of social movements. *Mobilization: An International Journal*, vol. 6, no. 1, 2001, pp. 1-19.

SOUSA, Fábio da Silva. Dos e para os operários. Questões metodológicas de pesquisa em jornais comunistas (El Machete e A Classe Operária). *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, p. 49-67, 2012.

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos Sociais e confronto Político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. Difusão e Modularidade. In: TARROW, Sidney. **El Nuevoactivismo transnacional**. Barcelona: d'Editorial Hacer, 2010.

\_\_\_\_\_. **Power in Movement. Social Movements and Contentious Politics**. Cambridge University Press, 2011.

TILLY, Charles. Getting it together in Burgundy, 1675-1975. CRSO Working Paper U128, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, maio, 1976.

Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, v. 17, n. 2, p. 253-280, 1993.

\_\_\_\_\_. **From Mobilization to Revolution**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.

\_\_\_\_\_. Repertoires of Contention. In: **Regimes and repertoires**. EUA: The University of Chicago Press, 2006, p. 30-59.

VALENTIM, Júlio. Emergência e controle nas cidades cibernéticas: as smartmobs e o futuro dos ambientes urbanos. In: LEMOS, André. **Ciberurbe: A cidade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2005, p. 223-248.

VIEIRA, Tatiana Cuberos; CASTANHO, Maria Eugênia. Sociedade atual e revolução da informação: ganhos e perdas. *Contrapontos*, v. 8, n. 2, p. 171-185, 2008.

WOLFSON, Todd. From the Zapatistas to Indymedia: dialectics and orthodoxy in contemporary social movements. *Communication, Culture & Critique*, v. 5, p. 149-170, 2012.

